UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS

GIOVANNA CANÊO

**OS FUNDAMENTOS DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA E SUA INTERLOCUÇÃO COM
OS PRINCÍPIOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL**

SANTOS

2021

GIOVANNA CANÊO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS

**OS FUNDAMENTOS DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA E SUA INTERLOCUÇÃO COM
OS PRINCÍPIOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais, Linha de Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho profissional.
Orientadora: Profa. Dra. Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso.

SANTOS

2021

C221f Canêo, Giovanna .
Os fundamentos da criminologia crítica e sua
interlocação com os princípios éticos do Serviço Social
. / Giovanna Canêo; Orientadora Priscila Fernanda
Gonçalves Cardoso; Coorientador . -- Santos, 2021.
160 p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Serviço
Social e Políticas Sociais) -- Instituto Saúde e
Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2021.

1. Criminologia crítica. 2. Abolicionismo penal.
3. Serviço Social. 4. Princípios éticos. I. Cardoso,
Priscila Fernanda Gonçalves , Orient. II. Título.

CDD 361.3

GIOVANNA CANÊO

OS FUNDAMENTOS DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA E SUA INTERLOCUÇÃO COM OS PRINCÍPIOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Professora Doutora Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso

Universidade Federal de São Paulo – (UNIFESP)

Professora Doutora Raiane Patrícia Severino Assumpção

Universidade Federal de São Paulo – (UNIFESP)

Professor Doutor Bruno Shimizu

Defensoria Pública do Estado de São Paulo Brasileiro – (DPE)

Professora Doutora Kely Hapuque Cunha Fonseca

Secretaria de Administração Penitenciária – (SAP)

Professora Doutora Adriana Eiko Matsumoto

Universidade Federal de São Paulo – (UNIFESP)

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

Processo de Bolsa nº 88882.431055/2019-01.

Dedico essa dissertação de mestrado à professora Andrea Almeida Torres (*in memoriam*) e à minha avó Irene Fernandes (*in memoriam*), por serem minhas grandes inspirações.

AGRADECIMENTOS

A minha dissertação de mestrado apresentou uma produção individual orientada, mas ela é fruto de uma multidão, que corresponde aos professores e estudiosos que cruzaram o meu caminho na universidade pública, somado aos amigos e aos familiares que sempre me incentivaram.

É com muito carinho que agradeço a todos e todas que de alguma maneira me acompanharam durante minha vida e meu cotidiano acadêmico, pessoas essenciais para minha formação, enriquecimento e amadurecimento pessoal.

Agradeço à Jaqueline Carneiro pelo companheirismo, força diária e pela grande amizade que construímos ao longo dos anos, a distância nos furtou os abraços cotidianos, mas nunca o carinho.

Agradeço pela parceria, incentivo e carinho de Juliana Priscila, Fernanda Arruda, Lucas Alberto e Nikolas Souza.

Agradeço aos colegas da universidade que hoje posso chamar de grandes amigos e que sempre me acolhem com todo o carinho possível, vocês são minha segunda família: Elson Santos, Letícia Ribeiro, Denise Clemente, Vitória Lima, Bruna Freire, Camila Conde, Bruna Almeida, Letícia Yumi, Bruno Almeida, Juliana Panza, Ana Carol, Mariana Almeida e Letícia Costa.

Agradeço aos monitores que me acompanharam nessa caminhada: Matheus Lidiberdi, Rayssa Nascimento, Mariane Helena, Ketinho Oliveira e Guilherme Zupo. E a sala que fui monitora na qual conheci pessoas especiais: Júlia Cara e Mari Lúcio.

Agradeço as monitoras que me acompanharam enquanto estagiária PAD por todo o carinho e parceria: Jade dos Reis, Ana Paula Pires, Bruna Reis e Victória Pinheiro.

Agradeço ao meu supervisor de campo no qual construí uma amizade e continua me orientando nos percalços da vida: Bruno Karam.

Agradeço à atual coordenação coletiva do GEPEX - DH - prof AAT na qual passei em conjunto pelo luto da querida professora Andrea, agradeço pela força e pelo carinho e, sobretudo pela parceria e o compromisso em perpetuar o legado que ela nos deixou: Adeildo Vila Nova, Heloísa Gonçalves Alexandre e Thais Iasevicius.

Agradeço a todos os integrantes do grupo de estudos Gepex que me encontrei no estudo dos direitos humanos, pelas trocas e reflexões: Edmilson Antunes, Fábio Campos e Evani Rodrigues.

Agradeço à Camila Rossi e Stéfanis Caiaffo pela confiança com o convite para fazer parte da banca do Trabalho de Conclusão de curso intitulado: “O rompimento no convívio entre mães e filhos: relato de uma egressa do sistema penitenciário”, foi uma experiência muito enriquecedora.

Agradeço à minha eterna orientadora Andrea Almeida Torres que me acompanhou em todo processo desde apresentação em seminários e congressos, como na realização da iniciação científica, no trabalho de conclusão de curso e como co-orientadora na dissertação. E, constitui referência pra mim não só como profissional, mas como mulher e amiga, que realmente viveu aquilo que acreditava, guardo comigo os seus ensinamentos e carrego diariamente.

Agradeço à minha orientadora Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso que me fez mergulhar no estudo da docência e me provocou a vontade da busca pelo conhecimento como uma escolha de vida. Além, é claro, de toda a parceria e afeto durante todos os anos de graduação e de mestrado, sempre confiando e acreditando em mim, processo de troca que aprendi e continuo aprendendo muito.

Agradeço à Kely Hapuque, Bruno Shimizu, Raiane Assumpção e Adriana Eiko pelo aceite do convite para compor a banca, e se disponibilizar para leitura e crítica deste trabalho, vocês constituem grandes referências para mim e será muito enriquecedor essa troca de conteúdo.

Agradeço a Jefferson Lee pelo aceite em comparecer na defesa da dissertação como convidado especial e se disponibilizar a trazer contribuições e reflexões.

Agradeço às professoras: Luciana Melo, Rosângela Batistoni, Terezinha Rodrigues e Liduina Oliveira pela apreensão de conhecimento e parceria durante a graduação e o mestrado.

E, por fim, agradeço à minha família pelo apoio, parceria, carinho e acompanhamento da minha formação: Gláucia Canêo, Braz Canêo e Irene Fernandes (*in memoriam*).

Prisões não fazem problemas sociais desaparecerem, elas fazem seres humanos desaparecerem. Falta de moradia, desemprego, abusos de drogas, sofrimento mental e analfabetismo são apenas alguns dos problemas que desaparecem da visão do público quando os seres humanos que os possuem são relegados a jaulas.

(Angela Davis)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado visa compreender a interlocução (ou não) dos fundamentos da criminologia crítica e os princípios éticos do Serviço Social. O estudo consiste numa revisão bibliográfica com autores referência na temática, a partir de uma análise sócio-histórica vinculada à tradição marxista, apresentando a trajetória da criminologia, ao analisar as categorias crime e pena, os fundamentos da criminologia crítica, os elementos constituintes do abolicionismo penal e a realidade brasileira levando em consideração a questão de classe, raça/etnia e gênero. E, por fim, apresenta também os princípios éticos da profissão, com o intuito de destacar dentro desses os eixos centrais que dialogam com a criminologia crítica. Destaca-se, que também foi realizado um diálogo com outros códigos e outras criminologias. Esperamos que essas reflexões possam contribuir, para que a criminologia crítica e o abolicionismo penal sejam mais estudados e aprofundados pelo Serviço Social, como subsídios para a formação e a ação profissional anti punitivista, anti machista, anti racista, crítica, na busca da garantia dos direitos humanos, a favor de políticas de desencarceramento e de transformação social contra a lógica punitiva presente, na atualidade, nas relações sociais.

Palavras-chave: Criminologia crítica; Abolicionismo penal; princípios éticos; Serviço Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E TRAJETÓRIA DA CRIMINOLOGIA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO	15
1.1 Escola Liberal Clássica	20
1.2 Escola positivista.....	29
1.3 Escolas sociológicas da criminologia	42
CAPÍTULO 2 OS FUNDAMENTOS DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA	64
2.1 O crime	72
2.2 A pena.....	77
2.3 Para além do crime e da pena: o abolicionismo penal.....	91
CAPÍTULO 3 CRIMINOLOGIA CRÍTICA EM DIÁLOGO: AS ESPECIFICIDADES DE GÊNERO, ÉTNICO/RACIAIS E TERRITORIAIS BRASILEIRAS	100
CAPÍTULO 4 A INTERLOCUÇÃO DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA COM OS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA PROFISSÃO	115
4.1 Uma síntese dos códigos de ética do Serviço Social (1947, 1965 e 1975) e sua interlocução com específicas escolas da criminologia	118
4.2 O Serviço Social e a criminologia crítica em debate: convergências e confluências	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS.....	147

INTRODUÇÃO

A aproximação da autora com a temática, iniciou-se com a minha trajetória acadêmica a partir de um maior contato com leituras como artigos, livros e notícias sobre direitos humanos, em concomitância à participação no GEPEX - DH – ATT - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade Punitiva, Justiça Criminal e Direitos Humanos prof^a Andrea Almeida Torres da UNIFESP/BS, espaço no qual mergulhei no mundo da criminologia crítica e do abolicionismo penal. E tive o ensejo de escrever artigos, participar de mesa de debates e apresentação em seminários.

A escolha do tema também é fruto da experiência de estágio na Defensoria Pública da União de São Paulo, que apresenta parceria com o SEFRAS - Serviço Franciscano de Solidariedade ao atender egressos/as do sistema prisional. Essa experiência voltou minha atenção para a realidade de total ausência de direitos, com relatos de pessoas que vivem sob condições sub-humanas. Esse processo fortaleceu minha vontade de expor a vivência dessas pessoas e realizar trabalhos que rompam com a ideologia punitiva. Nesse período de estágio, construí e elaborei a iniciação científica intitulada: “Violações de direitos humanos: relatos de homens e mulheres egressos do sistema prisional”.

Nessa mesma época, como uma das atividades de intervenção do GEPEX - DH participei da 1^a e da 2^a Jornada de Cidadania e Empregabilidade promovida pela Secretaria de Administração Penitenciária - SAP, realizada no Centro de Detenção Provisória “Luis Cesar Lacerda” de São Vicente. Essa experiência descortinou o que eu compreendia como prisão e trouxe elementos importantes no entendimento dessa realidade caótica que compõe o sistema prisional brasileiro.

E, posteriormente desenvolvi o Trabalho de Conclusão de Curso denominado: “O/A assistente social no sistema prisional e as dimensões do seu trabalho profissional” no qual entrevistei assistentes sociais que atuavam no sistema prisional. As entrevistas revelaram que a grande maioria das respostas convergiam numa concepção punitiva da população carcerária; e na realização de um trabalho profissional não condizente com o Projeto Ético Político da profissão. Ademais, as entrevistadas não apresentavam uma linha teórica para embasar suas atividades laborais.

Então, a partir dessas narrativas surge a ideia de elaborar um projeto de mestrado para pensar a criminologia crítica e o Serviço Social.

Projeto aprovado no mestrado, sou assumida como orientanda da Prof^a Dr^a Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso, mantendo informalmente um vínculo informal como “co-orientadora” com a Prof^a Dr^a Andrea Almeida Torres, que havia orientado os trabalhos anteriores na graduação e com quem seguia firmemente no GEPEX - DH.

Ressalta-se que em decorrência do falecimento da querida professora Andrea Almeida Torres, atualmente com o intuito de continuar o seu legado, assumi a coordenação conjunta do grupo com Adeildo Vila Nova, Thais Lasevicius e Heloisa Gonçalves Alexandre.

Destarte, a presente pesquisa traz como objetivo compreender a interlocução da criminologia crítica com os princípios éticos do Serviço Social, visando trazer a importância dessa perspectiva como subsídio na atuação e na formação profissional.

Destaca-se que esta se desenvolveu como uma pesquisa bibliográfica com uma perspectiva sócio-histórica vinculada à tradição marxista. Tem-se como ponto de partida do estudo uma análise crítica dos elementos históricos, econômicos, políticos e sociais que retratam o surgimento da criminologia, somado num mergulho nas diferentes correntes teóricas, que se desenvolveram para a legitimação de determinados comportamentos sociais e morais de cada período. Esse ponto de partida constitui-se no primeiro capítulo intitulado: “Construção sócio-histórica e trajetória da criminologia como área do conhecimento”.

Importa destacar que na criminologia há uma multiplicidade de pensamentos criminológicos com diferentes objetos de estudo e métodos de análise, o capítulo um abarca os estudos dessas escolas criminológicas, que foram divididas em subcapítulos intitulados: “escola liberal clássica”, “escola positivista” e “as escolas sociológicas da criminologia” (com exceção da criminologia crítica).

O capítulo que se segue é intitulado: “Os fundamentos da criminologia crítica” e aborda os elementos centrais dessa perspectiva, separando em sub capítulos nomeados: “crime” e “pena”. Esses são constituídos a partir de uma reflexão crítica tanto a macro e microsociologia, ao reconhecer as categorias crime e pena como complexos sociais e as relacionar com o sistema de produção. Posteriormente à essas reflexões há o subcapítulo intitulado: “Para além do crime e da pena: o abolicionismo” que retrata os diferentes autores e perspectivas abolicionistas, ressaltando suas reflexões, propostas e estratégias.

O terceiro capítulo com o título: “Criminologia crítica em diálogo: as especificidades de gênero, étnico/raciais e territoriais brasileiras” apresenta o intuito

de aproximação aos processos sociais específicos da realidade do sistema prisional brasileiro e busca trazer as questões de raça/etnia e gênero, ao realizar uma análise à luz da criminologia crítica.

O quarto capítulo, por sua vez, nomeado: “A interlocução da criminologia crítica com os princípios éticos da profissão” adentra no primeiro subcapítulo: “Uma síntese dos códigos de ética do Serviço Social (1947, 1965 e 1975) e sua interlocução com específicas escolas da criminologia” numa síntese dos códigos de ética da categoria e seus elementos centrais relacionando-os com determinadas escolas criminológicas já abordadas.

Já o segundo subcapítulo: “O Serviço Social e a criminologia crítica em debate: convergências e confluências” realiza uma interlocução entre os princípios éticos do Serviço Social e os fundamentos da criminologia crítica, ao compreender que as críticas presentes nessa perspectiva teórico-metodológica e no abolicionismo penal são importantes alicerces na compreensão de homem, mundo e sociedade que compõe a direção social do Serviço Social, sobretudo ao entender que as condições do sistema prisional atual são estruturais, não conjunturais e detém uma função real - a manutenção da ordem capitalista atual excludente e marcada pelas opressões de classe, raça/etnia e gênero.

É importante destacar que mesmo com a hegemonia na categoria de uma perspectiva emancipatória, há a presença de certos elementos do positivismo, do liberalismo e do conservadorismo, que ainda servem de sustentáculo na atual ação profissional de determinadas/os assistentes sociais e, também estão ainda presentes e enraizados no senso comum da população ao compreender crime, pena, sistema prisional, Estado penal e direito penal.

Diante dessas reflexões, como forma de resistência a esse conservadorismo na categoria e a atuações punitivistas, o presente estudo rompe com a ideologia dominante, desconstruindo ideias pré-formadas de senso comum e simplistas, num estudo crítico do crime e da pena, na busca pelo desencarceramento, superação do direito penal e toda a lógica punitiva, tendo como norte a transformação social para uma sociedade emancipada.

Nesse sentido, espera-se que o presente estudo possa se apresentar como uma contribuição ao material acadêmico já existente na área de Serviço Social, aprofundando a discussão referente à criminologia crítica e ao abolicionismo penal, com o intuito de fornecer subsídios não só na formação como na construção de ações

profissionais em interlocução com movimentos sociais, grupos de estudos e organizações da sociedade civil.

Por outro turno, deseja-se ainda, que, as análises aqui presentes possam contribuir também para o campo do direito penal na interlocução com pensadoras do Serviço Social e na apreensão do debate ontológico posto na profissão.

CAPÍTULO 1 CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E TRAJETÓRIA DA CRIMINOLOGIA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO

A criminologia é apresentada por uma série de autores como uma ciência. Mesmo que haja ressalvas por alguns estudiosos, a sua maioria enxerga um método próprio, um objeto e uma função atribuíveis à criminologia, o que nessa perspectiva justifica tratá-la como ciência (SHECAIRA, 2014), portanto:

como ciência, ou saber do “ser”, não é uma ciência “exata”, que traduz pretensões de segurança e certeza inabaláveis. Não há que ser considerada uma ciência “dura”, como são aquelas que possuem conclusões que as aproximam das universais. Como qualquer ciência “humana” apresenta um conhecimento parcial, fragmentado, provisório, fluido, adaptável à realidade e compatível com evoluções históricas e sociais (Ibidem, p. 39).

Destarte, compreende-se a criminologia como uma ciência humana que desenvolve um estudo adaptável e com relação direta à realidade (Ibidem). Diante disso, a genealogia dos pensamentos criminológicos está relacionada à demanda por ordem e à luta pelo poder de cada tempo histórico, o que é determinado pelas suas características econômicas, sociais e políticas. Logo, não se pode analisar a trajetória da criminologia como um processo contínuo de evolução (ANITUA, 2008).

No decorrer da história das sociedades humanas, não houve um pensamento criminológico único, este apresentou uma série de multiplicidades, que eram descartadas em certa medida por alguns autores/as criminólogos e retornavam com outras roupagens e formatos em determinadas épocas (Ibidem).

Essas multiplicidades de pensamentos criminológicos apresentam característica de domínio interdisciplinar, na medida que transitam por diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo: a sociologia, a antropologia, a história, a filosofia, a psicologia, a medicina forense e a psiquiatria. Como uma temática interdisciplinar, a criminologia não é um monopólio de uma exclusiva disciplina (SHECAIRA, 2014).

Nessa direção, Shecaira (2014), em seu livro intitulado “Criminologia” a conceitua como:

um nome genérico designado a um grupo de temas estreitamente ligados: o estudo e a explicação da infração legal; os meios formais e informais de que a sociedade se utiliza para lidar com o crime e com atos desviantes; a natureza das posturas com que as vítimas desses crimes serão atendidas pela sociedade; e, por derradeiro, o enfoque sobre o autor desses fatos desviantes (p.35).

A criminologia apresenta diversos enfoques nos objetos de estudo, sendo possível elencar, sinteticamente, algumas teorias¹ e seus objetos, tais como: a escola clássica² marcada pelos delitos e as penas (ANITUA, 2008), a criminologia positivista na análise do determinismo biológico, e fatores sociais e psicológicos do homem e da mulher delinvente (BARATTA, 1997), e as criminologias sociológicas³ numa análise da influência das relações sociais no estudo do crime e da pena, seja no paradigma do consenso ou do conflito.

Além de apresentar diferentes objetos de estudo, a criminologia também adota diferentes métodos de análise como: “o método experimental, o método clínico, o método comparativo, o método longitudinal, a observação naturalista, a etnografia” (AGRA; KUHN, 2010, p.20). É importante destacar também a aproximação da criminologia com o funcionalismo, com a fenomenologia e com a tradição marxista (a partir da orientação metodológica do materialismo histórico dialético).

Em vista de todos esses elementos que compõem a criminologia e sua trajetória, esse estudo embasou-se numa seleção teórica, na qual serão apresentados os autores primordiais que foram fio condutor na construção da criminologia crítica. Destarte, com o objetivo central de explicar a perspectiva teórico-metodológica da criminologia crítica, é construída a seguir uma análise conjuntural sócio-histórica das escolas criminológicas e seus elementos ao centrar-se nas categorias analíticas do crime e da pena.

Nessa direção, busca-se explicar as determinações das relações sociais e os interesses de determinado período histórico no desenvolvimento dos métodos de punição e das correntes teóricas. Segundo Rusche e Kirchheimer (2004) - dois dos primeiros autores criminólogos que se utilizaram do materialismo histórico dialético

¹ Esses são alguns exemplos de criminologias, é notório enfatizar que há outras perspectivas, também como: a criminologia atuarial, a criminologia realista, a criminologia feminista, a criminologia cultural e a criminologia *queer*.

² É importante ressaltar, que o leque de autores criminólogos atuais não são unânimes na análise de qual momento histórico teria inaugurado o estudo da criminologia. Esses apresentam uma diversidade de critérios e pontos de referência distintos (SHECAIRA, 2014). Ao compreender a importância do Iluminismo na trajetória histórica dos pensamentos criminológicos, será abordado neste capítulo a Escola clássica.

³ É precípua retratar que as criminologias sociológicas apresentam cada qual um embasamento teórico, com diferentes autores e distintas concepções acerca do crime e da pena. Segundo Shecaira (2014), pode-se dividi-las entre teorias do consenso: escola de Chicago, teoria da associação diferencial, teoria da anomia e teoria da subcultura delinvente; e teorias do conflito: o *labelling approach* e a criminologia crítica. Essa diferenciação e o embasamento teórico de cada uma serão abordados no final deste capítulo.

como método de análise - é necessário:

pesquisar a origem e a força dos sistemas penais, o uso e a rejeição de certas punições e a intensidade das práticas penais, uma vez que elas são determinadas por forças sociais, sobretudo pelas forças econômicas e, conseqüentemente, fiscais (p.20).

Inicia-se o estudo com uma análise sócio-histórica pelo final da Idade Média, época marcada pela fase embrionária do capitalismo, a abolição das monarquias absolutistas e a crise do sistema feudal. O sistema feudal⁴ era constituído por relações pessoais entre servos e senhores (os nobres feudais), compondo estamentos sociais - sendo os primeiros, os que exerciam sua força de trabalho na terra, e os segundos os donos da terra que se beneficiam desses trabalhos servis. Nesse sistema de produção, a produtividade era escassa e completamente rural (ANITUA, 2008).

O clero também constituía uma classe social da época, composta precipuamente pela Igreja católica, instituição que apresentava grande influência ao estruturar a visão de mundo do homem feudal. A igreja era detentora do saber, de um grande contingente de terras e ocupava espaços de poder (com membros do alto clero).

Nesse período, os valores judaico-cristãos, sobretudo, da igreja católica influenciaram diretamente na compreensão da necessidade do castigo e do sofrimento em relação a ideia de pena, que eram vistos como forma de expiação (MELOSSI; PAVARINI, 2010):

o modelo com o qual se mediam as sanções, se o sofrimento era socialmente considerado como um meio eficaz de expiação e catarse espiritual como ensinava a religião, não havia mais nenhum limite à execução da pena. De fato, esta se expressava na imposição de sofrimentos tais que pudessem de algum modo anteciper e igualar os horrores da pena eterna (p.23).

Não havia limites para a imposição desse sofrimento, haja vista que esse castigo poderia em certa medida se igualar aos horrores da pena durante a eternidade

⁴ Com o intuito de compreender as transformações sócio-históricas dessa época será exposto, primeiramente, uma síntese de como se estruturava o sistema feudal, trazendo os elementos centrais para discussão do crime e da pena. Outrossim, posteriormente, serão ressaltados os principais fundamentos de cada escola criminológica correspondente a esses períodos históricos, já apontando um olhar crítico sobre elas. Nesse sentido, será iniciado um diálogo com autores críticos como: Foucault, Rusche, Kirchheimer, Melossi, Pavarini, Marx e Engels que serão abordados também com mais ênfase no próximo capítulo.

(após a morte) (Ibidem). Nesse sentido, a punição era marcada por execução pública, suplícios e até mesmo a fogueira, formando um espetáculo punitivo com torturas e práticas caóticas (FOUCAULT, 1999), sobretudo às pessoas intituladas bruxas e hereges.

Nessa época, a apologia pela vingança social pública era muito presente, havia uma necessidade da sociedade de assistir essas punições corporais - práticas punitivas recebidas com aplausos e exaltação pelo povo. Pode-se relacionar essas práticas ao regime feudal vigente, no qual compreendia os servos como propriedade dos senhores, e o sistema de punição contribuía na manutenção dessa posição de poder e no estabelecimento dessa ordem. Nesse sentido, o corpo humano era objetificado, as pessoas punidas eram desumanizadas e demonizadas, numa lógica de manter o poder sobre o corpo.

Assim, nesse período, a pena era o suplício e o sofrimento, já a reclusão, o cárcere, não eram utilizados como forma de cumprimento de uma pena. A perda da liberdade não era vista como um tipo de pena, portanto, o cárcere já existia como instituição, mas não como pena. Conforme retratado a seguir:

Num sistema de produção pré-capitalista, o cárcere como pena não existe. Essa afirmação é historicamente verificável, advertindo-se que a realidade feudal não ignora propriamente o cárcere como instituição, mas sim a pena do internamento como privação de liberdade. Pode-se dizer que a sociedade feudal conhecia o cárcere preventivo e o cárcere por dívidas, mas não se pode afirmar que a simples privação da liberdade, prolongada por um determinado período de tempo e não acompanhada por nenhum outro sofrimento, fosse conhecida e, portanto, prevista como pena autônoma e ordinária (MELOSSI; PAVARINI, 2010, p.21).

O sistema feudal entra em crise e ocorrem diversas mudanças estruturais, políticas e econômicas, assim como a compreensão da punição, que aos poucos deixa de ser uma cena, e qualquer menção à um espetáculo punitivo começava a adquirir um cunho negativo para as pessoas (FOUCAULT, 1999).

Destarte, “o desaparecimento de um dado sistema de produção faz com que a pena correspondente fique inaplicável” (KIRCHHEIMER; RUSCHE, 2004, p.20). A título de ilustrar essa lógica, não há como a punição da escravidão permanecer sem uma economia escravista, assim como a prisão com trabalho forçado é impossível sem a manufatura e a indústria. Portanto, cada sistema de produção apresenta um

sistema de punição correspondente⁵ (Ibidem).

Esse é um período também de crescimento das cidades e das atividades comerciais constituída pelos primeiros comerciantes e artesãos - homens livres desprendidos das relações servis que lutavam pela garantia (com amparo estatal) dessa liberdade (ANITUA, 2008).

No que tange às transformações econômico-políticas dessa época, a princípio fortaleceu-se o poder centralizado que apresentou como maior favorecido, o rei, e os nobres. Ademais, demarcou uma “solidariedade” entre o poder político e o poder econômico, ou seja, entre as monarquias e os comerciantes das cidades (Ibidem).

Não obstante, este modelo estruturalmente contraditório também sofre profundas alterações, dando origem ao modo de produção capitalista em sua fase inicial (Ibidem). A burguesia adquiriu, assim, um papel revolucionário a partir da tomada de poder contra os reis e a nobreza, e consolidou-se como classe hegemônica. Segundo Engels (2015):

A luta da burguesia contra a nobreza feudal é a luta da cidade contra o campo, da indústria contra a posse fundiária, da economia do dinheiro contra a economia natural, e as armas decisivas dos burgueses nessa luta foram meios econômicos de poder que cresceram continuamente mediante o desenvolvimento da indústria, começando do artesanato e mais tarde avançando até a manufatura, e mediante a expansão do comércio. [...], porém, no momento em que a burguesia, que ainda era politicamente impotente, começou a se tornar perigosa em virtude de seu crescente poder econômico, a realeza voltou a aliar-se à nobreza e, desse modo, provocou primeiro na Inglaterra e depois na França, a revolução da burguesia (p. 193).

Nessa direção, a ascensão da burguesia manifestou-se tanto na mudança das formas produtivas como também no campo dos valores morais, como a valorização do individualismo (ANITUA, 2008). Nessa direção, o reconhecimento público do indivíduo torna-se resultado de sua ascensão social. Essas concepções ampliaram-se com as novas formas produtivas, valorizava-se mais as virtudes pessoais como, por exemplo, o conhecimento manual dos artesãos do que a origem familiar como outrora. A meritocracia (o mérito pessoal) e o individualismo adquirem espaço na

⁵ Ao enfatizar a afirmativa que cada sistema de produção apresenta um sistema de punição correspondente, não se anula o fato de ter práticas punitivas anacrônicas presentes em determinado sistema de produção, caracterizando a especificidade de cada região, sobretudo em menores comunidades, portanto, deve-se levar em consideração também a cultura local no estudo das práticas punitivas. Pode-se ilustrar na atualidade a presença da pena de morte nos Estados Unidos da América, país que segue a ideologia liberal e enfatiza a liberdade do sujeito e ao mesmo tempo mantém a pena de morte em determinados estados. Esses estados, em sua maioria do sul, apresentam uma cultura de linchamento e vingança pessoal, características que fortalecem a permanência desse tipo de pena.

compreensão de homem, mundo e sociedade da época, e andam de mãos dadas com a consolidação do Estado capitalista (Ibidem).

A burguesia trazia consigo uma racionalidade moderna que divergia de certos valores da Igreja católica, ao não compreender como pecados ou problemas morais: o enriquecimento pessoal, a usura e o gozo dos bens (Ibidem). Diante disso, o movimento calvinista amplia-se, pois, estava em consonância aos novos valores e propiciou uma base intelectual e religiosa para disseminação das ideias da burguesia na sociedade da época (KIRCHHEIMER; RUSCHE, 2004).

1.1 Escola Liberal Clássica

Nesse período histórico (entre os séculos XVI e XVIII), autores contratualistas refletiam sobre o Estado e a necessidade do homem de viver numa sociedade regida por leis, trazendo conceitos de igualdade e liberdade (KRISCHKE, 1993). Os seus maiores precursores foram Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. É importante ressaltar que esses autores convergem na compreensão de contrato social no qual os homens (a partir da razão, como seres racionais) devem seguir, composto por leis naturais. Nessa direção, para assegurar a execução dessas leis seria necessário um Estado⁶.

Nesse sentido, esses conceitos como: o contrato social, a liberdade individual, o direito à propriedade privada e a repressão às pessoas que não cumprissem as leis, tornaram-se sustentáculo da perspectiva da Escola Liberal Clássica do direito penal. É então, a partir dessas ideias que se embasam os autores dessa escola na busca de limitar o poder punitivo do soberano (o rei) com a reforma jurídico-penal; trazendo subsídios para a origem do direito penal (com a concepção de que todos são iguais perante a lei e detentores de livre arbítrio como seres racionais) e, sobretudo, legitimando o instrumento de punição (a prisão), que apresenta a maior utilização na atualidade e nos últimos séculos.

É importante ressaltar, que o leque de autores criminólogos atuais não são unânimes na análise de qual momento histórico teria inaugurado o estudo da

⁶ No entanto, diferem-se entre si, em relação a compreensão do estado de natureza dos homens (seja em constante guerra ou de forma pacífica) e no que tange aos elementos que devem fundamentar o Estado. Para saber mais, consultar: KRISCHKE, P. J. (Org). *O contrato social, ontem e hoje*. São Paulo: Cortez, 1993. Livro que abarca os principais textos dos mais importantes contratualistas da história.

criminologia. Esses apresentam uma diversidade de critérios e pontos de referência distintos (SHECAIRA, 2014). Ao compreender a importância do Iluminismo na trajetória histórica dos pensamentos criminológicos, será abordado a seguir a perspectiva da Escola Liberal Clássica⁷ que desencadeou grande repercussão mundial e conceitos utilizados até hoje.

Essa perspectiva apresenta como figura central Beccaria, com sua obra intitulada: “Dos delitos e das penas”⁸ de 1764, no qual repercutiu em vários trabalhos análogos⁹ na Europa (ZAFFARONI, 2013). A base ideológica de Beccaria é contratualista, no entanto o autor não delimita qual concepção contratual que adotou em sua obra. Ele citou apenas Montesquieu e Hobbes em seu livro. Não obstante, o pensamento de Montesquieu apresenta clara influência de Locke, que irá repercutir nos escritos de Beccaria, sobretudo na visão de contrato social e da liberdade do homem (ANITUA, 2008). Segundo Shecaira (2014), Beccaria também se embasou no contrato social de Rousseau no que tange a compreensão do livre-acordo entre os seres racionais e à crítica ao absolutismo e seu poder arbitrário. Nota-se que a obra de Beccaria apresenta como característica uma amálgama das correntes contratualistas de Hobbes, Locke e Rousseau¹⁰, que são movimentos teóricos contraditórios entre si. Dessa forma, em sua obra não há uma unidade teórica, mas apresenta como principais elementos: o utilitarismo, o contratualismo e os direitos naturais. Além de ser um grande defensor da separação entre Igreja e Estado - religião e direito - pecado e delito.

Destarte, para Beccaria, a origem das penas encontrava-se na necessidade

⁷ É precípuo enfatizar que muitos criminólogos críticos atuais só consideram o início da criminologia (tendo em vista a argumentação de ser um saber independente e reconhecido academicamente) a partir da criminologia positivista, percepção que se iniciou devido a uma crítica de Ferri aos clássicos, ao compreender suas análises sem cientificidade. No entanto, como a escola liberal clássica teve muita influência na crítica ao poder arbitrário do rei, na legalidade dos delitos, na proporcionalidade das penas e na igualdade formal perante a lei, trazendo subsídios para construção do direito penal, conceitos e normas que estão enraizados até hoje, é inegável a importância de abordá-la nesse estudo. Leva-se em consideração também a perspectiva de Zaffaroni (2013) que apresenta uma compreensão antitética à desses autores, conforme será exposto a seguir: “nas obras tradicionais se costuma afirmar que a criminologia nasceu na segunda metade do século XIX, ou seja, quando obteve reconhecimento acadêmico como saber independente. O mais curioso, porém, é que essas obras não só se calam (...) a respeito dos séculos anteriores, como também, não podendo ignorar o pensamento do século XVIII e da primeira parte do século XIX, preferem afirmar que este não era criminológico” (p.41).

⁸ Os juristas das universidades da época rejeitaram essa obra, e consideravam Beccaria perigoso e revolucionário. Seu livro foi condenado pela Igreja Católica, colocando-o na lista de proibição inquisitorial. Não obstante, foi reconhecido pelos ilustrados como figura central em matéria penal (ANITUA, 2008).

⁹ Podemos citar alguns representantes do pensamento clássico: Feuerbach, na Alemanha, Mello Freire, em Portugal, e na Itália: Filangieri, Rossi, Carmignani, Romagnosi e Carrara (SHECAIRA, 2014).

¹⁰ (vide nota de rodapé número sete).

de defender as pessoas dos ataques particulares (ANITUA, 2008). Dessa maneira, quando uma pessoa cometesse um crime, ao quebrar o contrato social, por ser um ser racional e detentor de livre-arbítrio¹¹ (sem causas patológicas ou sociais), conseqüentemente deveria ser punida. Essa punição deveria ser consonante ao mal causado à sociedade (SHECAIRA, 2014). Para Beccaria (2005), devia ter uma proporção entre os delitos e as penas, em suas palavras:

Não só é interesse comum que não sejam cometidos delitos, mas também que eles sejam tanto mais raros quanto maior o mal que causam à sociedade. Portanto, devem ser mais fortes os obstáculos que afastam os homens dos delitos na medida em que estes são contrários ao bem comum e na medida dos impulsos que os levam a delinquir. Deve haver, pois, uma proporção entre os delitos e as penas (p. 50).

Nessa direção, a pena não poderia ter apenas a dimensão simbólica de uma vingança social, ela deveria deter uma utilidade para a sociedade, que resultaria na prevenção dos delitos. Detinha-se a compreensão que só seria justo o castigo que fosse socialmente útil, assim a finalidade da pena seria a defesa social. Retórica utilizada para legitimar a pena privativa de liberdade (ANITUA, 2008).

É importante ressaltar, que até hoje, grande parte das legislações penais e do sistema prisional baseiam-se nas teorias preventivas da pena¹². No que tange aos fundamentos do direito de punir do Estado, o liberalismo penal da escola clássica, consolidou a teoria de prevenção geral negativa¹³, ou seja, de que a finalidade da pena seria atuar como elemento de dissuasão do delito através de coação psicológica. Nessa concepção, a execução da pena individual provocaria na sociedade o respeito

¹¹ É fato notório que a escola liberal clássica não considerava a pessoa que cometeu delitos diferente dos demais, detinha-se no conceito de crime como violação do pacto social, na base do Estado e do direito. O delito surgia da livre vontade do indivíduo e não por detrimento de causas patológicas (BARATTA, 1997).

¹² As funções declaradas das penas, segundo o Manual do direito penal (2011): “desdobra-se em dois aspectos, geral e especial, que se subdividem em outros dois. Temos quatro enfoques: a) geral negativo, significando o poder intimidativo que ela representa a toda a sociedade, destinatária da norma penal; b) geral positivo, demonstrando e reafirmando a existência e eficiência do Direito Penal; c) especial negativo, significando a intimidação ao autor do delito para que não torne a agir do mesmo modo, recolhendo-o ao cárcere, quando necessário e evitando a prática de outras infrações penais; d) especial positivo, que consiste na proposta de ressocialização do condenado, para que volte ao convívio social, quando finalizada a pena ou quando, por benefícios, a liberdade seja antecipada” (NUCCI, 2011, p.391). É importante ressaltar que nem todos os iluministas defendiam as teorias preventivas da pena, Kant, por exemplo acreditava na importância da teoria retributiva da pena, sem função preventiva, voltada exclusivamente para a retaliação de quem cometeu os crimes. Ressalta-se também que as teorias da pena relacionadas à ressocialização apresentam como subsídio o positivismo, não os fundamentos da escola clássica.

¹³ A título de informação, Feuerbach, outro autor da Escola Clássica, também defendia a teoria da prevenção geral negativa e aprofundou-se nesse estudo (CARVALHO, 2015).

às normas e leis ditadas pelo Estado devido ao temor da punição, medo que se desenvolveria pela cultura e diminuiria os índices de criminalidade (CARVALHO, 2015).

Nessa direção, a teoria da prevenção geral positiva consoante à teoria da prevenção especial negativa¹⁴, defende a sanção estatal, o encarceramento, como meio para evitar a reincidência. Importa destacar que essa teoria enuncia a pena como um elemento dissuasor da prática de crimes, ou seja, enquanto uma confirmação da eficiência do direito penal (Ibidem).

Conforme supracitado, não havia limites para a imposição desse sofrimento pelo rei ou soberano, haja vista que esse castigo poderia em certa medida se igualar aos horrores da pena durante a eternidade (após a morte) (MELOSSI; PAVARINI, 2010). No entanto, com a incorporação da filosofia política iluminista, trouxe como subsídio às ciências criminais os princípios fundamentais do direito de punir (desvinculando a punição do poder arbitrário do rei e como forma de expiação religiosa). Nessa direção, Beccaria (2005) busca uma reforma para limitação da autoridade da Igreja e critica a arbitrariedade do castigo ao intitular os reis como “tiranos”:

Espetáculos demasiado bárbaros só podem ser o resultado dos furores passageiros de um tirano, e não ser sustentados por um sistema constante de legislação. (...) Quem poderia ter dado a homens o direito de degolar seus semelhantes? Esse direito não tem certamente a mesma origem que as leis que protegem (p.31-32).

Este autor em conjunto com outras referências iluministas, apresentavam uma forte corrente crítica ao exercício arbitrário do poder punitivo, exercido pelos reis e pela nobreza, marcado por grandes atrocidades como: os suplícios, a tortura e a pena de morte. Na visão desses autores, essas atrocidades eram contra o bem público, assim eles buscavam uma política criminal fundamentada pelos princípios da legalidade e da utilidade (BARATTA, 1997).

Não obstante, é precípua enfatizar que a busca por essas mudanças não foi resultado de considerações humanitárias, mas a implantação de um novo modelo econômico que revelava a importância da mão de obra completamente à disposição das classes dominantes (KIRCHHEIMER; RUSCHE, 2004).

Nessa direção, essa fase marcada pela acumulação primitiva do capital

¹⁴ Bentham, outro autor da Escola Clássica, é também um dos pensadores da Prevenção Especial Negativa (CARVALHO, 2015).

necessita estabelecer a relação de dependência do trabalhador a partir da coerção. Marx descreve essa realidade no livro “O Capital”, apresentando a reação do poder estatal a essa massa de pessoas expropriadas de suas terras e tradições, em suma, de sua cultura. É importante ressaltar que não foi um processo passivo e de consenso, pelo contrário, marcado por violência, expropriação e leis de controle e coerção, que segundo o autor, essas leis proliferaram nessa época, sobretudo contrárias à “vagabundagem”.

Expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes (MARX, 2013, p.806).

Destarte, a questão da natureza da pena afetava precipuamente as classes subalternas constituídas por ex-artesão e ex-camponeses desempregados e pauperizados. Entretanto, os problemas de uma definição mais precisa de direito substantivo e o aperfeiçoamento dos métodos punitivos influenciavam diretamente as classes dominantes. As casas de correção e as casas de trabalho, por exemplo, foram o ponto alto do mercantilismo e viabilizaram a implantação de formas iniciais do capitalismo (KIRCHHEIMER; RUSCHE, 2004).

As casas de correção eram destinadas a quem cometia delitos e as casas de trabalho à população ociosa como “caridade”. Marx (2010), em seu texto: “A Nova Gazeta Renana”, conceitua as *workhouses* inglesas como: “estabelecimentos públicos em que a população trabalhadora excedente vegeta às custas da sociedade burguesa” (p.369). Destarte, ao relacionar a caridade com a vingança, “a burguesia descarrega nos miseráveis coagidos a apelar à sua caridade” (Idem, p. 369). Engels, no livro: “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” (2010) expressa: “as casas de trabalho são prisões: quem não realiza sua cota de trabalho, não recebe alimentação; quem quiser sair depende da permissão do diretor, que pode negá-la (...) com base em seu juízo arbitrário” (p. 318-319).

Nesse sentido, tanto as casas de correção como as casas de trabalho apresentavam a função de adestrar os trabalhadores na rotina da produção, como mecanismo de nivelamento salarial e enclausuramento do proletariado para evitar resistência frente ao capitalismo em formação. Destarte, essa:

“caridade feroz” da burguesia inglesa não se baseia de modo algum em razões apaixonadas, mas sim muito práticas, inteiramente calculáveis. De um lado, a ordem burguesa e a atividade comercial poderiam sofrer de maneira inquietante se todos os paupers da Grã-Bretanha fossem subitamente arremessados à rua. Por outro lado, a indústria inglesa oscila entre períodos de febril superprodução, em que a demanda por braços mal pode ser atendida e os braços devem ser obtidos tão barato quanto possível, e períodos de recuo comercial, em que a produção excede largamente o consumo e apenas com esforço a metade do exército de trabalhadores pode ser empregada, com metade do salário. Que meio mais sensato do que as workhouses para manter à disposição um exército de reserva para os períodos favoráveis e, ao mesmo tempo, durante os períodos desfavoráveis para o comércio, transformá-lo, pela punição nestes piedosos estabelecimentos, em máquina sem vontade, sem resistência, sem exigências, sem necessidades? (MARX, 2010, p. 369).

Nessa direção, considerando-se que durante a transição da sociedade feudal para a sociedade burguesa-industrial, o trabalhador não apresenta mais um vínculo de servidão com um senhor. Dessa forma, posteriormente à revolução burguesa, é concedido ao trabalhador uma certa liberdade, que é analisada por Melossi e Pavarini (2010), como permeada por uma relação de exploração de uma classe (a burguesia) pela outra (o proletariado).

como a crítica marxista deixará claro, esta aparente liberdade não seja outra senão a sanção de uma força diferente, não mais jurídico-militar, não mais política, e sim econômica, a diferença na organização de uma sociedade em que o aluguel da força de trabalho disponível deve passar através do instrumento impessoal - ainda que terrivelmente concreto do mercado, que permite o controle e sua subordinação pessoal e perpétua do explorado ao seu explorador -, é inegavelmente grande e comporta uma série de problemas completamente novos (p.51)

Essa era a realidade representada pela dialética entre o princípio de liberdade e o conceito de autoridade que se inicia com a sociedade burguesa. Com a libertação camponesa e sua transformação para proletariado, o ordenamento hierárquico do senhor feudal desaparece e a autoridade progride e se manifesta na exploração dentro das fábricas, das casas de trabalho e das casas de correção (MELOSSI; PAVARINI, 2010).

A título de ilustrar essa realidade histórica no berço do capitalismo, a pedido

do clero inglês, em Londres, o Rei autoriza a utilização do Castelo de *Bridewell*¹⁵ para acolher essa população ociosa e que cometia delitos. Elabora-se, então, um protótipo de prisão, na medida que era uma instituição dirigida com austeridade, com o objetivo de reformar os/as internos/as a partir do trabalho obrigatório e da disciplina, e com a intenção de desencorajar outras pessoas a praticarem a “vagabundagem”, e procurarem manter o próprio sustento a partir de atividades laborais. Essa experiência disseminou-se pela Inglaterra e pela Europa (MELOSSI; PAVARINI, 2010).

Nesse período, para Melossi e Pavarini (2010), que analisaram a gênese da instituição prisional na Europa, sobretudo na Inglaterra e na Itália, o cárcere passa a atuar como auxiliar externo à fábrica, onde o controle do empregador não se estenderia.

A coação das necessidades econômicas submete a força de trabalho à autoridade do capitalista; fora da fábrica, os trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho e do processo de consumo - a chamada superpopulação relativa, sem utilidade direta na reprodução do capital, mas necessária para manter os salários em níveis adequados para valorização do capital - são controlados pelo cárcere, que realiza o papel de instituição auxiliar da fábrica (p. 06).

Essas instituições impulsionaram o disciplinamento dos trabalhadores de baixa renda para extração da mais valia, a partir de uma exploração da mão de obra. Essa massa sobrando era explorada ao máximo com trabalho industrial repetitivo em condições desumanas (BATISTA, 2011).

Nesse sentido, para Foucault¹⁶ a pena privativa de liberdade adestrava os

¹⁵ O Castelo de *Bridewell* ou *Bridewell Palace* foi construído no sítio da estalagem medieval St Bride's Inn, localizado na cidade de Londres e que serviu de residência ao Rei Henrique VIII entre 1515 e 1523, então diante do grande crescimento do pauperismo, a pedido do clero inglês, o rei autoriza o uso do Castelo para “acolher os vagabundos, os ociosos, os ladrões e os autores de delitos de menor importância. O objetivo da instituição, que era dirigida com mão de ferro, era reformar os internos através do trabalho obrigatório e da disciplina. Além disso, ela deveria desencorajar outras pessoas a seguirem o caminho da vagabundagem e do ócio, e assegurar o próprio auto-sustento através do trabalho, a sua principal meta. O trabalho que ali se fazia era, em grande parte, no ramo têxtil, como o exigia a época. A experiência deve ter sido coroada de sucesso, pois, em pouco tempo, *houses of correction*, chamadas indistintamente de *bridewells*, surgiram em diversas partes da Inglaterra” (MELOSSI, PAVARINI, 2010, p.36).

¹⁶ Para Foucault (1999), o poder punitivo exercido com o nascimento das prisões “produz corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (p.5-6). Destarte, o autor demonstra que a prisão é uma técnica de coerção dos indivíduos: ao utilizar processos que treinam o corpo, sob formas de hábitos no comportamento, proporciona a implantação de um poder punitivo determinado (SHECAIRA, 2014).

indivíduos, tornando-os dóceis e submissos, e servia de mecanismo de regulação da sociedade. Abaixo, em suas palavras, ele retrata essa mudança das formas punitivas, no qual o corpo não é mais o alvo da repressão penal.

Dentre tantas modificações, atendo-me a uma: o desaparecimento dos suplícios. Hoje existe a tendência a desconsiderá-lo; talvez, em seu tempo, tal desaparecimento tenha sido visto com muita superficialidade ou com exagerada ênfase como “humanização” que autorizava a não o analisar. De qualquer forma, qual é sua importância, comparando-o às grandes transformações institucionais, com códigos explícitos e gerais, com regras unificadas de procedimento; o júri adotado quase em toda parte, a definição do caráter essencialmente corretivo da pena, e essa tendência que se vem acentuando sempre mais desde o século XIX a modular os castigos segundo os indivíduos culpados? Punições menos diretamente físicas, uma certa discricção na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação, merecerá tudo isso acaso um tratamento à parte, sendo apenas o efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade? No entanto, um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal (FOUCAULT, 1999, p.12)

Nesse sentido, para Beccaria (2005) só haveria justiça se a punição fosse inevitável, era necessário a ideia de “um castigo inevitável” (com o intuito de dissuadir quem cometeu), proporcional (deveria apresentar a mesma intensidade do dano causado por quem cometeu o crime) e rápida (para ter o efeito dissuasório da pena ela deveria acontecer pouco tempo posteriormente ao cometimento do crime). Em suas palavras: “esse tempo seja bastante curto para não retardar demais o castigo que deve seguir de perto o crime, se se quiser que o mesmo seja um freio útil contra os celerados” (Idem, p.26).

Diante do exposto, buscava-se nessa época, a valoração dos princípios capitalistas liberais na formação do proletariado explorado pelas relações trabalhistas, tal como atualmente. Valores que exprimem a compreensão do interesse privado do homem como interesse humano (MARX; ENGELS, 2003)¹⁷ e de uma vontade geral.

¹⁷ No livro intitulado: “A sagrada família” Marx e Engels (2003) abordam sobre os valores capitalistas: “Se o interesse bem-entendido é o princípio de toda moral, o que importa é que o interesse privado do homem coincida com o interesse humano. Se o homem não goza de liberdade em sentido materialista, quer dizer, se é livre não pela força negativa de poder evitar isso e aquilo, mas pelo poder positivo de fazer valer sua verdadeira individualidade, os crimes não deverão ser castigados no indivíduo, mas [devem-se] sim destruir as raízes anti sociais do crime e dar a todos a margem social necessária para exteriorizar de um modo essencial sua vida. Se o homem é formado pelas circunstâncias, será necessário formar as circunstâncias humanamente. Se o homem é social por natureza, desenvolverá sua verdadeira natureza no seio da sociedade e somente ali, razão pela qual devemos medir o poder de sua natureza não através do poder do indivíduo concreto, mas sim através do poder da sociedade” (p.150).

Perspectiva que se sustenta a partir de uma análise idealista que compreende o sujeito atomizado, ou seja, sem influência das relações sociais¹⁸ e não enxerga a realidade em sua totalidade com suas múltiplas determinações. É importante enfatizar, que essa perspectiva entende a punição (aos que romperam com o contrato social) como forma de defesa social. Não obstante, essa defesa social é, na verdade, uma defesa aos bens das classes dominantes e para a manutenção da ordem que estava se formando.

É importante ressaltar que as teorias legitimadoras da pena consolidadas na Escola Clássica ainda são utilizadas até hoje, principalmente como forma de manter a falácia da eficiência do direito penal ao estarem enraizadas no senso comum brasileiro e em grande parte dos países do mundo. É precípua enfatizar o estudo desses conceitos diante da atual realidade brasileira com uma política ultraliberal marcada pela disseminação massiva dos mesmos que repercute na busca crescente (pela população) da punição.

Nesse sentido, três críticas aos conceitos da escola clássica são importantes. A primeira é a compreensão que a estrutura normativa do direito penal não cumpre a sua função real (a racionalização e limitação do poder punitivo), na medida em que na materialidade o direito penal não impede arbitrariedades e acaba legitimando e justificando a violência estatal, ao invés de limitá-la. Essa lógica só fortalece a política de extermínio e o aumento do encarceramento com o objetivo de manutenção do poder de punir.

A segunda, refere-se sobre a retórica que a prisão provoca intimidação das pessoas, com efeito dissuasório de crimes, em sua materialidade, após séculos de utilização da pena privativa de liberdade, nos mostra que o aumento da punição não diminuiu a criminalidade. E sobretudo, constituiu um espaço retroalimentador da violência e da reincidência, crítica que será abordada com mais profundidade no capítulo dois.

A terceira são as indagações referente ao conceito de proporcionalidade da pena. Existe pena proporcional ao delito, diante de diversas situações ímpares? Como medir o sofrimento real do apenado sendo que há tantas violações de direitos no sistema prisional? Esses são questionamentos que demonstram a impossibilidade, na

¹⁸ Marx critica essa perspectiva liberal em seu texto: “ideologia alemã”, sobretudo no que tange a teoria hegeliana da pena, discussão que será abordada, sinteticamente, no capítulo dois em conjunto com as contribuições de Pachukanis.

prática, da aplicação de pena proporcional (informação verbal)¹⁹.

1.2 Escola positivista

Prosseguiremos dando ênfase na ascensão da burguesia nos séculos XVIII e XIX, com a revolução industrial, período marcado por inovações tecnológicas, como: a máquina a vapor, a utilização do carvão na manipulação de metais, transformações radicais na agricultura e nos meios de transportes que viabilizaram uma produção verdadeiramente industrial. Processo que consolida a substituição definitiva da manufatura e do artesanato (ANITUA, 2008).

As ideias do liberalismo repercutem mundialmente, sobretudo no tocante a limitar as interferências estatais, no fortalecimento dos interesses privados e do mercado. Um influente autor dessa época que fortalece a ideologia liberal foi Adam Smith com sua obra intitulada: "A riqueza das nações" de 1776, e que apresenta influências até hoje (Ibidem).

Mesmo diante desse crescimento acelerado na produção e com o aumento das técnicas produtivas, "a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas" (NETTO, 2001, p.42). Esse fenômeno originou o pauperismo, ou seja, a pauperização massiva da classe trabalhadora no capitalismo no estágio industrial concorrencial. É nessa época que surge o conceito de questão social como sinônimo desse pauperismo (Ibidem).

Com o passar do tempo, essa compreensão da questão social e seus processos de reprodução aprofundam-se numa análise do processo de produção do capital (com autores como Marx). Segundo Netto (2007):

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a "questão social" - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da "questão social"; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A "questão social" é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se o segundo. (...) a "questão social" está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração (p. 157).

Diante dessa realidade de profundas desigualdades sociais fruto da relação capital/trabalho, a atitude tomada pela burguesia em relação à pobreza apresentava

¹⁹ Fala do professor Maurício Dieter na disciplina Criminologia crítica I, USP, em 30 mar. 2020.

como base a doutrina neotomista que compreendia a necessidade do trabalho como uma condição vital, sendo esta indispensável e natural. Destarte, o dever de trabalhar era primordial para a preservação coletiva e individual (KIRCHHEIMER; RUSCHE, 2004). Vale ressaltar que o neotomismo torna-se uma corrente norteadora da doutrina social da Igreja católica no século XIX, ao retomar as ideias centrais de Santo Tomás de Aquino (CARDOSO, 2013).

Um documento importante dessa época que expõe a concepção da Igreja Católica frente às expressões da questão social, foi a Encíclica *Rerum Novarum*²⁰ de 1891, sobre as condições dos operários. A carta buscava a dissolução de organizações socialistas de trabalhadores fabris, ressalta a dignidade do trabalho, é a favor da propriedade privada e da conciliação de classe (entre a burguesia e o proletariado) na manutenção do sistema vigente. Conforme consta nessa passagem: “o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível” (RERUM NOVARUM, 1991, p.15). Ademais, a carta ressalta a caridade como solução aos problemas sociais.

É importante destacar, que nesse período histórico, há um movimento de separação entre Estado e Igreja, com a valorização da ciência frente à religião, numa cisão entre fé e razão. No entanto, com a chegada de um inimigo em comum - as ideias socialistas - ocorre uma mescla cultural com elementos muito heterogêneos, que originam o neotradicionalismo. Segundo Netto (2007):

De um lado, está o componente especificamente restaurador (...) (influenciado pelos giros de Burke e com inspiração católica): de outro, o eixo que se constitui em torno da tradição republicana de direita, marcadamente laica; e, enfim, os elementos típicos do positivismo (...) Essa mescla cultural desaguará numa problemática toda ela comandada pela preocupação em estabelecer hierarquias sociais estáveis e polarizada pela noção de ordem (p.108).

Nessa direção, a burguesia e o Estado lidavam com as expressões da questão social, a partir da separação da “mendicância apta e não apta ao trabalho” na sociedade (ANITUA, 2008, p.64), sendo a primeira sujeita a um sistema racional de bem-estar social a partir da filantropia e do assistencialismo, e a segunda diretamente sujeita à política criminal. Concomitantemente, ampliava-se o dispêndio do dinheiro

²⁰ A Encíclica *Rerum Novarum* - magna carta da doutrina social da Igreja foi promulgada em 15 de maio de 1891, escrita por Leão XIII sobre a condição dos operários, foi o primeiro documento da Igreja que retrata problemas sociais e econômicos.

público, com o surgimento da polícia, como operacionalizada hoje, como corpo de disciplinamento e inspeção²¹. Todos os países dessa época que estabeleceram a instituição da polícia, justificavam-na para o controle das massas perigosas, constituída pelo proletariado urbano e sua tendência às greves e sabotagens. O objetivo central era a proteção das fábricas e das indústrias (Ibidem).

Nesse âmbito, o trabalho (nas casas de correção e nas casas de trabalho) começa a ser questionado pelas massas operárias, diante do crescente pauperismo, com o proletariado lutando pela sua sobrevivência, e pela realidade da exploração do trabalho pelas fábricas ter condições duras e insalubres e somado a concorrência que o trabalho no cárcere representava para o trabalho livre. Todos esses fatores desencadeiam o declínio do trabalho no cárcere, sobretudo pelo caráter de um movimento operário forte e organizado²² (MELOSSI; PAVARINI, 2010). Dessa forma, outras alternativas de lucro concentrando no trabalho livre são encontradas. Segundo Rusche e Kirchheimer (2004):

Ao invés de uma classe dominante ávida para obter força de trabalho de qualquer jeito, encontramos uma classe trabalhadora montando barricadas para assegurar o reconhecimento oficial de seu direito ao trabalho. A fábrica substituiu a casa de correção, que requeria altos investimentos em administração e disciplina. O trabalho livre podia produzir muito mais e evitava a drenagem de capital envolvido com as casas de correção. Em outras palavras, a casa de correção caiu em decadência porque outras fontes melhores de lucro foram encontradas, e porque, com o desaparecimento da casa de correção como meio de exploração lucrativo, a possível influência reformadora do trabalho seguro também desapareceu (p.136).

Nesse momento, as casas de correção perdem seu caráter de empresa pública e centram-se no objetivo de controle social a partir da punição aos sentenciados à prisão. Nesse cenário, inicia-se a ampliação do discurso médico, que foi essencial na manutenção da ordem capitalista, sobretudo ao preencher as lacunas do igualitarismo burguês (associado ao contrato social, onde todos são livres e iguais perante a lei) e trazer elementos que viabilizaram o funcionamento da sociedade fabril

²¹ A título de informação a gênese da polícia ocorreu na França antes e durante o Antigo Regime com o intuito de delação e controle terrorista, no entanto a polícia como conhecemos hoje só surge no século XIX (ANITUA, 2008).

²² Pode-se ilustrar nos Estados Unidos esse declínio do trabalho no cárcere iniciado nos finais do século XIX até os anos de 1940. Nesse país utilizou-se dois sistemas de cárcere, que promoviam o silêncio e o confinamento solitário. O sistema separado na Pensilvânia e o sistema do silêncio em Auburn. Os dois apresentavam diferentes particularidades, contudo os dois buscavam pelo confinamento solitário a imersão no eu, a auto expiação e o martírio, havia trabalho forçado, no entanto, não podia ser produtivo ou competir com os trabalhadores assalariados (MELOSSI; PAVARINI, 2010)

e principalmente o controle sobre a população trabalhadora (ANITUA, 2008).

A medicina, sobretudo os psiquiatras, demonstraram por métodos científicos que o sujeito que nascia com certo temperamento e determinadas características biológicas, deveria ser confinado em: manicômios, prisões e asilos para tratamento, dando origem a ideia de confinamento terapêutico (Ibidem). Conforme retrata Foucault (1999) acerca dessa época:

O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. [...] um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores (p. 16).

Destarte, inicia-se uma busca pelo cientificismo, o que fortalece o surgimento do positivismo. A gênese dessa teoria do século XIX é atribuída ao autor francês Augusto Comte, que apresenta como fundamento, em síntese, compreender a sociedade da mesma forma que se compreende os fenômenos da natureza e a partir de métodos indutivos propor leis gerais e deterministas. De acordo com Juarez Cirino dos Santos (1979), o positivismo:

supõe a existência real de leis gerais que determinam os fenômenos da natureza, e a sua aplicação visa identificar essas leis gerais, compreendidas sob o conceito de causas: a ciência positiva significa o conhecimento organizado das relações causais dos fenômenos naturais, produzido pela aplicação do método positivo, consistente na observação regular e reprodução experimental dos fenômenos observados. A observação regular dos fenômenos naturais particulares possibilita a indução de causas ou leis gerais, que determinam a existência desses fenômenos, e a formulação de hipóteses explicativas: a reprodução experimental ou verificação empírica da natureza causal das leis contidas nas hipóteses induzidas, é, portanto, a comprovação prática que confere ao conhecimento positivo. O método indutivo pressupõe uma relação de determinação universal dos fenômenos naturais, ou determinismo natural, e a ciência positiva surge como o conhecimento verificado das relações causais desses fenômenos (p.43-44).

Portanto, o positivismo abdica a noção de liberdade do comportamento, na medida em que compreende que o conhecimento científico das relações causais dos fenômenos sociais proporciona a sua previsão, e dessa maneira possibilita seu controle e contenção seguindo objetivos e interesses específicos (SANTOS, 1979).

Na Europa no século XIX, era muito conveniente às classes dominantes a racionalização científica para suprimir fenômenos sociais que eram contrários à ordem vigente, tendo em vista que o pensamento positivista compreende como dada a ideologia dominante, ao ressaltar a importância da tecnologia, da autoridade e do

controle científico (Ibidem).

Nessa análise, os fenômenos sociais perdem seu valor político, são reduzidos a problemas científicos e, nesse sentido, desprovidos de um questionamento do modo de organização política. Em consonância a essas ideias a grande maioria das pesquisas na sociologia do direito apresentam como método o positivismo, ao entender a ordem legal como dada e já estabelecida, sem realizar uma crítica de como o sistema opera (Ibidem).

Essa perspectiva teórico-metodológica acaba culpabilizando os indivíduos e os enquadrando em “normais” e “anormais”, sem compreender a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas do sistema ao não apresentar criticidade à ordem vigente. Essas ideias procuravam justificar cientificamente a punição e a repressão causada pelos sistemas punitivos.

No campo criminológico, esse pensamento é norteador da escola criminológica positivista. Esta escola, realizará uma forte crítica a escola liberal clássica, que a antecede,

Para eles (os positivistas) o livre arbítrio era uma ilusão subjetiva, algo que pertencia à metafísica. O infrator era um prisioneiro de sua própria patologia (determinismo biológico), ou de processos causais alheios (determinismo social). Era ele um escravo de sua carga hereditária: um animal selvagem e perigoso, que tinha uma regressão atávica e que, em muitas oportunidades, havia nascido criminoso. A crítica feita pelos positivistas aos clássicos marcou todas as discussões e a literatura do final do século XIX e início do século XX. Muitos se dividiram entre a pena proporcional ao mal causado (proposta pelos clássicos) e a medida de segurança com finalidade curativa, por tempo indeterminado, enquanto persistisse a patologia (proposta pelos positivistas) (SHECAIRA, 2014, p. 49).

É precípua enfatizar que a criminologia positivista apresentou diversas vertentes e pensadores. Podemos citar algumas teorias como: a criminologia da escola positiva italiana, a criminologia positivista da escola sociológica francesa, o positivismo correcionalista espanhol, o positivismo criminológico na América Latina e o positivismo reformista dos Estados Unidos da América (ANITUA, 2008).

Diante dessa pluralidade de concepções, será aprofundado os conceitos da escola positiva italiana²³, haja vista que seu maior expoente (Lombroso) inaugurou o positivismo na criminologia, e em conjunto com seus mais representativos discípulos

²³ A partir da filosofia positivista e o florescimento dos estudos biológicos e sociológicos, nasce na Itália a escola positiva do direito penal composta por Lombroso, Ferri e Garófalo, com estudos deterministas dos sujeitos, contrários às ideias da escola clássica do direito penal (BARATTA, 1997).

Ferri e Garófalo que tiveram forte influência no pensamento criminológico positivista do século XIX (Ibidem).

Essa perspectiva teórico-metodológica apresenta como objeto de estudo o homem delinquente, em substituição aos delitos e as penas da escola clássica (ANITUA, 2008). É com a perspectiva da escola positiva italiana que o foco se volta ao estudo do criminoso, pensamento que inaugura com uma espécie de separação entre crime e criminoso (SHECAIRA, 2014). Segundo Baratta (1997), essa escola afirmava a exigência de:

uma compreensão do delito que não se prenda à tese indemonstrável de uma causação espontânea mediante um ato de livre vontade, mas procura encontrar todo o complexo das causas na totalidade biológica e psicológica do indivíduo, e na totalidade social que determina a vida do indivíduo (p.38).

Esta é uma nova forma de considerar o delito, ao compreender que a ação do indivíduo que levou ao delito está relacionada com a sua totalidade natural e social (BARATTA, 1997). Destarte, as penas deveriam ser pautadas mediante ao grau de periculosidade social de cada indivíduo, introduzindo-se a ideia de “tratamento”, o que possibilitaria um maior controle e categorização nas prisões e manicômios (ANITUA, 2008).

Esses conceitos trazidos por Lombroso ganharam grande repercussão e exerceram bastante influência em todo o mundo, sobretudo na Europa e na América Latina, exemplificada pelas obras dos cientistas²⁴ da época (ANITUA, 2008).

O positivismo era visto como novidade frente às teorias clássicas de outrora (ANITUA, 2008). O livro fundacional dessa corrente positivista da criminologia, foi a obra escrita por Lombroso em 1876, intitulada: “O homem delinquente” (BATISTA, 2011). O livro traz pressupostos básicos da anormalidade individual da pessoa que cometeu o delito, como uma explicação universal da criminologia. O objeto de estudo concentra-se no comportamento singular e desviado, consequência de uma base patológica no sujeito que o reproduzia (ANITUA, 2008).

A denominação de homem delinquente era associada a um ente diferenciado,

²⁴ Podemos citar como discípulos e partidários de Lombroso: Max Nordau (1849-1923), na França; Havelock Ellis (1859-1939), na Inglaterra; Hans Kurella (1858-1916), na Alemanha, e Luis María Drago (1859-1921), na América Latina e Guglielmo Ferrero (1871-1942), na Itália. Esse último autor escreveu em conjunto com Lombroso a obra intitulada: Mulher delinquente, com idéias inquisitoriais, ao enxergar a mulher num lugar inferior na escala evolutiva, com inteligência menos desenvolvida que os homens. Um exemplo de tal perspectiva: no estudo para entender as causas da prostituição feminina, eles chegaram à conclusão que seria por uma predisposição orgânica à loucura moral (ANITUA, 2008).

este era visto como outra “raça” distinta dos seres humanos normais. Essa diferenciação era feita a partir de mensurações e classificações com a população encarcerada, para estabelecer os fenótipos do criminoso (BATISTA, 2011). Lombroso (2010) apresenta as características biológicas que compunham o criminoso nato: “mandíbulas volumosas, assimetria facial, orelhas desiguais, falta de barba nos homens, fisionomia viril nas mulheres, ângulo facial baixo” (p.197).

É notório que esses conceitos foram influenciados por teorias que interpretam (equivocadamente) as ideias de Darwin, ao naturalizar a inferioridade, concepção na qual o racismo torna-se discurso científico, entendendo o delinquente como inferior na escala evolutiva (BATISTA, 2011). Estes eram compreendidos como um subtipo humano - um ser primitivo, denominados por Lombroso como selvagens (ANITUA, 2008).

Destarte, o autor reconhecia a necessidade de pontuar o conjunto de causas que determinam e produzem o crime (ANITUA, 2008). Nas palavras de Baratta (1997), Lombroso considera o delito como ente natural “um fenômeno necessário, como o nascimento, a morte, a concepção, determinado por causas biológicas de natureza sobretudo hereditária” (p.39).

Esse rígido determinismo biológico da criminologia positivista, é bastante criticado atualmente, na medida em que oculta os problemas políticos, econômicos e sociais que giram em torno da questão criminal, culpabiliza o indivíduo e legitima o encarceramento de pessoas vistas como criminosas ou perigosas, sob justificativa científica para perpetuar o racismo. Nessa direção, Lombroso se utiliza do conceito do homem atávico, sendo o atavismo:

um termo da biologia evolutiva que se refere ao reaparecimento de características que foram suprimidas em uma espécie após várias gerações. (...) O conceito de homem atávico, desenvolvido por Lombroso parte da pressuposição de que a humanidade se divide em raças. Algumas dessas raças são mais evoluídas que outras, sendo a raça branca caucasiana a mais evoluída entre todas as raças humanas (GOUVEIA, 2018, p.37).

Esse determinismo era fruto de análises embasadas no estudo da anatomia, da fisiologia e da psiquiatria e apresentava a compreensão que o “delinquente” não se diferenciava do “louco”. Segundo Anitua (2008), para Lombroso tanto o sujeito que cometia delitos como a pessoa com sofrimento psíquico:

são como são devido à sua natureza e essas características são psicossomaticamente reconhecíveis e tem como causa um atavismo (...). O

delinquente era um salto para trás na evolução humana apregoada por Darwin, um atavismo daqueles tempos em que não havia evoluído (...). O atavismo seria, ao mesmo tempo, uma explicação científica - o delinquente o é porque o seu desenvolvimento foi interrompido no seio materno antes de alcançar a maturidade - e uma chave para esse possível reconhecimento²⁵ (p. 303-304).

Portanto, o criminoso, nas palavras de Lombroso (2010), é: “geneticamente determinado para o mal, por razões congênitas. Ele traz no seu âmago a reminiscência de comportamento adquirido na sua evolução psicofisiológica” (p.07). Essa compreensão entende o crime como fruto de uma predisposição inata, em que a liberdade humana - o livre-arbítrio - não existe (SHECAIRA, 2014).

É importante ressaltar que, em 1911, em seu livro intitulado: “O delito, suas causas e seus remédios”, Lombroso amplia sua ideia de determinismo apenas biológico, para uma série de outras causas ao delito como: o clima, à geologia, à raça, à civilização e à imprensa, à densidade de população e à imigração, ao uso de drogas, à ausência de educação e à condição econômica (ANITUA, 2008), compreendendo como fatores exógenos, que podem desencadear os fatores clínicos (endógenos) (SHECAIRA, 2014).

Na sociedade da época, as categorias preconizadas por essa ideologia se retroalimentavam, pois eram reconhecidas nas características das pessoas detidas²⁶ e utilizava-se dessa justificativa para punir outras pessoas com o mesmo biotipo. O positivismo médico e criminológico interviu diretamente na repressão, segundo consta em registros no sistema prisional, em manicômios e expresso na ação policial desse período (ANITUA, 2008).

Essas classificações hierarquizantes apresentavam a função de ordenar os problemas locais (pessoas de baixa renda e indesejáveis) e os problemas gerais (representado por comunidades periféricas), contra as organizações populares. Nessa lógica, a prisão e a polícia se instituem como controle punitivo do proletariado e a humanidade divide-se agora entre os normais e os “anormais”, culpabilizando e punindo os indivíduos indesejáveis (BATISTA, 2011).

²⁵ Reconhecimento este que podia ser observado no corpo humano, Lombroso estudava em cadáveres de pessoas que haviam cometido delitos. No livro: “O homem delinquente”, o autor separou em subcapítulos as características dos delinquentes natos como: peso, crânio, fisionomia, insensibilidade à dor, tato, tatuagem, reação etílica, agilidade, sexualidade, senso moral, afetividade, altruísmo, astúcia e preguiça (LOMBROSO, 2010).

²⁶ Á título de estabelecer maior profundidade no assunto: “Lombroso era um conservador, que chegou a intervir na repressão contra o movimento anarquista, particularmente importante na Itália e na Espanha, através de sua obra Os anarquistas (compreensão dos anarquistas como doentes mentais, o que justificaria a internação de muitos deles em manicômios)” (ANITUA, 2008, p.308)

Essas ideias deram sustentação à Escola positivista, marcada também pelos mais significativos partidários de Lombroso (Ferri e Garófalo), que se diferenciavam bastante entre si (ANITUA, 2008).

Enrico Ferri (1856 – 1929), diferentemente de Lombroso, sua análise apresentava um enfoque para as ciências sociais, com uma compreensão mais ampla da criminalidade. Destarte, ele concorda com Lombroso diante do determinismo biológico como causa da criminalidade, e amplia para uma análise também dos determinantes físicos e sociais. Mesmo ainda diante da perspectiva positivista determinista, ele criará uma nova classificação dos criminosos dentro desse sistema de forças condicionantes, trazendo à sua análise, predominantemente, os fatores sociais (SHECAIRA, 2014).

Em 1877, Ferri apresentou em sua tese de doutorado a defesa do livre-arbítrio como uma ficção, o delito não era relacionado a um ato de livre vontade, mas sim a um comportamento individual concreto e causado, no qual a sociedade deve impedi-lo (ANITUA, 2008). Portanto, é enfatizado a responsabilidade social, na qual é possível determinar a autoria do delito pelo comportamento de um sujeito. Destarte, “a razão e o fundamento da reação punitiva é a defesa social, que se promove mais eficazmente pela prevenção do que pela repressão aos fatos criminosos”²⁷ (SHECAIRA, 2014, p.96).

Outrossim, Ferri compatibilizaria a visão naturalista Lombrosiana com a ideia de defesa social, na qual a pena era vista como meio de defesa social, e também, sobretudo, ao representar uma forma de ressocialização e reeducação das pessoas encarceradas a partir de tratamento (ANITUA, 2008). Destarte, a pena constitui:

uma repressão necessária para defender o organismo social, não contra decisões a-sociais, mas sim contra o estado perigoso de alguns indivíduos. O delito era simplesmente o sintoma, o fato que revela a personalidade perigosa. O recurso à pena teria como objetivo exatamente transformar essa personalidade (ANITUA, 2008, p.311).

Nessa direção, Ferri em sua obra intitulada: “Princípios de direito criminal” de 1928, sintetiza para além do que já foi retratado, a classificação dos criminosos em cinco classes, com uma análise que elenca a periculosidade dos sujeitos. Essas cinco

²⁷ A ideologia da defesa social surge concomitantemente à revolução burguesa, tempo histórico no qual a ciência e codificação penal eram elementos essenciais do sistema jurídico burguês. As escolas positivistas herdaram-na da Escola Clássica, transformando-a em algumas premissas (BARATTA, 1997).

classes de criminosos foram denominadas como: o “nato”, o “louco”, o “habitual”, o “ocasional” e o “passional”, na medida que:

O “nato” compunha a classificação original de Lombroso, que apresenta uma carga congênita e orgânica para com o delito, com tendência recidiva, razão pela qual não pode ser ressocializado (ANITUA, 2008). Nessa linha, há também o “louco” que é levado ao crime por apresentar uma anomalia física e psíquica, e também uma atrofia do senso moral, condição decisiva na causa da delinquência (SHECAIRA, 2014).

Já o “delinquente habitual” revela uma tendência adquirida a cometer crimes, sem base biológica. É a descrição do sujeito nascido e criado em um âmbito composto por miséria moral e material, e acaba (por estar dentro dessa realidade) inserindo-se em atos criminosos. Essa denominação era associada a pessoa de grave periculosidade e pequena re-adaptabilidade, sendo o perfil mais perigoso nessa classificação (Ibidem).

Ademais, há também o “delinquente ocasional” que realiza o crime por estar condicionado à uma forte influência ambiental como: injusta provocação, necessidades familiares ou pessoais, facilidade de execução e comoção pública. Com a ausência destas causas não cometeria crimes. Destarte, este sujeito apresenta menor periculosidade e maior possibilidade de readaptar-se, denominação que abarca a maioria do contingente carcerário (Ibidem).

Por fim, há o “criminoso passional” que pratica crimes motivados por paixões pessoais, e/ou interesses políticos e sociais (com facilidade para se exaltar e chamar a atenção) (ANITUA, 2008). Sua periculosidade era compreendida, igual a do delinquente ocasional (SHECAIRA, 2014).

Essa categorização expõe que Ferri compreendia as ações humanas, seja criminosa ou não, como fruto do organismo fisiopsíquico do sujeito e da atmosfera física e social na qual está inserido. Ele distinguiu e elencou os fatores que desencadeiam o crime: os antropológicos (como a constituição psíquica, raça e idade do sujeito criminoso, já abordado por Lombroso), os físicos (como o clima e o solo) e os sociais (como a opinião pública, a densidade populacional e a educação) (ANITUA, 2008). Destarte, este autor foi responsável pela inserção dessas duas últimas causas do crime à criminologia positivista italiana do século XIX.

O terceiro grande nome do positivismo italiano foi Raffaele Garófalo²⁸ (1851-1934), jurista importante da época. Em sua obra mais renomada intitulada: “Criminologia”, publicada em 1885, procurava conceituar o delito natural. Este seria sustentado mais pelos sentimentos do que por um critério científico e descritivo, a partir da compreensão de que há diferentes delitos em cada sociedade, logo, os inimigos naturais (da defesa social) apresentam, também, uma variação. Portanto, as comunidades que apresentavam valores morais diferentes dos europeus eram compreendidas como degeneradas, somente os valores morais e jurídicos europeus representavam o norte a ser seguido por todos os seres humanos de sensibilidades saudáveis e naturais (ANITUA, 2008).

Nessa perspectiva, o delito natural seria a violação dos dois sentimentos básicos e naturais, sendo estes: a piedade e a probidade do ser humano. Segundo Garófalo, os delitos “que lesam a piedade são aqueles que afetam a vida ou a saúde. E os que lesam a probidade, ou justiça, são aqueles que atentam contra a propriedade” (ANITUA, 2008, p.314). Portanto, os delinquentes naturais (os inimigos naturais), seriam aqueles que carecem de tais sentimentos, dessa forma, para estes não haveria nenhuma medida ressocializadora possível (ANITUA, 2008).

Nos estudos de Garófalo, ele introduziu como pioneiro à criminologia (em seu artigo de 1878), o conceito de periculosidade, bastante utilizado no positivismo (ANITUA, 2008). A periculosidade era compreendida como: “a perversidade constante e ativa do delinquente e a quantidade do mal previsto que se deve temer por parte do mesmo delinquente” (SHECAIRA, 2014). Nessa direção, a pena não devia ser proporcional ao dano causado, mas sim à dita periculosidade do sujeito (ANITUA, 2008). A periculosidade (ou temibilidade) era a justificativa para a imposição do tratamento a estes sujeitos, configurando-se o confinamento e o tratamento seu instrumento de contenção, como forma de proteção à sociedade (SHECAIRA, 2014).

Ao se aproximar de médicos e psiquiatras da ciência jurídica do século XIX, Garófalo ampliou seus aspectos repressivos, no qual distinguia os perigosos de pessoas piedosas e íntegras. Na medida em que ele era:

o defensor das mais terríveis ideias de inoculação como solução diante desses inimigos poderosos. Para aqueles que carecessem do sentido de

²⁸ Raffaele Garófalo tornou-se também procurador do reino da Itália e perseguiu não somente anarquistas e sindicalistas, mas também os socialistas, inclusive os de cátedra, como Ferri (ANITUA, 2008).

justiça ou o tivessem afetado, propunha a deportação ou a expulsão da comunidade. Defendia, por sua vez, a pena de morte para os sem piedade, já que seriam irrecuperáveis (ANITUA, 2008, p.314-315).

Para este autor, essas punições deveriam ser executadas no cumprimento da lei e como forma de impedir que a sociedade se degenerasse. Dessa maneira, ele era favorável também à pena capital, com a compreensão de que quando se trata de delinquentes incorrigíveis a única forma segura de eliminação seria a morte (ANITUA, 2008).

Esses conceitos foram sustentáculo da perspectiva da escola positivista italiana, que, por sua vez, foi a teoria que apresentou maior repercussão para a criminologia, seja pelas polêmicas causadas ou pelo marco histórico que representou. É importante pontuar, sinteticamente, alguns elementos centrais que são comuns nos autores positivistas retratados, como: o crime que passa a ser reconhecido como um fenômeno natural e social, com influências de um conjunto de fatores; a responsabilidade penal como responsabilidade social, que tem como base a periculosidade do sujeito; a pena é uma medida de defesa social, como tratamento e ressocialização do criminoso, com duração indeterminada até a recuperação do indivíduo; e o criminoso será sempre enxergado como um anormal, temporariamente ou permanentemente (SHECAIRA, 2014).

Esse pensamento criminológico alcançou êxito na Europa do século XIX, e, sobretudo, na América latina; Lombroso, Ferri e Garófalo, seriam seguidos de formas parcial, pelos positivistas de gerações posteriores, só que agora com pressupostos teóricos com políticas criminais práticas (ANITUA, 2008).

Especificamente no Brasil, a ideologia de Lombroso fez seguidores, como: Nina Rodrigues, com sua obra intitulada: "As raças humanas" de 1894 (del Olmo, 2004), este autor, funda não só a criminologia, como a medicina-legal e a antropologia brasileiras (BATISTA, 2011). Por muito tempo no Brasil, a academia e os intelectuais da época justificaram o racismo e a repressão dessas pessoas com explicações etiológicas. Essa influência teórica positivista pode ser encontrada em muitas legislações no Brasil que adotaram postulados embasados em tais assertivas, pode-se ilustrar essa afirmação com o ordenamento jurídico brasileiro de 1940 (SHECAIRA, 2014).

É importante enfatizar que essa perspectiva ainda persiste nos dias atuais, sobretudo com o retorno das ideias de Lombroso, a partir de seguidores do

neolombrosianismo (BATISTA, 2011). Sua prática pode ser ilustrada no Brasil, pela atuação da polícia a partir de uma revista maior à população negra e a produção da “apostila de tatuagem” pela polícia militar, que intensifica a abordagem policial às pessoas que possuem determinada tatuagem.

Ademais, há grande influência vista até hoje do positivismo na análise do crime e da pena, sobretudo nos manuais de direito que abdicam do pensamento crítico e reforçam a lógica punitiva. Dessa forma, é importante tecer algumas críticas, ao compreender que não há constituições corporais criminógenas, mas sim processos sociais que desencadeiam a repressão às classes subalternas, compreendendo o maior contingente da população carcerária. Nas palavras de Juarez Cirino dos Santos (1979):

A crítica à teoria (positivista) concentra-se em dois aspectos distintos, mas complementares: a) a origem social do tipo físico, explicável como subproduto biológico da divisão social do trabalho: o trabalho rude e continuado está na origem do estado atlético ou musculoso do trabalhador manual, e a atividade intelectual permanente, nas características cerebrais das camadas superiores da sociedade, b) a concentração da repressão criminal nas classes inferiores concentra a sua presença na população carcerária, da qual, pelo aspecto oposto desse fenômeno social das sociedades divididas, estão excluídos os exercentes de atividade intelectual, pertencentes ou ligados às elites dirigentes. O tipo somático não é determinável de forma exclusivamente biológica, porque o organismo biológico não existe de forma isolada e independente, mas em interação social e, portanto, os tipos corporais estão ligados ao modo de existência do sujeito no contexto social histórico. Consequentemente, não há constituições corporais criminógenas, mas processos sociais de concentração da repressão criminal em indivíduos que, pela natureza da divisão social do trabalho, e, portanto, por seu lugar de classe, desenvolvem características físicas, que, dessa forma, aparecem com mais frequência nas estatísticas da população carcerária (p.57-58).

Nessa direção, justificar e legitimar a punição através de determinantes biológicos é uma prática racista, discriminatória e higienista, embasada em uma análise simplista da realidade, que abdica de uma crítica ao sistema vigente e um estudo profundo das relações sociais e do poder punitivo. E, sobretudo, fortalece o extermínio da população de baixa renda, negra e periférica na construção simbólica da imagem do criminoso na sociedade.

No que tange ao confinamento como terapêutico, atrelando o cárcere como forma de cura, só mascara o objetivo de manutenção da vigilância e da ordem, e coloca a psiquiatria como alicerce dessa repressão. Rauter (2003) expressa essa vinculação da medicina nas prisões no século XIX:

Como corolário dessa busca em estabelecer o elo corpo doente/ crime, temos

o crescimento em importância da figura do médico junto às instituições judiciárias. Será cada vez mais aconselhável ter-se um médico como diretor de presídios, este técnico capaz de curar a doença do crime. Ele reúne, segundo esta estratégia de poder, as condições ideais para a boa realização da vigilância e manutenção da ordem, porque os controles institucionais, quando administrados por um médico, podem aparecer como terapêuticos. Ou, mesmo que na prática a violência tenha continuado a mesma nas prisões, ao menos ela pode aparecer como uma deturpação, como um desvio indevido da nova vocação curativa do cárcere (p.40).

Essa concepção “curativa” das prisões é muito criticada atualmente tendo em vista que o aprisionamento desumaniza e mortifica os sujeitos, e não o contrário. Não obstante, ainda permanece, atualmente, os hospitais de custódia como híbrido entre prisão e manicômio (Ibidem).

Vale ressaltar também que é nesse conceito de prisão como curativa, que surgem as concepções de ressocialização, reintegração e reinserção do/a preso/a. No Brasil, a legislação vigente até hoje, promulgada em 1985²⁹- a Lei de Execução Penal (LEP) - reconhece os direitos da população carcerária e compreende a pena como ressocializadora.

No entanto, a ressocialização da pessoa condenada a partir do aprisionamento é uma grande falácia, haja vista que a prisão permanece com o objetivo de manutenção da ordem econômica, social e política, não garante os direitos dos/as presos/as, realidade marcada por múltiplas violações de direitos que perpetua a violência e estimula a reincidência, consequências antitéticas às ações “ressocializadoras” ou “curativas”.

1.3 Escolas sociológicas da criminologia

A partir da metade do século XX se inicia a elaboração de teorias que não se baseiam no estudo particular da pessoa que cometeu o crime conforme na criminologia positivista, mas foca sua análise nas relações sociais e culturais. O estudo desvincula-se a uma análise etiológica do criminoso dentro das prisões e começa a ser realizado nos espaços de convívio das pessoas (SHECAIRA, 2014).

É importante ressaltar que, mesmo surgindo como crítica ao positivismo da época, as teorias sociológicas da criminologia (de cunho funcionalista) não se

²⁹ Na Lei de Execução Penal expressa em seu Art. 1º: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

desassociaram completamente do positivismo.³⁰ Segundo Anitua (2008): “O surgimento da sociologia não pode ser pensado fora desse mundo marcado pelo positivismo, tanto porque seguiria seus ditames quanto porque se oporia a suas reduções” (p.405). Baratta (1997) também reforça que essas teorias sociológicas da criminologia: “não se destacam das teorias positivistas, exceto pelos instrumentos explicativos adotados; certamente não se diferenciam delas pela estrutura metodológica” (p.81).

Nessa direção, Roxin (1998) - a partir de uma perspectiva funcionalista - expõe a importância do estudo da responsabilidade da sociedade frente à pessoa que cometeu o delito e o que pode ser feito no enfrentamento da criminalidade.

deixam o pobre fazer-se culpado, e então entregam-no ao castigo: esta é a política criminal da neutralização que combate o delinqüente eliminando-o como inimigo da sociedade. Mas, a partir do momento em que se reconhece a responsabilidade da sociedade por aquilo em que se tornaram os seus membros - e isto não é entusiasmo filantrópico, mas uma perspectiva científico-social muito sóbria-, a sociedade tem de aceitar também o seu dever de reparar o delinqüente aquilo que nele se perdeu, ou seja, não deve 'combatê-lo' nem marginalizá-lo, mas aceitá-lo como sua parte integrante e ajudá-lo a converter-se naquilo que estaria ao seu alcance em condições mais favoráveis (p. 86-87)

Segundo Shecaira (2014), pode-se agrupar em duas perspectivas da macrossociologia que influenciaram o pensamento criminológico. A primeira, com viés funcionalista, denominada teorias do consenso como: a escola de Chicago, a teoria da associação diferencial, a teoria da anomia e a teoria da subcultura delinquente. E a segunda, que pode ser intitulada teorias do conflito como: o *labelling approach* e a criminologia crítica.

As teorias consensuais compreendem que as normas afloram naturalmente na sociedade pela convivência, tendo em vista que os indivíduos compartilham objetivos comuns à toda população, obedecendo e seguindo às regras sociais dominantes. De acordo com Shecaira (2014):

Do ponto de vista da teoria consensual, as unidades de análise social (os chamados sistemas sociais) são essencialmente associações voluntárias de pessoas que partilham certos valores e criam instituições, com vistas a assegurar que a cooperação funcione regularmente (p.128).

³⁰ Em relação às teorias sociológicas funcionalistas da criminologia, Lola Aniyar de Castro no livro: "Manual de Criminologia Sociopolítica" intitula como positivismo sociológico e Juarez Cirino em sua obra "A criminologia da repressão" coloca no capítulo do positivismo sociológico as teorias tanto de Merton como de Sutherland.

Destarte, as teorias do conflito diferem-se das teorias do consenso, pois compreendem que a sociedade não é constituída de uma cooperação voluntária ou de um consenso geral, mas sim sustentada por valores e regras impostos pela coerção e pela força, a partir da dominação das classes dominantes e da sujeição da classe trabalhadora aos seus interesses (Ibidem).

Conforme supracitado, as teorias do consenso apresentam orientação funcionalista, ao estudar os fenômenos empíricos e compreender a sociedade como um todo orgânico.

Este ramo de análise em ciências sociais refere-se a uma orientação metodológica e teórica em que as consequências de um dado conjunto de fenômenos empíricos, em vez de suas causas, constituem o centro da atenção analítica. O pensamento funcionalista considera a sociedade um todo orgânico, que tem uma articulação interna (SHECAIRA, 2014, p.191).

É importante ressaltar que todas as teorias sociológicas do consenso que serão retratadas, aconteceram simultaneamente no século XX e circunscritas ao território dos Estados Unidos. Nessa época ocorreu no país a consolidação da burguesia industrial e a expansão do proletariado com o êxodo rural e com a vinda de imigrantes (SHECAIRA, 2014).

Ademais, salienta-se que os Estados Unidos consolidaram a construção de seu império a partir de conquistas territoriais que avançaram em colônias da França e da Espanha e, posteriormente, parte do território do México. Nessa direção, o país sustenta seu crescimento com a propagação mundial da ideia de “prosperidade”, sendo um “espaço” de esperança e oportunidade, sobretudo aos pauperizados do continente europeu. Nesse movimento, desenvolveu-se a migração de um grande contingente de europeus ao país e viabilizou a produção de conhecimento, principalmente com a vinda de pensadores e filósofos desse período (ANITUA, 2008).

Nessa época, apresentaram-se postulados do empirismo, do evolucionismo inglês e do positivismo - desenvolve-se um pensamento com ideias que pudessem intervir na realidade. Esse período também é marcado pelo taylorismo e pelo fordismo, modelos de produção que influenciaram a linha de montagem das fábricas, num processo crescente de industrialização e utilização de máquinas. Nos Estados Unidos, esse capitalismo contemporâneo se expressa de maneira mais exacerbada, e coloca os norte-americanos imersos nesse forte processo de industrialização, sustentado por uma grande quantidade de capitais e escassa mão de obra. Disparidade que encontra solução nos grandes processos migratórios internacionais e nacionais (advindos do

campo) que geram o desenvolvimento e crescimento abrupto das cidades - numa explosão demográfica com caráter bastante heterogêneo; composto por uma pluralidade de populações marcadas por distintos idiomas, culturas e costumes, que reconfiguram a dinâmica social no país. O estudo dessas relações sociais, sobretudo os conflitos sociais ficaram a cargo da Escola de Chicago³¹(Ibidem).

A sociologia norte americana primeiramente apresentava caráter religioso, não obstante, nos primeiros anos do século XX surge um pensamento centrado na Universidade de Chicago, intitulado: a teoria da ecologia criminal. Essa perspectiva influenciou diversos pensadores americanos que se debruçaram em diferentes análises sobre a criminalidade - ideias influenciadas pelos autores Spencer e Comte, e que apresentaram repercussão mundial e influências no Brasil (SHECAIRA, 2014).

A escola de Chicago apresentava investigações empíricas para explicar os problemas sociais que surgiram nas cidades norte-americanas, e centrava-se na busca por soluções, numa análise da criminologia em áreas determinadas. Essas investigações eram de caráter qualitativo, norteadas por conceitos democráticos, multiculturais e multiétnicos e com origem no pragmatismo (ANITUA, 2008).

Os principais autores dessa escola foram: Robert Park no departamento de sociologia, e, posteriormente, Ernest W. Burgess. Eles deram continuidade a obra de Edward Ross intitulada: “controle social”. Para esses autores, a cidade produz delinquência, e a desorganização social nos centros urbanos é um fator criminológico responsável pela criminalidade. Dessa forma, essa escola criminológica relacionava o espaço urbano e a criminalidade, a partir do método da observação participante e o conceito de ecologia humana. Segundo Park, a sociologia não estava interessada nos fatos, o foco estava no estudo da reação das pessoas aos fatos, ao considerar a experiência prática fundamental. Para o autor, o pesquisador produz conhecimento a partir da própria experiência (Ibidem).

Nessa direção, há dois conceitos importantes nessa teoria de ecologia criminal. O primeiro refere-se à desorganização social (numa análise dos locais onde

³¹ Na época, Chicago era uma das principais cidades que apresentavam exponencial desenvolvimento urbanístico, econômico e financeiro. A escola de Chicago aparece mais especificamente no departamento de sociologia da Universidade de Chicago em 1890, fundação batista que recebeu o apoio de John Rockefeller. A instituição de ensino correlacionou “trabalho acadêmico original e prestação de serviços à comunidade” (SHECAIRA, 2014, p.134). Os estudos dos criminólogos Robert Park no departamento de sociologia, e posteriormente, Ernest W. Burgess foram fundamentais em Chicago. Eles deram continuidade a obra de Edward Ross intitulada: “controle social”. Ademais, a escola de Chicago também desenvolveu trabalhos com estudos de movimentos sociais, análise de grupos sociais, psicologia das massas, psicologia social, criminalidade e crime (Ibidem).

residiam os imigrantes e migrantes da cidade, chamado de *ghetos*) e o segundo a “determinação de áreas de delinquência” (SHECAIRA, 2014).

O conceito de desorganização social relacionava-se à adequação de atitudes e de conduta, sendo estes conflitos atribuídos diretamente aos recém-chegados nas cidades, que necessitavam de adaptação aos novos hábitos regionais. Essa adaptação era marcada, muitas vezes, por conflitos psíquicos e perda de auto reconhecimento diante da nova realidade que se apresentava, somado à uma ausência de obediência às ordens legais (GIORGI, 2006).

Esse período também é marcado pela proibição do álcool, da prostituição e do jogo em casinos, o que impulsiona o mercado ilegal e gera as nascentes máfias no país, que movimentam muito dinheiro e este era compartilhado com políticos, policiais e juízes. Nesse sentido, a ideia de enriquecimento financeiro pessoal através de condutas ilegais era disseminada também nos grupos marginalizados (ANITUA, 2008).

Segundo Giorgi (2006), frente a limitação do Estado para disciplinar esses comportamentos em multidões de pessoas, desenvolve-se barreiras simbólicas e a delimitação de fronteiras físicas. Destarte, com as transformações ocorridas nas cidades norte-americanas também se redesenhou as áreas urbanas numa separação entre os “incluídos” e os “excluídos”. Nas palavras do autor:

A reestruturação das cidades de acordo com linhas de fortificação e perímetros de segurança dá consistência plástica à separação entre classes perigosas e classes laboriosas que constitui o único terreno colocado à disposição dos dispositivos de controle para conter o excesso da multidão. (...) a reclusão da força de trabalho afro-americana, hispano-americana e oriental nas metrópoles dos Estados Unidos e, em geral, a instituição de zonas urbanas de acessibilidade diferenciada alimentam um regime da estranheza cujo objetivo é a desestruturação da multidão, a ruptura daqueles laços de empatia e cooperação que, do ponto de vista do domínio, representam um perigo extremo. O efeito é a segmentação da multidão através de uma ecologia do medo que, na cidade, se materializa na figura do estrangeiro, do imigrante, do desempregado, do dependente de drogas (GIORGI, 2006, p.105).

Essas zonas urbanas formavam diferentes complexos de contingentes socioeconômicos e raciais. Para a compreensão dessas áreas, os autores da teoria ecológica separavam a cidade em círculos concêntricos, delimitando áreas a partir de uma área central. Sendo que o centro corresponde ao *Loop* (zona comercial e fabril), a segunda área é intitulada de zona de transição - região marcada pela presença de cortiços e outras moradias coletivas que apresentavam condições insalubres e com a

presença de muitas pessoas (em sua maioria imigrantes), eram os chamados guetos. A terceira zona era a área de moradia para trabalhadores de baixa renda que apresentavam melhores condições que as pessoas na segunda zona. A quarta zona era composta por blocos residenciais de pessoas de classe média, com áreas restritas e moradias isoladas com apenas uma família. E, por fim, a quinta zona era formada por moradias de pessoas com alta renda e detentores das melhores condições de vida. Salienta-se que todas as zonas compunham a cidade, a partir da segregação em grupos socioeconômicos, portanto, cada indivíduo detinha um papel na organização social (SHECAIRA, 2014).

Essas zonas foram sustentáculo dos estudos da ecologia criminal, que compreendiam a criminalidade por meio da distribuição da população nessas áreas. Os estudos delimitavam “áreas de delinquência”, conforme supracitado, o segundo conceito importante da escola de Chicago, que se baseava num levantamento da cidade constituído por estatísticas criminais, denúncias da polícia e relatórios de segurança pública para um mapeamento da violência. Esse mapa demonstrava um maior número de crimes em regiões de segregação econômica e racial (Ibidem). Segundo Park (1967), essa segregação a partir de um contágio social estimulava o crime, o vício e a pobreza.

O que concede uma importância especial à segregação do pobre, do viciado, do criminoso e das pessoas excepcionais em geral é o fato, uma dimensão tão característica da vida cotidiana, de que o contágio social tende a estimular em tipos divergentes as diferenças temperamentais comuns, e a suprimir os caracteres que os unem aos tipos normais à sua volta. A associação com outros de sua laia proporciona não apenas um estímulo, mas também um suporte moral para os traços que têm em comum, suporte que não encontrariam em uma sociedade menos selecionada (p. 65).

Nessa direção, a ecologia criminal não criticava o sistema punitivo, compreendia o direito penal como legítimo e buscava padrões de criminalidade na disposição geográfica no espaço urbano, que se iniciou em Chicago e repercutiu mundialmente. Como exemplo, em 1942 no Brasil, Donald Pierson elaborou uma coletânea de estudos e participou do artigo intitulado: “jornada da habitação” em São Paulo, que apresentava um comparativo entre os bairros, baseado nos autores da Escola de Chicago. Essa influência também é percebida no país, em 2005, mais especificamente na cidade de São Paulo quando elaboraram o Mapa de risco da violência (SHECAIRA, 2014).

É importante ressaltar que essa escola viabiliza uma reflexão frente a política

criminal, a partir de uma compreensão que para combater a criminalidade não é exclusivamente a aplicação de penas, mas o planejamento urbano e políticas públicas de resgate das raízes culturais das pessoas que não estão integradas na sociedade. A título de ilustrar essa afirmação, Clifford Shaw e Henry McKay (autores da mesma escola) reconheciam a importância de um projeto de urbanização como forma de controle social local, na tentativa de inserção de assistentes sociais, professores e membros do bairro, com o intuito de melhorar as condições de controle social nessas localidades. Esse projeto teórico desencadeou políticas práticas como: o *Chicago area project*,³² que se constituiu como reforço à comunidade de ordem moral e econômica e que promoveu melhoria na infraestrutura dos bairros (ANITUA, 2008).

Esse período histórico (século XX) é marcado também pela crise da bolsa de 1929, época de recessão econômica causada pela valorização artificial das ações na bolsa de valores. Essa recessão provoca reflexões e críticas frente ao liberalismo de Adam Smith, na medida em que demonstra as fragilidades do mercado diante de uma crise econômica. Destarte, embasado em Keynes, Roosevelt, presidente dos Estados Unidos na época, implanta o *New Deal*, com intervenções estatais para recuperar a economia (Ibidem).

Nesse âmbito, as ideias funcionalistas do desvio foram suporte ao nascente “Estado de bem-estar” americano, ao trazer a importância do investimento em políticas sociais e na busca de certo controle da atividade empresarial, ao realizar estudos voltados aos ricos e poderosos da época (Ibidem).

³² O *Chicago area project* foi inaugurado por Clifford Shaw e Henry McKay em 1934, o projeto busca minimizar o controle social formal e trabalha com o controle social informal. O projeto existe até hoje, no site atual consta os seus objetivos: Desenvolver uma liderança local amplamente representativa das comunidades que estão sendo atendidas. Realizar uma pesquisa anual da comunidade para avaliar as necessidades e desenvolver um plano de ação com um conjunto claro de metas e objetivos. Melhorar o clima para o desenvolvimento positivo dos jovens, alcançando melhorias que aumentem os níveis de desempenho educacional e as habilidades profissionais. Desenvolver as habilidades de liderança nos jovens, envolvendo-os em atividades de melhoria da comunidade iniciadas pelos jovens ou em projetos cooperativos com adultos. Estabelecer metas mensuráveis e mostrar progresso na melhoria de condições indesejáveis. Demonstrar capacidade de arrecadar fundos, gerenciar funcionários e ser responsável financeiramente. Promover e informar a comunidade sobre todos os programas. Desenvolver uma rede de recursos com outras agências e instituições. Desenvolver e manter todos os documentos contratuais como registro, conforme necessário (tradução livre). CHICAGO AREA PROJECT. About us. CAP'S Objectives. Disponível em: <<http://www.chicagoareaproject.org/about-us>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Não obstante, enfatiza-se que esse período também é marcado pela segregação racial nos Estados Unidos, repressão policial, ação de grupos supremacistas como a Ku Klux Klan e a presença do patriarcalismo (ZAFFARONI, 2013).

Diante desse cenário, contemporânea a escola de Chicago, a teoria da associação diferencial elaborada por Sutherland concentra-se mais nos processos de aprendizagem do comportamento criminoso do que na desorganização social (Ibidem).

Segundo Sutherland (2014), uma das áreas negligenciadas da criminologia é o comportamento de empresários e outros profissionais, que se torna o objeto de sua pesquisa, ao analisar os crimes de colarinho branco ou *white collar crimes*. Sutherland (2014) é o primeiro autor a estudar e considerar crime:

deturpação de demonstrativos financeiros de corporações, manipulação na bolsa de valores, corrupção privada, corrupção direta ou indireta de servidores públicos a fim de obter contratos e leis favoráveis, vendas e publicidades enganosas, apropriação indébita e uso indevido de ativos, adulteração de pesos e medidas e falsificação de mercadorias, fraudes fiscais, uso impróprio de valores em recuperações judiciais e falências (p.95)

Para esse autor, o comportamento criminoso poderia ser apreendido a partir de um processo de interação social, sobretudo através da comunicação verbal (embasado nas ideias do francês Gabriel Tarde³³ e da escola de Chicago) (SHECAIRA, 2014). Essa aprendizagem se manifesta no interior de grupos sociais, independente da renda. Nas palavras do autor, a sua hipótese:

sugerida como uma substituição para as teorias convencionais é a de que a criminalidade de colarinho branco, como qualquer outra criminalidade sistemática, é aprendida; que ela é aprendida em associação direta ou indireta com aqueles que já praticam o comportamento; e aqueles que aprendem este comportamento criminoso são apartados de contatos íntimos e frequentes com comportamento de obediência à lei. Se uma pessoa se torna um criminoso ou não é amplamente determinado pela frequência e intimidade de seus contatos com as duas espécies de comportamento. Isto pode ser denominado de processo de associação diferencial. É uma explicação para a origem das criminalidades de colarinho branco e da classe baixa. Aqueles que se tornam criminosos de colarinho branco, na maioria das vezes, iniciam suas carreiras em bons bairros e lares, são graduados em universidades com algum idealismo e, com pouca escolha por parte deles, participam de certas situações negociais em que a criminalidade é

³³ Gabriel Tarde autor francês do século XVIII, adquire maior relevância nas teorias funcionalistas. Tarde afirmava que o delinquente era uma espécie de profissional que necessitava de aprendizado, que se torna um hábito ou costume, a partir da imitação (SHECAIRA, 2014).

praticamente um costume e são introduzidos naquele sistema de comportamento como em qualquer outro costume. Os criminosos da classe baixa geralmente começam suas carreiras em bairros e famílias decadentes, encontram delinquentes disponíveis de quem adquire as atitudes e técnicas do crime ao se associar com aqueles e em segregação parcial de pessoas que respeitam a lei. O essencial do processo é o mesmo para as duas classes de criminosos (SUTHERLAND, 2014, p.102).

Nesse sentido, a teoria da associação diferencial contribuiu na dissociação de que o criminoso nascia com esse comportamento, realizando uma crítica frente às teorias etiológicas de outrora. Ademais, a teoria de Sutherland expõe que o delito não se limita às classes de baixa renda, sendo que as classes mais favorecidas a partir do aprendizado do crime também cometem crimes (SHECAIRA, 2014). No entanto, a persecução penal só recai às classes baixas.³⁴ Segundo Sutherland (2014):

A criminalidade de colarinho branco difere da criminalidade da classe baixa, sobretudo, na aplicação do direito penal, ao segregar administrativamente os criminosos da primeira classe dos demais (p.103).

Diante do exposto, é importante ressaltar o conceito da cifra oculta³⁵ da criminalidade, no qual corresponde, em síntese, às condutas desviantes que não são criminalizadas. Sutherland demonstra que a quantidade de crimes de colarinho branco que são criminalizados é inferior ao número real de crimes que ocorrem na sociedade (BARATTA, 1997).

O estudo sobre os crimes de colarinho branco permanecem até hoje e promovem debates na criminologia e na sociedade em geral, principalmente frente aos grandes escândalos políticos de corrupção no Brasil e no mundo. É inegável a contribuição dessa teoria como pioneira ao estudar os crimes das classes de alta renda, não obstante, não realiza uma crítica ao sistema capitalista ou ao poder punitivo, conforme ressalta Zaffaroni (2013):

Sutherland não chegou a incorporar o poder punitivo à criminologia, deu um passo fundamental e deixou a questão no limite, pois o delito do colarinho branco (grandes delitos contra o patrimônio, quebras fraudulentas etc.) deixava a descoberto a seletividade da punição. Era demasiado claro que os poderosos raramente iam para a cadeia (p.91).

³⁴ Os estudos de Sutherland influenciaram o estudo da reação social na compreensão do sistema penal seletivo, que está presente no final deste capítulo na explanação da teoria do *labelling approach*.

³⁵ As perspectivas teóricas que criticam as instâncias penais e realizam um estudo das estatísticas criminais, corrigem esse conceito da cifra oculta, ao relacionar não só aos crimes de colarinho branco, mas a todo comportamento desviante que não é criminalizado (BARATTA, 1997). Conceito que será retratado na explanação do *labelling approach*.

Como teoria funcionalista, também há a Teoria da anomia³⁶, e seu grande precursor foi Émile Durkheim. Robert Merton, baseado nos conceitos dessa teoria, analisa o crime e a pena, e sustenta sua contribuição à criminologia, focando seu estudo na realidade norte-americana dos anos trinta (ANITUA, 2008).

Durkheim em sua obra intitulada: “As regras do método sociológico” de 1895, elenca os fundamentos da epistemologia sociológica funcionalista. O conceito de fato social é o sustentáculo do seu enfoque; para o autor, é tudo aquilo que se produz na sociedade e realiza efeitos socialmente (Ibidem). Dessa forma, Durkheim qualifica os fatos sociais que são estudados pela teoria funcionalista, em suas palavras:

Facto social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2004, p.47)

Nessa direção, para o autor, cada sociedade goza de uma consciência coletiva - conjunto de valores, regras e modo de atuar entre as pessoas; para ele era importante as regras jurídicas. Nesse sentido, no estudo da sociedade industrial capitalista, ele enxergava uma solidariedade orgânica que promovia a coesão social pautada nas normas e condutas dominantes (SHIMIZU, 2016a)³⁷.

No que tange o conceito de crime, para Durkheim, ele era natural (como fenômeno da sociologia normal, na medida que não existe sociedade sem crimes), e socialmente útil, tendo em vista que a violação da norma garantia a plasticidade da solidariedade social. Nesse sentido, os delitos são fatos sociais que “permitiam indagar sobre o funcionamento da sociedade e os vínculos sociais necessários para sua conservação” (ANITUA, 2008, p.443). Em sua concepção, o crime é indispensável para a evolução da moral e do direito da sociedade (Ibidem).

Já a pena, para Durkheim, se fundamenta pela moralidade coletiva, sendo nesse sentido uma vingança frente aos valores morais terem sido afetados. Destarte, a pena constitui uma reação passional que a sociedade reproduz em um indivíduo que violou as regras de conduta. É importante ressaltar que, para o autor, o que se distingue de uma sociedade para outra é a qualidade e a quantidade da pena, tendo

³⁶ É importante ressaltar que ao priorizar os conceitos de crime e pena não serão retratados todos os elementos da teoria da Anomia de Durkheim.

³⁷ Fonte: Criminologia. Aula 05. Curso popular de formação de defensoras e defensores públicos. 2016a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UcV7p-QyY1k>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

em vista que as funções permanecem as mesmas (Ibidem).

“a paixão constitui a alma da pena” e a vingança sua motivação principal, tanto nos sistemas penais das sociedades primitivas como nos das modernas, ainda que, nessas últimas, essas emoções sejam negadas e deslocadas por objetivos utilitários. No fundo, a vingança mantém-se como paixão motivadora do castigo. Portanto, a interpretação do castigo de Durkheim afirma que sua essência não é a racionalidade nem o controle instrumental, mas sim uma emoção irracional, irreflexiva, determinada pelo sentido do sagrado e por sua profanação. O castigo é um autêntico ato de violência, que tem sentidos evidentes. E ainda que o monopólio da violência penal esteja nas mãos do Estado moderno, no processo de aplicação do castigo abrange uma população muito mais ampla, que proporciona o contexto de apoio e valorização moral no interior do qual o Estado executa o castigo (ANITUA, 2008, p.446).

Durkheim relacionava o desenvolvimento da sociedade com a forma de castigo em que a severidade penal se reduz nas sociedades modernas e mesmo compreendendo que o castigo tinha raiz passional, este apresenta uma funcionalidade espontânea de reafirmação das regras sociais e reforça os vínculos sociais. Nesse sentido, o delito e posteriormente sua pena - afloram o sentimento de conformidade social frente às normas (Ibidem)

Um conceito importante introduzido por Durkheim é a anomia³⁸- constituindo a ausência de normas no corpo social - que compõem o esfacelamento total da consciência coletiva - é quando a sociedade deixa de seguir as regras vigentes, quebrando os vínculos de solidariedade. Nesse sentido, verifica-se a total ausência de normatividade seja jurídica, econômica, moral ou política (Ibidem).

Embasado pelas ideias de Durkheim (sobretudo em relação a anomia), Robert Merton elaborará a teoria funcionalista da anomia a partir da realidade norte-americana em seu ensaio de 1938, intitulado: “Estrutura social e anomia”. Antiteticamente ao conceito patológico de crime e, em consonância com Durkheim, Merton compreende o crime como produto da estrutura social e normal frente ao comportamento conforme as regras (BARATTA, 1997).

Merton elabora uma classificação, que é sustentada por dois conceitos: metas culturais e estrutura social. Diante disso, ele tipifica a adaptação do indivíduo, seja conformista ou não. Nas palavras de Merton (1970) o objetivo central do seu estudo:

é descobrir como é que algumas estruturas sociais exercem uma pressão definida sobre certas pessoas da sociedade, para que sigam conduta não-

³⁸ Segundo Shecaira (2014): “Anomia é uma palavra que tem origem etimológica no grego (a= ausência; nomos = lei) e que significa sem lei, denotando também a ideia de iniquidade, injustiça e desordem” (p.192).

conformista, ao invés de trilharem o caminho conformista. Se pudermos localizar grupos peculiarmente sujeitos a tais pressões, deveremos esperar encontrar proporções moderadamente elevadas de comportamento desviado em tais grupos, não porque os seres humanos, neles compreendidos, sejam compostos de tendências biológicas diferentes, mas porque elas estão reagindo normalmente à situação social na qual se encontram (p. 204, grifo do autor).

Esses objetivos ou metas culturais modificam-se de sociedade para sociedade e correspondem aos valores e interesses propostos a cada indivíduo (como metas para se obter o sucesso econômico - o sonho americano³⁹). Já o conceito de estrutura social, está relacionado com as condições reais que delimitam a possibilidade dessas pessoas alcançarem esses objetivos culturais (SHECAIRA, 2014). Na medida em que a estrutura social não viabiliza a mesma oportunidade a cada sujeito, gera uma tensão entre a estrutura social e os valores culturais, em consequência, repercute num leque de respostas individuais, resultantes do curso combinado entre fins culturais e meios institucionais. Diante desses conceitos, Merton consolida cinco tipos determinados de adaptação individual (BARATTA, 1997):

1. Conformidade - corresponde à resposta positiva, tanto aos fins como aos meios institucionais e, portanto, ao típico comportamento conformista. Uma massa de indivíduos constitui uma sociedade somente se a conformidade é a atitude típica que nela se encontra. 2. Inovação - corresponde à adesão aos fins culturais, sem o respeito aos meios institucionais. 3. Ritualismo - corresponde ao respeito somente formal, sem a persecução dos fins culturais. 4. Apatia - corresponde à negação tanto dos fins culturais como dos meios institucionais. 5. Rebelião - corresponde, não à simples negação dos fins e dos meios institucionais, mas à afirmação substitutiva de fins alternativos, mediante meios alternativos (Ibidem, p.64).

Segundo essa tipologia, o conformista é o socialmente adaptado, o ritualista pode-se relacionar ao burocrata, o apático é o vadio e o rebelde é o que almeja modificar a estrutura social. No que tange o conceito do inovador, é a categoria mertoniana que abarca os delinquentes, que optam por caminhos que não são institucionais para alcançar os objetivos culturais (ZAFFARONI, 2013).

Para o autor, o delito deriva da discrepância entre fins culturais e meios institucionais, ele demonstra como os estratos sociais inferiores (da sociedade norte americana) estão sujeitos à máxima pressão neste sentido. Os delitos são, portanto,

³⁹ O *american dream* está relacionado ao consumo e ao dinheiro, como representação de prestígio, ter papéis relevantes na sociedade, torna-se uma referência, como um padrão ideal (SHECAIRA, 2014). É importante ressaltar que esses objetivos culturais do *american dream* são impostos e criados pelo patriarcado no capitalismo, como desejos de opressão do outro marcado pelas relações de classe, gênero e raça.

uma reação normal à uma situação na qual é exaltado o sucesso econômico, não obstante, a realidade social oferece de forma incipiente o acesso aos meios legítimos e convencionais para atingir esse sucesso (BARATTA, 1997).

Conforme abordado, percebe-se na teoria de Merton uma denúncia a uma sociedade capitalista competitiva, não obstante, ela é incipiente na medida em que ele buscava demonstrar uma igualdade de oportunidades num liberalismo socializante, expresso pelo *New Deal* (ANITUA, 2008).

Diante do exposto, torna-se evidente que Merton trouxe uma série de conceitos que até hoje fundamentam a criminologia, não obstante, é importante tecer algumas críticas à tese de Merton, o autor não explicita sobre os crimes de colarinho branco, desconsidera crimes grupais e não explora o conceito de metas comuns em sociedades plurais (ZAFFARONI, 2013). Ademais, seu enfoque é exclusivamente à sociedade norte-americana da época e não realiza, assim como todas as teorias sociológicas de viés funcionalista, uma crítica às instituições penais e o sistema punitivo. Em consonância à essas críticas, Baratta (1997) aponta:

Merton não vê o nexó funcional objetivo, que reconduz a criminalidade de *colarinho branco* (e também a grande criminalidade organizada) à estrutura do processo de produção e do processo de circulação do capital: ou seja, o fato posto em evidência por não poucos estudos sobre a grande criminalidade organizada, que entre circulação legal e circulação ilegal, entre processos legais e processos ilegais de acumulação, existe, na sociedade capitalista, uma relação funcional objetiva. Assim, por exemplo, uma parte do sistema produtivo legal se alimenta de lucros de atividades delituosas em grande estilo. E, por isto, é fruto de uma visão superficial fazer da criminalidade das camadas privilegiadas um mero problema de socialização e interiorização de normas (p.67, grifo do autor).

Nesse sentido, a teoria de Merton apresenta função ideológica estabilizadora e reforça a imagem tradicional da criminalidade, como própria do comportamento das classes pobres e marginalizadas na sociedade, que são reconhecidas como população criminosa (BARATTA, 1997). Associação essa que serve de base em intervenções punitivas e repercute na decisão de magistrados até hoje no Brasil e no mundo.

Outra teoria sociológica (do consenso) da criminologia é a teoria da subcultura delincente. O seu precursor é o autor Albert Cohen com sua obra: "*Delinquent boys*". O seu estudo se baseia nas gangues de jovens dos Estados Unidos e o que os levam a cometerem crimes no período dos anos 1950, apresentando influências tanto da escola de Chicago como da teoria da associação diferencial

(SHECAIRA, 2014).

A sociedade norte americana pós segunda guerra, apresentava raízes com valores culturais protestantes, que seguiam a lógica do empenho no trabalho e fé na razão, a partir de um sistema hierárquico de classes. As elites eram representadas pelo sistema denominado *WASP - White Anglo-Saxon Protestant* - branco, protestante e anglo-saxão (Ibidem).

Nesse âmbito, as demandas por ascensão financeira permaneciam diante da lógica mercadológica e meritocrática, que culpabiliza, sobretudo, a população negra e de baixa renda. Dentro dessa lógica, há uma coerção ideológica em cima do jovem para atingir o sucesso econômico a partir de uma pressão midiática, escolar e familiar (ANITUA, 2008). Nesse sentido, a pobreza é vista como falha ou incompetência pessoal.

Então no final dos anos 50 - época marcada pela crise do modelo *American Dream*, essa idealização se exaure frente ao choque entre as metas culturais e a estrutura social, numa sociedade repleta de desigualdades sociais que possibilita (só a uma minoria) condições de acesso aos bens sociais (SHECAIRA, 2014).

Diante dessa realidade, a teoria da subcultura afirma que os jovens de baixa renda, na medida que não conseguiam adequar sua conduta à cultura de classe média ensinada e propagada pela cultura dominante e pelas escolas, negavam essa cultura e invertiam os seus valores (ZAFFARONI, 2013).

Ao iniciar o estudo das subculturas é importante trazer o conceito de cultura. Segundo o autor Albert K. Cohen (1955), o conceito de cultura compreende-se como: “todo o conjunto de valores, de crenças, de códigos e de preferências, tradicionais em cada sociedade e adquiridos por aqueles que dela fazem parte, constituindo juízos valorativos ou sistemas de valores sociais” (p.12).

Nessa direção, cada sociedade abarca um leque de subgrupos, cada um com uma forma de pensar e agir, nesse sentido as subculturas⁴⁰ consistem numa cultura dentro da cultura (SHECAIRA, 2014). Nas palavras de Cohen (1968):

A subcultura delinquente, por sua vez, pode ser resumida como um comportamento de transgressão que é determinado por um subsistema de conhecimento, crenças e atitudes precisam existir, primeiramente, no

⁴⁰ É importante ressaltar que há uma diferença entre subcultura e contracultura. As subculturas, em sua maioria, reproduzem alguns valores contidos na sociedade, só que num sinal invertido. Por exemplo: “A lealdade é valorizada, enquanto o traidor será considerado aqui-inimigo do grupo” (SHECAIRA, 2014, p.218). Já a contracultura é uma subcultura que desafia a cultura e a sociedade dominantes, eles são mais contestadores e confrontadores (Ibidem).

ambiente cultural dos agentes dos delitos e são incorporados à personalidade, mais ou menos como quaisquer outros elementos da cultura ambiente (p.199).

Nesse sentido, a teoria da subcultura delinquente compreende as gangues de jovens norte americanos, como os grupos organizados integrados por jovens que se reuniam com assiduidade e que dispunham de estrutura hierárquica de grupo de adotavam critérios de admissão (SHIMIZU, 2016a)⁴¹. Para Cohen, essas gangues eram compostas por:

a) expressivos ou não utilitários, isto é, que não servem para os jovens adquirirem as coisas inacessíveis pelos meios legais, mas que produzem prazer por si mesmas e, sobretudo, permitem obter um reconhecimento dentro do grupo; b) maliciosos, isto é, simplesmente obtém prazer por incomodar a moral geral ou quem a respeita; c) negativistas, isto é, que se definem por oposição aos valores da cultura geral ou da classe média, não tem referência autônoma, mas são exatamente o contrário do que aquela (a cultura geral) prescreve; d) variáveis, isto é, que os jovens das gangues não se especializam num comportamento delitivo, mas sim realizam uma grande variedade de atos delitivos, ou que sem chegar a sê-lo aparecem como contrários a esses valores gerais - desde furtos, até provocar desordens ou faltar a aula ou à boa educação; e) hedonistas a curto prazo, o que se relaciona com o anterior, pois não realizam atividades planejadas, mas sim respondem ao impulso; e f) reforçadores da independência do grupo, mediante a hostilidade e a resistência a outros grupos, especialmente à autoridade ou a instituições que a representem - família, escola etc (ANITUA, 2008, p.500).

Nessa direção, segundo Cohen, o jovem de baixa renda que apresenta menos oportunidades depara-se com três caminhos: o primeiro, que busca de qualquer forma o enriquecimento pessoal mesmo sem estruturas ou oportunidades para isso. O segundo, que renuncia suas aspirações e permanece na mesma dinâmica. E, o terceiro que se vincula a uma subcultura criminosa (Ibidem).

Essa nova subcultura irá valorizar as capacidades que o jovem possui na ação transgressora ou delitiva, o grupo irá incentivar positivamente comportamento que no senso comum são reconhecidos com desprezo. A conduta delinquente é um meio de conseguir *status*, não para uma ascensão econômica por meios ilegítimos como afirma Merton, mas para encontrar reconhecimento dos demais do grupo. Portanto, essa conduta é expressiva e não utilitária (Ibidem). Já a malícia está no desconcertar o outro, o prazer em atingir metas proibidas (SHECAIRA, 2014).

⁴¹ SHIMIZU, B. Criminologia. Aula 05. *Curso popular de formação de defensoras e defensores públicos*. 2016a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UcV7p-QyY1k>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

É importante ressaltar que a maior distinção da teoria de Cohen com a de Merton, é o reconhecimento que a associação a subcultura criminosa que seria a inovação de Merton, era uma resposta grupal e não individual. A interação era essencial para o cultivo dos valores do subgrupo e a prática de crimes. Nesse sentido, Cohen ressaltou a importância de promover oportunidades de melhor formação e acesso ao mercado de trabalho para esses jovens de baixa renda, como forma de prevenção do delito (em consonância a proposta de Merton), mas com a compreensão de que não se tratava de um problema individual, mas social (Ibidem).

Não obstante, apesar de trazer elementos importantes, Cohen não almejava o fim da competitividade capitalista e valorizava a solidariedade como solução a essa desigualdade social (Ibidem). Em consonância à essas críticas, Baratta (1997) retrata que a teoria da subcultura delinquente é:

Um registro meramente descritivo das *condições econômicas* das subculturas, que não se liga nem a uma teoria explicativa, nem a um interesse político alternativo, em face destas condições. Estas são, desse modo, acriticamente postuladas como quadro estrutural dentro do qual se insere e funciona uma teoria criminológica de *médio alcance*: ou seja, uma teoria que parte da análise de determinados setores da fenomenologia social (...) para permanecer, no próprio contexto explicativo, dentro dos limites do setor examinado (p.82, grifo do autor).

Nesse sentido, Cohen não buscava uma mudança na estrutura social ou no sistema punitivo. Cabe ressaltar também, que a teoria da subcultura negava toda a criatividade valorativa das classes baixas, limitando-se exclusivamente a inverter os valores e princípios dominantes (ZAFFARONI, 2013)⁴².

Posteriormente as teorias do consenso, surge na criminologia as teorias do conflito como o *labelling approach* nos anos sessenta. Período marcado pela guerra fria, conseqüentemente a guerra do Vietnã, que trouxe ruptura na população estadunidense. Inicia-se uma identificação com um pensamento crítico e libertário - e de esquerda, ou simplesmente liberal-democrático. Sem desconsiderar a presença ainda dos pensadores reacionários que exerceram bastante influência na época

⁴² Em 1957, Sykes e Matza publicam um artigo criticando a teoria das subculturas, ao compreenderem que os jovens delinquentes não negam nem invertem os valores dominantes, e sim aprendem a neutralizá-los, a partir de técnicas de neutralização. Para saber mais, ler em: ZAFFARONI, E. R. *A questão criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. 1. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p.92.

(ANITUA, 2008).

Nesse cenário há um grande processo de mobilização crítica da juventude frente a política externa americana, que cada vez mais se envolvia em conflitos e guerras em benefício do complexo industrial-militar. Esses protestos colocam em evidência reivindicações (não propriamente novas) de pacifismo, luta pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres, pelos direitos civis e contra ideais capitalistas (Ibidem). Este foi um período histórico de muita atuação do movimento hippie, dos movimentos negros (com figuras de luta política como: Martin Luther King, Malcolm X e Angela Davis) (SHECAIRA, 2014) e dos movimentos feministas (com influências de Nancy Fraser).

Essas manifestações de contestações a favor dos direitos das minorias afloraram também na Europa, com especificidades regionais na França, na Itália e na Inglaterra. Essa onda de contestação repercute também na América latina, contra o modelo dependente de desenvolvimento capitalista. E como consequência disso houve forte repressão, com influência norte-americana na criação das ditaduras que se sucederam nos países latino americanos (ANITUA, 2008).

Todo esse cenário, com a presença de influências do pensamento crítico, contribuiu como ruptura do pensamento social. A criminologia é afetada na medida em que as discussões políticas frente às instituições se tornam evidentes, também, no campo científico e acadêmico (Ibidem), a partir de estudos que realizam uma crítica às instâncias penais.

Iniciaremos agora o retrato do novo paradigma criminológico, composto pelo *labeling approach* (ou etiquetamento social, ou enfoque da reação social) e pela criminologia crítica. Conforme supracitado, as teorias tanto o *labeling approach* como a criminologia crítica compreendem que a sociedade não é constituída de uma cooperação voluntária ou de um consenso geral, mas sim sustentada por valores e regras impostos pela coerção e pela força, a partir da dominação das classes dominantes e da sujeição da classe trabalhadora aos seus interesses. Nesse sentido, são denominadas teorias do conflito (SHECAIRA, 2014).

Essas perspectivas teóricas superam as teorias etiológicas de outrora, seja de viés individual explicando a partir de um processo causal o indivíduo criminoso, seja de matriz sócio-estrutural partindo do ambiente para compreender o crime como fenômeno social. Nessa direção, esse novo paradigma, diferentemente das teorias já retratadas:

parte da consideração de que não se pode compreender a criminalidade se não se estuda a ação do sistema penal, que a define e reage contra ela, começando pelas normas abstratas até a ação das instâncias oficiais (polícia, juízes, instituições penitenciárias que as aplicam), e que, por isso, o status social de delinquente pressupõe, necessariamente, o efeito da atividade das instâncias oficiais de controle social da delinquência, enquanto não adquire esse *status* aquele que, apesar de ter realizado o mesmo comportamento punível, não é alcançado, todavia, pela ação daquelas instâncias (BARATTA, 1997, p.86).

Nessa direção, o *labelling approach*, em síntese, enfoca no estudo do efeito estigmatizante das instâncias oficiais. Os seus maiores precursores foram Howard S. Becker; Edwin M. Lemert e Edwin M. Schur. Segundo Baratta (1997), as correntes teóricas que contribuíram para o desenvolvimento do *labelling approach* foram: o interacionismo simbólico (H. Becker, E. Goffman, J. Kitsue, E.M. Lmert, E. M. Schur, F. Sack); a fenomenologia e a etnometodologia (P. Berger e T. Luckman, A. Cicourel, H. Garfinkel, P. McHugh, Tj. Scheff) e, enfim, a sociologia do conflito (G.B. Vold, A.T. Turk, R. Quinney, K.F. Schumann). Não obstante, explicita-se que as mais significativas foram a do interacionismo simbólico e a da etnometodologia.⁴³

A abordagem do *labelling approach* parte da premissa que, segundo Shecaira (2014): "as pessoas tornam-se sociais no processo de interação com outras pessoas, entrelaçando-se na ação projetada de outros, incorporadas as perspectivas dos outros nas suas próprias" (p.256). Ideias que se baseiam no interacionismo simbólico, no qual compreende-se que todos temos um eu que se desenvolve pelas exigências de papéis da sociedade, e um eu que é o que nós trazemos como identidade (ZAFFARONI, 2013).

A partir do *labelling approach* será demonstrado quão relativas são as condutas humanas e as reações à essas condutas, tendo em vista que a sociedade cataloga os múltiplos pormenores das condutas a que assiste, sendo que algumas pessoas são criminalizadas outras não, com a mesma ação (SHECAIRA, 2014).

Becker em sua obra: "*Outsiders*" de 1963 retrata que o desvio é criado artificialmente. Grupos sociais estabelecem regras que quando infringidas criam o desvio pela aplicação das sanções que estão previstas nestas regras aos indivíduos

⁴³ Tendo em vista o objetivo deste estudo de apresentar como foco a criminologia crítica, serão retratados (sinteticamente) os princípios fundamentais da abordagem do *labelling approach*, não deixando de reconhecer as multiplicidades de teorias que abarcam essa abordagem e suas influências. O foco dessa síntese será na primeira vertente voltada ao interacionismo simbólico, haja vista que foi a mais abordada por Shecaira (2008) quando explicitou o *labelling approach* em sua obra: "Criminologia".

que as violam (que são rotulados *outsiders*) (Ibidem). Dessa forma, o delito não é uma qualidade inerente ao ato, nem inerente a pessoa que cometeu o ato, mas uma consequência da aplicação dessas regras. Nas palavras de Becker (2008):

(...) desvio: ele é criado pela sociedade. Não digo isso no sentido em que é comumente compreendido, de que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou em “fatores sociais” que incitam sua ação. Quero dizer, isto sim, que *grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio*, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o delito não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal (p.21-22, grifo do autor).

Destarte, a conduta desviante, para o autor, resulta do processo causal desencadeado pela estigmatização (SHECAIRA, 2014), que está relacionado ao conceito *role engulfment* (mergulho no papel desviado), que compreende que a partir da imposição do estigma⁴⁴ as pessoas começam a se comportar segundo as expectativas dos gestores da moral (SHIMIZU, 2016b)⁴⁵.

Nessa direção, o rótulo é uma profecia auto-realizável, na medida em que o estigma molda a pessoa a partir da identidade social virtual (a forma como a sociedade enxerga esse indivíduo) (SHECAIRA, 2014). Assim, muitas pessoas são arbitrariamente rotuladas como criminosas (sobretudo a população negra e de baixa renda), estreitando ou até mesmo ceifando a oportunidade de seguir um caminho distinto daquele que envolve assumir tal identidade. Dessa forma, Becker expõe a arbitrariedade desse etiquetamento.

Segundo Lemert, a explicitação central de uma teoria da reação social está relacionada à distinção dos conceitos de desvio primário e secundário. O desvio primário é a realização de ato proibido sem rotulação identitária. Já o desvio secundário é quando uma pessoa começa a identificar-se com a etiqueta que lhe foi atribuída (*commitment to deviance*), assumindo uma identidade desviante, tornando-se um meio de defesa aos problemas criados pela reação social frente o primeiro desvio⁴⁶(Ibidem). De acordo com Baratta (1997):

⁴⁴ Goffman conceitua estigma como: marca social desqualificadora que impede que um indivíduo seja aceito na sociedade (ANITUA, 2008).

⁴⁵ SHIMIZU, B. Criminologia. Aula 06. *Curso popular de formação de defensoras e defensores públicos*. 2016b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HLaAGAOOnQ1o>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

⁴⁶ Para Lemert (1967): “A noção de desvio secundário foi criada para distinguir entre as causas originais e efetivas de atributos e condutas desviantes que estão associadas a defeitos físicos e incapacidade,

Enquanto o desvio primário se reporta, pois, a um contexto de fatores sociais, culturais e psicológicos, que não se centram sobre a estrutura psíquica do indivíduo, e não conduzem, por si mesmos, a uma “reorganização da atitude que o indivíduo tem para consigo mesmo, e do seu papel social”, os desvios sucessivos à reação social (compreendida a incriminação e a pena) são fundamentalmente determinados pelos efeitos psicológicos que tal reação produz no indivíduo objeto da mesma; o comportamento desviante (e o papel social correspondente) sucessivo à reação “torna-se um meio de defesa, de ataque ou de adaptação em relação aos problemas manifestos e ocultos criados pela reação social ao primeiro desvio. (p.90).

Para Lemert, a punição de um comportamento desviante desencadeia uma mudança da identidade social do sujeito estigmatizado, gerando uma tendência a assumir esse papel social introduzido pela estigmatização (BARATTA, 1997). Na criminologia, relaciona-se essa ideia com a prisionização das pessoas nas instituições totais. Goffman (1974) em sua obra: *Manicômio, prisões e conventos*, sustenta o conceito de instituição total:

como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso (p.11).

Dentro dessas instituições ocorre a mortificação do eu, ou seja, processos: “pelos quais o eu da pessoa é mortificado” (GOFFMAN, 1974, p.24). Durante a permanência nessas instituições há a violação da intimidade e da privacidade, o que impossibilita ao sujeito apresentar padrões pessoais de conduta (como horário para se alimentar ou dormir), estes tornam-se coletivos e pré-determinados. Na prisão, por exemplo, a pessoa se torna um número, perde sua identidade. Destarte, resta ao indivíduo poucas possibilidades para manifestação do seu eu (que é algo não uniformizável), o que não se dá sem uma consequência sobre a personalidade” (RAUTER, 2003, p.106). A pessoa presa sofre o efeito de cerimônias de degradação, ela perde a autonomia e fica entregue às profanações verbais dos outros presos e dos funcionários (ZAFFARONI, 2013).

crime, prostituição, alcoolismo, dependência de drogas e transtornos mentais” (p.40). (tradução livre). Trecho original: “The notion of secondary deviation was devised to distinguish between original and effective causes of deviant attributes and actions which are associated with physical defects and incapacity, crime, prostitution, alcoholism, drug addiction, and mental disorders” (LEMERT, 1967, p.40).

Goffman relaciona a realidade nas instituições totais à uma dramaturgia, que se estabelece de acordo com a falácia ressocializadora. Os funcionários, com a representação de que estão ali para contribuir na recuperação dos internos/dos presos, numa obediência fingida, que permanece diante do sistema de prêmios por bom comportamento (como progressão de regime) (SHECAIRA, 2014).

Ao retomar o conceito de mortificação do eu nas instituições totais, é importante ressaltar que esta mortificação consolida, na maioria dos casos, uma identidade desviante do condenado e o seu ingresso numa carreira criminosa. Nesse sentido, a intervenção da justiça criminal abre margem para o aprofundamento da criminalidade (Ibidem), processo que reforça o ciclo de carreira delinquencial, potencializando a reincidência. Shecaira (2014), sintetiza esse ciclo:

delinquência primária - resposta ritualizada e estigmatização - distância social e redução de oportunidades - surgimento de uma subcultura delinquente com reflexo na auto imagem - estigma decorrente da institucionalização - carreira criminal - delinquência secundária (p.269).

Nessa direção, o *labelling approach* evidencia que o controle social institucionalizado reproduz violência, retroalimenta a reincidência e é seletivo. No que tange essa discussão, enfatiza-se as contribuições de Fritz Sack, o que Baratta (1997) denominou de recepção alemã do *labelling approach*, cujo enfoque está sobre o conceito da cifra oculta, com estudos que superam a concepção idealista de igualdade no direito penal, “pois apesar de estabelecidas universalmente (igualdade formal) as normas definidoras de ilícitos, a atuação das agências ocorre, (...) de forma seletiva (desigualdade material)” (CARVALHO, 2015, p.144). Segundo Carvalho (2014):

A cifra oculta da criminalidade corresponderia, pois, à lacuna existente entre a totalidade dos eventos criminalizados ocorridos em determinado tempo e local (criminalidade real) e as condutas que efetivamente são tratadas como delito pelos aparelhos de persecução criminal (criminalidade registrada). E os fatores explicativos da taxa de ineficiência do sistema penal são inúmeros e dos mais distintos, incluindo desde sua incapacidade operativa ao desinteresse das pessoas em comunicar os crimes dos quais foram vítimas ou testemunhas. Como variável obtém-se o diagnóstico da baixa capacidade de o sistema penal oferecer resposta adequada aos conflitos que pretende solucionar, visto que sua atuação é subsidiária, localizada e, não esporadicamente, filtrada de forma arbitrária e seletiva pelas agências policiais (repressivas, preventivas ou investigativas) (p.145).

Salienta-se que a ruptura criminológica do *labelling approach* viabilizou a qualificação de inúmeras tendências da criminologia crítica que ao incorporarem as:

“ferramentas de análise dos mecanismos de criminalização primária (seletividade) e de criminalização secundária (etiquetamento/estigmatização)⁴⁷, redirecionaram suas investigações” (CARVALHO, 2015, p.60) numa análise materialista.

Ressalta-se que o maior legado⁴⁸ do *labelling approach* está na necessidade de se repensar o ordenamento penal, na busca de ampliação das margens de tolerância na superação dos conflitos e tensões sociais. E, sobretudo a introdução a criminologia de novas técnicas investigativas, numa crítica às instâncias penais e seu caráter estigmatizante (SHECAIRA, 2014).

No entanto, destaca-se a importância de tecer algumas críticas ao *labelling approach*, sobretudo no tocante do método de análise, ao deter influência fenomenológica (com o interacionismo simbólico), o *labelling* não consegue apresentar uma visão de totalidade das categorias do crime e da pena, que só é alcançada a partir de um estudo materialista dialético. Baratta (1997) reforça que:

A qualidade do desvio efetivo que tais comportamentos problemáticos tem em face do funcionamento do sistema socioeconômico, ou a sua natureza expressiva de reais contradições daquele sistema, permanece inteiramente obscurecida, reduzindo-se o seu significado ao efeito das definições legais e dos mecanismo de estigmatização e de controle social: a análise das relações sociais e econômicas, que deveria fornecer a chave das diversas dimensões da questão criminal, é desenvolvida em nível insuficiente (...) Só descendo do nível fenomênico da *superfície* das relações sociais, ao nível da sua *lógica material*, é possível uma interpretação contextual e orgânica (p.98-99, grifo do autor).

Diante do exposto, é inegável a contribuição importante do *labelling approach* à criminologia, não obstante essa abordagem se exime de explicar as causas do comportamento criminoso, apresenta uma análise determinista na apreensão dos processos de rotulação, não realiza uma crítica frente à ordem vigente e não mergulha no estudo da lógica objetiva da desigualdade que reside na estrutura das relações sociais de produção capitalista (BARATTA, 1997).

⁴⁷ A criminalização primária e a criminalização secundária serão explicitadas com mais profundidade no capítulo dois.

⁴⁸ A título de informação, o *labelling approach* apresentou influências no pensamento jurídico brasileiro a partir das modificações processadas pela reforma penal de 1984, pela lei de execução penal e pela lei dos juizados especiais criminais (SHECAIRA, 2014). Para saber mais, ler em: SHECAIRA, S. S. Criminologia. 6ª ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2014, p.273-282.

CAPÍTULO 2 OS FUNDAMENTOS DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA

No capítulo anterior, foi apresentada uma análise dos elementos históricos, econômicos, políticos e sociais que retratam o surgimento da criminologia e a existência de diferentes correntes teóricas, na relação com a necessidade da criação de teorias que legitimam determinados comportamentos sociais e morais. Nesse sentido, a abordagem desse estudo se coloca numa perspectiva sócio-histórica que está presente na criminologia crítica (a partir da vinculação à tradição marxista) com o materialismo histórico e dialético.

Ressalta-se que os autores criminólogos críticos marxistas conceituam a criminologia crítica como uma perspectiva marxista, no entanto essa perspectiva constitui-se também a partir de autores de um eixo histórico crítico que não está no campo marxista, e nesse sentido também serão retratados ao longo do estudo.

Destarte, a criminologia crítica é um campo amplo e diverso que incorpora a criminologia marxista. Os autores criminólogos críticos escolhidos na pesquisa apresentam uma reflexão crítica tanto a macro e microssociologia, reconhecem as categorias crime e pena como complexos sociais e as relacionam com o sistema de produção.

Destaca-se que os criminólogos críticos com vinculação à tradição marxista utilizados foram: Dieter (2007), Melossi e Pavarini (2010), Rusche e Kirchheimer (2004), Santos (2006) e Taylor, Walton e Young (1980). Além da utilização do próprio Marx e de Engels (2010). Já no eixo histórico crítico os autores que fomentaram a discussão foram: Andrade (2012), Baratta (1997), Karam (1994), Malagutti Batista (2010), Nilo Batista (2011) e Zaffaroni (2013).

Ressalta-se que se optou também pela utilização de Foucault, mesmo que o intuito desse autor não fosse o de realizar a discussão da luta de classes ou deter-se no viés marxista, mas desenvolveu uma análise crítica frente às instituições punitivas e trouxe elementos importantes à crítica criminológica.

Salienta-se que a criminologia crítica apresentou sua origem nos anos 1970, fruto dos processos sócio políticos da década anterior que foi marcada por manifestações populares contestadoras, a favor da luta pelos direitos civis, pelos direitos da população negra e pelos direitos das mulheres, que repercutiram mundialmente numa onda de questionamento. Realidade marcada por múltiplas mobilizações populares que viabilizaram uma crítica às instâncias penais e a

aproximação da criminologia com autores do novo paradigma da reação social, pelo interacionismo simbólico com o *labelling approach*⁴⁹ (ANITUA, 2008).

Nessa época, uma interpretação da cultura marxista com parâmetros deterministas e/ou mecanicistas não era mais suficiente, dessa forma apresentou-se uma recuperação dos textos de Marx, Lukács e Gramsci. Ademais, os movimentos de reivindicação continuavam e redefiniram suas identidades próprias e socialmente assumidas. Esses novos movimentos detinham práticas de resistência mais expressivas, numa incursão na vida política e social, de formas diferentes das realizadas até então, nesse sentido, muitos foram criminalizados e reprimidos pelo Estado (Ibidem).

Influenciado por esses movimentos sociais e subsidiado por eles, surge dentro das instituições prisionais nos Estados Unidos, o *Black Muslims*, grupo que lutava por uma nova consciência e dignidade aos presos. Salienta-se que nessa época, o ponto de vista dos/as presos/as no que tange a violência nas prisões começa a ter relevância, bem como sua compreensão acerca da polícia, dos juízes e do próprio sistema prisional. Esse momento é marcado, também, pela produção de obras como de Angela Davis (2019) com sua biografia publicada em 1974, na qual relata sua experiência na prisão. Em outros países do mundo desenvolveram-se, também, movimentos de reivindicações dos direitos dos presos como: o KRUM - Associação Sueca Nacional para a Reforma Penal⁵⁰, o RAP - *Radical Alternatives to prison*⁵¹ na Inglaterra e o CAP - Comitê de ação de prisioneiros na França. Já na América latina, os países estavam sob o regime de ditaduras civil-militares e os movimentos contestadores foram apagados pela forte repressão e violência - a sangue e fogo (Ibidem).

Todo esse cenário influenciou diretamente a criminologia com a vinculação à tradição marxista. Não obstante, os pensamentos que compõem essa perspectiva não eram os pensamentos hegemônicos do século XX (BATISTA, 2011).

Em concomitância a esses movimentos supracitados, era um período histórico de transição do modelo de bem-estar social⁵² para o neoliberalismo. Netto (2013)

⁴⁹ Abordagem da criminologia também intitulada de Etiquetamento social.

⁵⁰ Grupo que será abordado com mais ênfase no subcapítulo intitulado: a interlocução da criminologia crítica com o abolicionismo penal.

⁵¹ Tradução livre: radicais alternativas à prisão.

⁵² Ressalta-se que essa transição não aconteceu no Brasil, tendo em vista que o país nunca apresentou um modelo de bem-estar social. No entanto, atualmente há no país a implantação do ultra

aponta que essa época envolveu um processo que redesenhou amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo, em sua natureza ideológica e econômica, na busca por romper com qualquer política democrática de outrora e, sobretudo, reforçar que o Capital não tem nenhum compromisso social. Ideologia que se expressou na forte repressão do movimento sindical e em novas ideias econômicas.

Na entrada dos anos 1970, porém, esgotou-se a “onda longa expansiva” da dinâmica capitalista, que garantiu mais de duas décadas de significativo crescimento econômico. À redução das taxas de lucro, condicionadas também pelo ascenso do movimento operário, que alcançara expressivas vitórias naqueles anos e nos imediatamente anteriores, o capital respondeu com uma ofensiva política (de início, basicamente repressiva – recorde-se o trato que ao movimento sindical brindaram a Senhora Thatcher e R. Reagan –, depois fundamentalmente de natureza ideológica e econômica. O que se seguiu é conhecido (trata-se do que Ruy Braga denominou de “restauração do capital”) e já foi objeto de larga documentação: a conjunção “globalização /” neoliberalismo” veio para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extra-mercado, da economia tem sido coroado de êxito. Erodio-se o fundamento do Welfare State em vários países (Ibidem, p.16).

De acordo com Netto (1993), a essência do arsenal do neoliberalismo consiste: numa “argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para democracia” (p.77). Dessa forma, iniciou-se o processo de desmonte das políticas públicas, o aumento das contrarreformas e, em consequência, o acirramento das expressões da questão social.

As novas dinâmicas econômicas e socioculturais, podem ser sintetizadas pelo tríplice mote: “da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal)” (NETTO, 2012, p.12). O neoliberalismo estendeu-se nas décadas que se sucederam e persiste até os dias atuais, com seu recrudescimento por governos marcados também pelo conservadorismo.

A chegada do Estado Neoliberal trouxe transformações, também, na concepção sobre política criminal, recupera-se a ideia de crime como uma decisão individual e o direito penal como principal instrumento de efetivação da política criminal

neoliberalismo que se instalou após dois governos “neodesenvolvimentistas” conforme intitula Behring (2018).

(ABRAMOVAY, 2010). Segundo Wacquant (2007):

a análise comparada da evolução da penalidade nos países avançados [...] evidência, de um lado, um estreito laço entre a escalada do neoliberalismo como projeto ideológico e prática de governo que determina a submissão ao “livre mercado” e a celebração da “responsabilidade individual” em todos os domínios e, do outro, o desenvolvimento de políticas de segurança ativas e punitivas, centradas na delinquência de rua e nas categorias situadas nas fissuras e as margens da nova ordem econômica [...] que se estabelece sob o império conjunto do capital financeiro e do assalariamento flexível (p.25).

Certos autores intitulam a falta de hegemonia dos pensamentos que compõem a criminologia crítica, como uma suposta crise dessa perspectiva, tendo em vista que essa se concentrou mais no âmbito acadêmico e em movimentos sociais, do que numa influência forte e direta nas ações governamentais ou no senso comum da população, frente a forte onda neoliberal que se instalou. No entanto, salienta-se a compreensão que é necessário recuperar essas reflexões e críticas, como resistência a atual realidade neoliberal, na medida em que, o neoliberalismo precariza a vida, impõe um autoritarismo (que oprime as populações mais vulneráveis levando em conta as questões de classe, raça e gênero) e perpetua uma demanda social por punição, que só retroalimenta a violência e a exclusão social.

É importante ressaltar que o pensamento marxista terá grande influência na criminologia crítica que reage e critica ao neoliberalismo, mesmo que nem todos os autores se intitulam marxistas. Nesse sentido, será trazido, sinteticamente, uma explicitação do pensamento marxiano⁵³.

Marx direciona suas pesquisas na análise concreta da sociedade burguesa, no período de transição do feudalismo ao capitalismo, do século XVIII ao XIX, na Europa Ocidental. Segundo Netto (2011, p.17, grifo do autor), pode-se compreender como o “*problema central* da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista”. Engels (2008), no seu livro: “Do Socialismo utópico ao socialismo científico” retrata que:

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é

⁵³ Marx é um sociólogo e economista que apresentou como principais obras: “O manifesto do partido comunista” (1848), “Manuscritos econômico-filosóficos” (1844) e “O Capital” (1867-1894). Ele é reconhecido (por muitos autores) como um dos maiores pensadores da cultura ocidental e apresentou grande influência nos processos revolucionários de sua época (NETTO, 2011).

determinada pelo que a sociedade produz e como produz pelo modo de trocar os seus produtos (p.91).

Nessa direção, na análise dos processos sociais, econômicos e políticos do capitalismo, Marx (2013) separa em duas classes, relação na qual uma explora a outra. Sendo a burguesia a detentora dos meios de produção, e o proletariado os trabalhadores que vendem sua força de trabalho como forma de subsistência. O autor em o “Capital” expressa:

De um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como os escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos esses dois pólos de mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção (MARX, 2013, p. 828).

Na análise da sociedade de classes, importa retratar como Marx enxergava a teoria. Para Marx, a teoria é a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: é a partir da teoria que o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. Compreensão, essa, antitética às teorias positivistas que reduz ao exame sistemático do objeto de estudo. Ademais, o objeto da pesquisa tem uma existência objetiva, independentemente da consciência do pesquisador (NETTO, 2011).

Salienta-se que não há uma análise determinista absoluta no pensamento marxiano, tendo em vista que para Marx o homem é um ser social influenciado pelas relações sociais e partícipe da própria história (Ibidem). Conforme Marx (1969) retrata: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (p.17).

Segundo Netto (2011), o arcabouço teórico de Marx articula em três categorias nucleares: totalidade, contradição e mediação, no estudo do sistema de

produção capitalista. Marx compreende a sociedade burguesa como uma totalidade concreta - “totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (Ibidem, p.56).

Nessa direção, Netto (2011) complementa que, para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica, na medida em que seu movimento é resultante do caráter contraditório de todas as totalidades. Nesse sentido, uma questão crucial é a compreensão que os processos que ocorrem nas totalidades são mediados pelos distintos níveis de complexidade e, principalmente, pela estrutura peculiar de cada totalidade.

Salienta-se que para uma visão de totalidade, é importante levar em consideração no estudo, também as particularidades dos processos sociais⁵⁴, além de aprofundar nas questões de classe, raça/etnia e gênero e perceber suas intersecções, conforme aponta Angela Davis (2011)⁵⁵:

Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (n.p.).

É, então, a partir da análise da sociedade de classes na perspectiva marxista que surgirão durante a década de 1970, novos pensamentos a respeito da questão criminal (assim como outras teorias deram base à criminologia em outros momentos, como vimos no capítulo anterior). Optou-se no uso da nomenclatura mais utilizada pelos autores base, qual seja, criminologia crítica⁵⁶.

Segundo Baratta (1997), o foco da criminologia crítica é o processo de criminalização

Identificando nele um dos maiores nós teóricos e práticos das relações sociais de desigualdade próprias da sociedade capitalista, e perseguindo, como um de seus objetivos principais, estender ao campo do direito penal, de modo rigoroso, a crítica do direito desigual. Construir uma teoria materialista (econômica-política) do desvio, dos comportamentos

⁵⁴ A título de exemplo de um estudo que englobe as particularidades dos processos sociais, especificamente no Brasil necessita apresentar numa análise da formação sócio-histórica, econômica e política brasileira marcada pela escravidão e pelo patriarcado.

⁵⁵ As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Instituto Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

⁵⁶ O termo criminologia crítica foi inspirado na tradição da Escola de Frankfurt (ANITUA, 2008).

socialmente negativos e da criminalização (p.197).

Destarte, essa teoria assume um caráter macrosociológico historicizando a realidade comportamental do desvio, estabelecendo relação com as estruturas sociais e as formas produtivas do sistema capitalista (BARATTA, 1997).

Segundo Zaffaroni (2013), os autores (no campo marxista) que serviram de base para a criminologia crítica - foram Georg Rusche e Otto Kirchheimer que publicaram, em 1939, a obra “Punição e estrutura social”⁵⁷. Foi a primeira vez na história em que o marxismo foi base para a análise do poder punitivo. Esta investigação foi realizada na Escola de Frankfurt. Batista (2011) elenca também Bonger e Pachukanis como parte dos grandes mestres da crítica marxista.

É importante ressaltar que Marx e Engels ocuparam-se apenas tangencialmente da questão criminal, conforme retrata Pachukanis (1988):

Tendo estudado em profundidade a economia capitalista, Marx não poderia ter deixado de examinar um elemento que é consequência desta mesma economia, isto é, o Direito burguês. As análises que Marx fez sobre o Direito não foram sistemáticas, uma vez que ele jamais se dedicou especificamente a enfrentar o problema jurídico. O Direito para Marx é objeto de análise na medida em que os seus institutos servem para organizar e reproduzir o modo de produção capitalista. Assim, o autor de O Capital jamais se preocupou com filigranas ou questiúnculas tão ao gosto dos ‘juristas’ (p.10).

Nesse sentido, utilizou-se no estudo os princípios marxistas na forma de análise e, sobretudo, também o que foi produzido pelos autores Marx e Engels, no tocante à crítica ao Estado capitalista, ao Direito, à teoria hegeliana da pena e a compreensão do crime na sociedade classes.

Ademais, como obra importante, no campo marxista da criminologia crítica tem-se “Cárcere e fábrica” de Melossi e Pavarini publicada em 1977, na qual os autores se embasam na premissa de Rusche e Kirchheimer - em que cada sistema de produção apresenta um sistema de punição correspondente, e realizam uma análise das protoformas das instituições prisionais. Melossi com um estudo das instituições prisionais na Europa e Pavarini nos Estados Unidos, a crítica do livro gira em torno do objetivo da prisão constituir-se no adestramento dos presos em trabalhadores fabris (MELOSSI; PAVARINI, 2010).

⁵⁷ O livro: “Punição e estrutura social” foi a primeira obra da Escola de Frankfurt a ser editada pela Columbia University Press de Nova Iorque, no ano de 1939. E teve sua produção e sua recepção afetadas pelas dificuldades que o nazismo e a guerra mundial criaram para os autores. Dessa forma, a obra só será utilizada com maior aprofundamento nos anos 1970.

“A escola crítica surge também na Europa e nas Américas” (BATISTA, 2011, p.86). Na Europa com as obras de Baratta e Mathiesen. No tocante à Baratta, o autor apresenta um humanismo emancipatório, “não na forma de um sincretismo teórico mas de uma unidade interdisciplinar elaborada, o contributo de matrizes diversas, pertencentes tanto a macro e microssociologia” (ANDRADE, 2012, p.67).

Na América latina, como resistência às ditaduras, sustentaram-se práticas e teorias de crítica ao poder punitivo com os autores: Zaffaroni, Lola Anyar de Castro, Rosa del Olmo entre outros. Salienta-se que o autor Zaffaroni constitui figura fundamental da criminologia crítica na América Latina, o autor contribuiu no instituto Interamericano de Direitos Humanos com estudos e pesquisas sobre sistemas penais (Ibidem) na busca do garantismo, ou seja, vigilância e garantia dos direitos humanos.

No Brasil, contra a truculência estatal apresenta-se uma esquerda jurídico-penal com os autores: Nilo Batista, Juarez Cirino dos Santos e Juarez Tavares (primeiro jurista brasileiro a introduzir o marxismo na teoria do delito) (BATISTA, 2011). Andrade (2012) explicita as diferenças entre a análise de Juarez Cirino e de Malagutti e Nilo Batista - autores referência que também foram basilares na construção crítica acadêmica no país:

com protagonismo intelectual e pedagógico, Juarez Cirino dos Santos, Nilo Batista e Vera Malagutti de Souza Batista estruturam academicamente (produção teórica e formação) dois eixos basilares do criticismo no Brasil, a que vou denominar (a) eixo teórico-crítico, representado por Juarez Cirino dos Santos, mais recentemente aglutinado em torno da Universidade Federal do Paraná e do instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC), fundado em 2001, comprometido com a continuidade, a divulgação e a construção de uma teoria materialista do crime, do desvio e do controle social no Brasil [...] e (b) o eixo histórico-crítico (nucleado na história do Brasil e na história social das ideias), representado por Nilo Batista e por Vera Malagutti de Souza Batista, comprometido com a construção de uma criminologia e de um direito penal críticos brasileiros, de base materialista, a partir das perspectivas colonial e periférica (marginal), desenvolvido na Universidade Cândido Mendes, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e no instituto Carioca de Criminologia, fundado na década de 1990 (p.86-87).

Alguns autores como Santos (2006), também consideram marco importante para a criminologia crítica, as teses dos britânicos Taylor, Walton e Young, os quais, em 1973, publicaram “A nova criminologia”⁵⁸, que foi bastante difundida pelo mundo

⁵⁸ A criminologia marxista britânica teve bastante êxito e se expandiu desde a publicação, em 1973, da Nova criminologia de Ian Taylor, Paul Walton e Jock Young. Esta obra alcançou um êxito singular porque a primeira parte é uma cuidadosa síntese da criminologia teórica desde o Iluminismo, resgatando os elementos críticos de cada corrente, com conhecimento e aprofundamento sociológico (ZAFFARONI, 2013).

(SANTOS, 2006). Para esses criminólogos, a criminologia crítica deveria comprometer-se com uma perspectiva marxista, na busca da abolição das desigualdades de riqueza e de poder, e conceituar o delito como uma consequência da estrutura social vigente (ANITUA, 2008).

Nesse sentido, de acordo com Rusche e Kirchheimer (2004) há uma relação profunda entre o sistema econômico e a política criminal, que devem ser sempre analisados conjuntamente.

Todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações de produção. É, pois, necessário pesquisar a origem e a força dos sistemas penais, o uso e a rejeição de certas punições e a intensidade das práticas penais, uma vez que elas são determinadas por forças sociais, sobretudo pelas forças econômicas e, conseqüentemente, fiscais (p.20).

Dessa forma, a Criminologia crítica embasa seus estudos: “nas relações sociais de produção (estrutura de classes) e de reprodução político-jurídica (superestruturas de controle) da formação social” (SANTOS, 2006, p. 125), que produzem e reproduzem seu objeto: o crime e a sociedade de controle.

Realizada essa retrospectiva sócio-histórica sobre a constituição da criminologia crítica, será apresentado a seguir os seus fundamentos centrais para então poder realizar a interlocução com os princípios éticos do Serviço Social (no quarto capítulo)

2.1 O crime

A perspectiva teórica da criminologia crítica rompe com as criminologias anteriores, sobretudo, com a positivista, que apresentava o enfoque biopsicológico e detinha como objeto de estudo o homem delinquente e a mulher delinquente. Destarte, ela supera o paradigma etiológico proveniente da criminologia clínica e que se centrava na busca pelas causas da criminalidade.

A criminologia crítica “historiciza a realidade comportamental do desvio e ilumina a relação funcional ou disfuncional com as estruturas sociais, com o desenvolvimento das relações de produção” (BARATTA, 1997, p.160). Essa perspectiva teórica, por seu turno, contextualiza a compreensão do determinismo biológico do crime, como um estudo inserido dentro de paradigmas normativos e sociais que invisibilizam as opressões estruturantes do sistema capitalista. Já a

criminologia clínica, nas palavras de Anitua (2008, p. 660), “ficava com os ‘bodes expiatórios’ sancionados pelo sistema (...), não fazendo senão reproduzir o sistema”.

Nesse sentido, a superação desse paradigma iniciou-se a partir dos anos 1930, com estudos criminológicos (as escolas sociológicas, retratadas no capítulo anterior) marcados pelo:

deslocamento do interesse cognoscitivo das causas do desvio criminal para os mecanismos sociais e institucionais através dos quais é construída a “realidade social” do desvio, ou seja, para os mecanismos através dos quais são criadas e aplicadas as definições de desvio e de criminalidade e realizados os processos de criminalização (BARATTA, 1997, p.160)

Portanto, iniciou-se o processo de busca pela desconstrução do conceito de crime fruto de causas biológicas ou patológicas (numa perspectiva determinista absoluta) para compreendê-lo como “um constructo social, um dispositivo” (BATISTA, 2011, p.21). Para a perspectiva da criminologia crítica, a criminalidade não é causada por determinados sujeitos ou ações comportamentais, ela é, sobretudo, um *status* designado à específicos indivíduos através da seleção dos bens protegidos pelo direito penal (como a propriedade privada) (BARATTA, 1997) ou seja, ao nível da criminalização primária⁵⁹.

Em síntese, o processo de criminalização primária é representado pela elaboração das normas, nas quais o Estado rotula como crimes certas condutas, que ocorrem de forma seletiva e arbitrária a favor dos interesses das classes dominantes. Segundo Santos (2005):

a ideologia da proteção de bens jurídicos oculta a realidade da proteção seletiva de interesses e privilégios das classes sociais hegemônicas, em duas direções: criminalização de comportamentos típicos das classes sociais subalternas (especialmente marginalizados sociais) e exclusão dos comportamentos socialmente danosos das classes hegemônicas da formação social (p.458)

Já a criminalização secundária consiste na aplicação e cumprimento da lei penal, sob a responsabilidade da justiça e da polícia - ação punitiva que resulta no encarceramento. Ressalta-se compreender que as condições materiais e a posição social (somado a raça/etnia) do acusado representa a variável decisiva do processo

⁵⁹ A criminalização primária é o processo de criação das normas penais, a definição dos bens jurídicos protegidos - a seleção das condutas que devem ser criminalizadas, ou seja, “ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas” (ZAFFARONI, 2003, p.43).

penal, em duas direções: a partir da concentração da criminalização nos “marginalizados sociais e no subproletariado - com a posição precária no mercado de trabalho (...) como variável interveniente - e a partir da imunização penal das elites de poder econômico e político” (SANTOS, 2005, p.458).

Baratta (1997) complementa que a criminalização dos sujeitos estigmatizados entre todos que cometem crimes na sociedade, expõe a seletividade⁶⁰ do direito penal. Logo, a criminalização é distribuída desigualmente de acordo com a hierarquia dos interesses do sistema sócio-econômico e conforme a desigualdade social dos sujeitos (considerando as relações de classe, raça/etnia e gênero).

Essas reflexões já foram abordadas pelo *labelling approach* nos anos 1960, contudo na criminologia crítica busca-se uma análise impelida numa visão de totalidade, com o intuito de compreender a função histórica e atual do sistema penal para a conservação e reprodução das relações sociais de desigualdade. Para isso, é necessária a superação do nível “da visibilidade sociológica da desigualdade (...), para penetrar na lógica objetiva da desigualdade, que reside na estrutura das relações sociais de produção” (BARATTA, 1997, p.199), para compreender a lei pela qual todas as relações obedecem: a lei do valor (Ibidem).

Nessa linha de análise, alguns criminólogos críticos, como a autora Maria Lúcia Karam (2012), compreendem que:

O controle social formal manifestado no poder do Estado de punir estrutura-se em um sistema que se materializa através da seleção de determinadas condutas conflituosas ou socialmente negativas, que, por intervenção da lei penal, recebem a qualificação de crime (p.72).

Hulsman⁶¹ e Celis (1993) complementam⁶¹ que o delito é uma realidade construída, resultado de uma decisão humana modificável, em suas palavras:

De um dia para o outro, o que era delito deixa de sê-lo e aquele que era considerado delinquente se torna um homem honesto, ou pelo menos não tem mais que prestar contas à justiça penal. *É a lei que diz onde está o crime, é a lei que cria o “criminoso”* (p.64, grifo meu).

⁶⁰ Em relação a seletividade do direito penal será abordada mais a fundo quando for retratado o direito penal.

⁶¹ Optou-se pela escolha dessa qualificação de crime de Hulsman ao compreender como resultado de uma decisão humana modificável pois está em consonância com as críticas de Maria Lúcia Karam. Ademais, os dois autores são abolicionistas.

Ao eliminar a qualificação do conceito de delito, o autor propõe que a sociedade trate os eventos criminalizados como problemas sociais, ao ampliar o leque de possibilidades de respostas possíveis, procurando não se limitar à reação punitiva (ANITUA, 2008).

Deste modo, entende-se o crime como parte da lei penal, fruto de decisões e contextos políticos, e que não pode ser entendido como uma simples descrição naturalística de um ato antijurídico. Ou seja, as atitudes passíveis de condenação consideradas crimes pelo direito penal diferenciam-se geograficamente e o conceito de crime compreendido e aceito pela sociedade passa por transformações ao longo do tempo, diante da mudança de valores e interesses dentro do sistema de produção capitalista (KARAM, 2010).

Como exemplo, tem-se o debate em torno da legalização do uso de cannabis em certos países, como o Uruguai, e sua proibição em outros, como o Brasil, ou ainda, a criminalização da homossexualidade. Segundo a organização ILGA - Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Trans e Intersexuais, com sede na Suíça⁶² - (em 2019) setenta países do mundo criminalizam a prática homossexual (com prisão perpétua, com chicotadas, com detenção com penas variadas e até pena de morte). E ao mesmo tempo, há países com proteção constitucional contra a discriminação por orientação sexual⁶³, como: Portugal, Suíça e entre outros.

Nessa direção, a criminologia crítica tem seu sustentáculo no pensamento marxista, ao considerar o delito um fenômeno dependente do modo de produção capitalista, ou seja, o crime é analisado como produto da sociedade de classes. Nesse sentido, essa perspectiva busca elucidar as responsabilidades coletivas, capaz de superar os critérios individualistas e pessoais do conceito moderno de crime. Numa análise sócio-econômica e estrutural de como se expressa a criminalização, que é direcionada aos grupos sociais subjugados e marginalizados, realidade na qual a população negra e de baixa renda é “bode expiatório” da violência institucional (SANTOS, 2006a).

Essa perspectiva, portanto, ao analisar as contradições dessa sociedade de

⁶² A organização ILGA publicou em 2019, um mapa referente às leis sobre orientação sexual no mundo. Disponível em: <https://ilga.org/sites/default/files/ENG_ILGA_World_map_sexual_orientation_laws_dec2019_update.png>. Acesso em: 31 jul. 2020.

⁶³ Salienta-se que essa menção de dados não faz qualquer apologia ou incentivo a punição, apresenta o intuito exclusivo de dimensionar a questão que o conceito de crime se diferencia dependendo da localidade ou período histórico, como um constructo social.

classes, critica o conceito de crime assimilado pelo senso comum e de origem contratual e liberal⁶⁴, o qual se encontra vinculado à posição de classe da burguesia na ordem social capitalista e apresenta como conceito de crime a predominância de práticas contrárias à manutenção dessa ordem social (Ibidem).

Em *Capital punishment*⁶⁵ de 1853, Marx relaciona o crime às condições fundamentais da sociedade burguesa em geral. Sob essa compreensão, entende que as medidas policiais repressivas não exterminam o ato criminoso, haja vista que não houve redução e nem a erradicação da violência, mas, inclusive, elevou-se a quantidade de condutas tipificadas como crimes, sobretudo contra a propriedade privada. Realidade que seria diferente numa sociedade comunista, ao eliminar a desigualdade social e colocar fim à contradição indivíduo e sociedade, exterminaria o crime pela raiz⁶⁶ (BOTTOMORE, 1988). Conforme retratado nessa passagem: “Violações da lei geralmente emergem como resultado de ações econômicas (*economical agencies*)” (MARX, 1853, p.121). E acrescenta: “Deve haver algo de podre na essência mesma de um sistema social que eleva sua riqueza sem diminuir sua miséria, e eleva sua criminalidade ainda mais rapidamente” (Ibidem, p.120).

Em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de 1845, Engels expõe a degradação das condições de vida dos trabalhadores como resultado da expansão das indústrias inglesas, realidade que os despojava de vontade própria e direcionava-os irremediavelmente a cometer crimes (como forma de sobrevivência). Nas palavras do autor:

Quando as causas que concorrem para degradar moralmente o operário atuam com mais força e impacto do que de hábito, é tão certo ele tornar-se um criminoso como é certo que a água passa do estado líquido ao gasoso (...). Sob a ação brutal e embrutecedora da burguesia, o operário transforma-se numa coisa (...) tão desprovida de vontade como a água e, como esta, submete-se às leis da natureza com a mesma inevitabilidade – num certo ponto, qualquer liberdade, para ele, deixa de existir. É por isso que, na Inglaterra, a criminalidade aumentou em paralelo ao aumento do proletariado e hoje, no mundo, a nação inglesa detém o primado da delinquência (ENGELS, 2010, p.167-168)

⁶⁴ A título de informação, a definição de crime no Brasil expressa no art. 1º da Lei de Introdução do Código Penal (decreto-lei n. 2.848, de 7-12-1940): “Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente”.

⁶⁵ Artigo intitulado: *Capital Punishment* (punição capital) escrito por Marx para o New York Daily Tribune em 1853, que aborda as estatísticas criminais da França e da Filadélfia (BOTTOMORE, 1988).

⁶⁶ Ressalta-se a importância da compreensão também da luta contra não só as opressões de classe, mas também de raça/etnia e gênero, na medida que só será possível a construção de uma sociedade igualitária com a superação do patriarcado, do racismo e da discriminação.

Nesse contexto, o crime consistiria, então, numa reação à opressão e sua contenção, sob o ponto de vista do Estado, seria fácil, por não ser uma luta coletiva. Dessa forma, para o autor, os trabalhadores deveriam voltar-se às formas coletivas de luta de classes. Em outros textos como: o “Esboço de uma crítica da economia política” e o “Discurso de Elberfeld”, Engels relaciona o crime à competitividade da sociedade capitalista, que favorece não apenas os crimes cometidos por trabalhadores de baixa renda, como, sobretudo as fraudes e práticas comerciais enganosas (BOTTOMORE, 1988).

Conclui-se, a partir do exposto, que a criminologia crítica compreende o crime como produto da sociedade de classes, antagonicamente aos estudos causais e etiológicos. Nesse sentido, o crime é resultado de um sistema opressor e desigual, que gera pobreza e violência; reconhece-se o crime como tipificação desse sistema que “enquadra” o sujeito que cometeu o delito num processo desigual de poder entre as classes, no qual a posição social (somado a raça/etnia) do acusado representa a variável decisiva do processo penal e, sobretudo somado a criminalização de comportamentos típicos das classes sociais subalternas, na mesma medida que se exclui a criminalização dos comportamentos socialmente danosos das classes dominantes.

Ademais, a criminologia crítica apresenta a socialização dos meios de produção como condição para a supressão das desigualdades sociais, econômicas, políticas e do controle, da qual, resultaria, por conseguinte na redução e eliminação gradativa da criminalidade estrutural e individual (SANTOS, 2006a).

2.2 A pena

Para entender a crítica à pena, é fundamental, a *priori*, debruçar-se nos mecanismos que envolvem sua gênese e execução, adentrando em quais interesses a pena serve na sociedade de classes. A pena⁶⁷ consiste na sanção praticada pelo Estado aos que cometeram delitos, e surge com as funções, em síntese, de prevenção e retribuição. Na análise das instituições punitivas, das teorias legitimadoras da pena e das relações sociais na sociedade capitalista, a criminologia crítica compreende que

⁶⁷ Nucci (2011) no manual de direito penal explicita a pena como: a sanção imposta pelo Estado, por meio de ação penal, ao criminoso como retribuição ao delito perpetrado e prevenção a novos crimes (p.391).

a pena não exerce as funções de prevenção nas quais se propõe. Nessa direção, muitos autores almejam a superação da pena e de toda a lógica punitiva na busca de uma nova ordem societária mais igualitária.

Ressalta-se também que certos autores (como: Jock young e Roger Matthews) embasados nos fundamentos da criminologia crítica, realizam uma análise da pena na defesa de um realismo de esquerda, na qual compreende o crime como um constructo social, não obstante considera importante sua criminalização. O principal objetivo desses autores é trazer o debate da criminologia crítica numa intervenção na realidade social, a partir de propostas e estratégias, como por exemplo: a reelaboração da política criminal.

Compreende-se importante tanto as intervenções no âmbito do sistema penal, quanto a busca pela superação de toda a lógica punitiva numa nova ordem societária igualitária. Ressaltando-se que essas intervenções não podem ser tidas como fim.

Nesse momento, com o objetivo de dar continuidade no aprofundamento dos fundamentos centrais da criminologia crítica, devemos distinguir os conceitos de Estado penal, sistema penal e direito penal no capitalismo, com o intuito de adentrar nos mecanismos que orbitam em torno da discussão da pena.

Para Marx e Engels (2002), o Estado assim como o Direito surgem em função da propriedade privada e da manutenção dos interesses das classes dominantes.

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real [realen], na vontade livre. Do mesmo modo, o direito é reduzido novamente à lei (MARX; ENGELS, 2002, p.76).

Para Wacquant (2015)⁶⁸ o Estado (no neoliberalismo) é um espaço que se divide em duas forças que disputam a distribuição de seus bens públicos: a nobreza estatal direcionada à gestão do mercado e o governo dos pobres ou os gastos despendidos nas políticas sociais (BATISTA, 2012).

Essa compreensão traz subsídios para a análise de Estado Penal, que afirma

⁶⁸ Wacquant é professor de sociologia, criminólogo, sociológico e pesquisador associado a diversos centros de pesquisa como o Centre de sociologie européenne et de science politique da França, bem como os estadunidenses Global Metropolitan Studies Program, ao Program in Medical Anthropology, ao Center for the Study of Race and Gender, ao Designated Emphasis in Critical Theory e ao Center for Urban Ethnography. Suas principais obras são: “As Prisões da Miséria” e “Punir os Pobres”. Segundo Batista (2012), a leitura de Loïc Wacquant apresenta grande importância para a crítica das políticas criminais do neoliberalismo e no conceito de Estado Penal.

a instauração no neoliberalismo de uma “política estatal de criminalização das consequências da miséria de Estado” (WACQUANT, 2007, p.27). Trata-se da consolidação de um Estado social mínimo, marcado de um lado pelo desmonte das políticas públicas e corte de benefícios assistenciais, estudantis, trabalhistas e previdenciários e de outro por uma “erupção do Estado penal” (Ibidem, p.12), caracterizado por um fluxo crescente e inexorável de pessoas encarceradas, resultando no superencarceramento. Dessa maneira, com a hiper-regulamentação penal, o Estado Neoliberal manifesta-se como Estado penal, haja vista que os problemas sociais, ao invés de serem compreendidos como expressões da questão social, são entendidos como questão de segurança pública.

Nessa lógica há uma tripla transformação do Estado: amputando seu braço econômico, retraindo seu braço social e expandindo seu punho penal (Ibidem). Esse punho penal constitui-se em um projeto político, que apresenta como figura central, no exercício do poder punitivo do Estado, a manutenção do neoliberalismo.

Esse poder punitivo do Estado penal é exercido pelas instituições que são separadas por três estágios bem definidos: a instituição policial, a instituição judiciária e a instituição penitenciária. O conjunto dessas instituições, de acordo com as regras jurídicas pertinentes, é intitulado de sistema penal (BATISTA, 2011). Na análise de Wacquant (2007), o sistema penal, serve enquanto aparato estatal incumbido da tarefa de fortalecer respostas punitivas às ações de resistência das classes oprimidas.

Segundo Zaffaroni (1984), o sistema penal é caracterizado como o “controle social punitivo institucionalizado” (p.07), nessa concepção o termo “institucionalizado” concerne tanto às práticas legais como a procedimentos realizados pelas instituições seja policial ou prisional, que não são respaldadas por lei, ou seja, práticas ilegais que são consideradas rotineiras, de certa forma conhecidas ou toleradas pela sociedade em geral, tais como as violações de direitos nas prisões e a tortura praticada pela polícia em confissões (BATISTA, 2011). Essa retórica é antitética às ideologias legitimadoras do sistema penal no capitalismo, que compreendem o sistema penal como garantidor de uma ordem social justa e que seria operacionalizado nos limites das matrizes legais.

Nesse sentido, a criminologia crítica questiona o direito penal e investiga como, por que, para quem e contra quem é utilizado, ou seja, sua função na sociedade, interessando-se também em verificar o desempenho prático do sistema penal, em uma análise econômica, política e social da realidade (Ibidem). Conforme

retrata Taylor, Walton e Young (1980):

questionar as causas não somente do crime, mas, também, das normas que, em um sentido primário, criam o crime – isto é, das normas legais. A aceitação não questionada de um dado sistema legal e das normas legais têm sido a tendência geral na criminologia positiva, e o resultado tem sido desastroso para as pretensões de cientificidade da criminologia (p. 56).

O direito de ser punido está embasado no limite de sua responsabilidade em detrimento de sua violação do pacto social (ABRAMOVAY, 2010). Diante dessa premissa (com influência iluminista), o direito penal é legislado no intuito de desempenhar funções dentro de e para uma sociedade que concretamente se organizou de determinada forma. Segundo Nilo Batista (2011), o direito penal é

O conjunto de normas jurídicas que preveem os crimes e lhes cominam⁶⁹sanções, bem como disciplinam a incidência e validade de tais normas, a estrutura geral do crime e a aplicação e execução de sanções cominadas (p.24).

E é nessa lógica de garantir uma ordem justa preconizada por uma vontade geral que o direito penal moderno se constituiu “com penas atribuídas a crimes específicos e mecanismos de garantia para a aplicação da lei de forma equilibrada” (ABRAMOVAY, 2010, p.11).

Salienta-se que com a consolidação do sistema capitalista, a criação de um novo método punitivo que protegesse a propriedade privada, consiste em uma prioridade à burguesia emergente (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004). Marx e Engels (2002) na obra: “Ideologia Alemã”, retratam a fundamentação do discurso jurídico do direito de propriedade que fornece o sustentáculo de sua legitimação, estabelecida a partir de leis e de uma suposta vontade geral:

No direito privado, exprimem-se as relações de propriedade existentes como sendo o resultado de uma vontade geral. O próprio *jus utendi et abutendi*⁷⁰exprime, por um lado, o fato de que a propriedade privada se tornou completamente independente da comunidade e, por outro lado, a ilusão de que essa propriedade privada repousa sobre a simples vontade privada, sobre a livre disposição das coisas. Na prática, o *abutendi*⁷¹ tem limites econômicos bem determinados para o proprietário privado, se este não quiser ver sua propriedade, e com ela seu *jus abutendi*, passar para outras mãos; pois, afinal de contas, a coisa, considerada unicamente em suas relações com sua vontade, não é absolutamente nada, mas somente no comércio, e

⁶⁹ Cominar uma sanção é uma forma jurídica cujo significado é, de acordo com o dicionário da Academia das Ciências de Lisboa: “determinar a aplicação de castigo ou pena a indivíduos que infringem a lei ou faltam ao cumprimento de um dever, de uma responsabilidade”.

⁷⁰ “direito de uso e consumo (também: abuso)” (MARX; ENGELS, 2002, p.76).

⁷¹ “consumo (também: abuso)” (MARX; ENGELS, 2002, p.76).

independentemente do direito, torna-se uma coisa, uma propriedade real (uma relação, aquilo que os filósofos chamam uma ideia) (p.76).

Marx e Engels (2002) criticam a ideia do direito como uma vontade geral, e como o direito se propõe alheio a sua base real, descontextualizado, de modo independente das relações de sociabilidade do capital. Nesse sentido, compreende-se que o direito atua como ideologia⁷².

Destarte, o direito e, em consequência, o direito penal, são elaborados para atender aos interesses das classes dominantes. Marx e Engels (2008) expressam essa compreensão no livro: “Manifesto do partido comunista”: “Direito não é nada mais que a vontade de sua classe erigida em lei, uma vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de vida de sua própria classe” (p.38).

Ao compreender o direito penal e relacioná-lo com o sistema de produção capitalista, configura-se como uma forma pela qual a burguesia ao deter o monopólio jurídico possa exercer e manifestar sua dominação frente à classe trabalhadora. Reafirmando a argumentação que todo sistema histórico de política penal traz as marcas dos interesses da classe que o realizou (PACHUKANIS, 1988).

Pachukanis (1988) também retrata a importância de uma análise do direito, não só como ideologia, mas a sua vinculação com as condições econômicas, sociais e políticas no capitalismo.

da mediação jurídica é o de dar garantias à marcha, mais ou menos livre, da produção e da reprodução social que, na sociedade de produção mercantil, se operam formalmente através de vários contratos jurídicos privados. Não se pode atingir este objetivo buscando unicamente o auxílio de formas de consciência, isto é, através de momentos puramente subjetivos: é necessário, então, recorrer a critérios precisos, a leis e a rigorosas interpretações de leis, a uma casuística, a tribunais e à execução coativa das decisões judiciais. É por este motivo que não podemos nos restringir na análise da forma jurídica, à ‘pura ideologia’, desconsiderando mecanismo objetivamente existente (p.09).

É importante destacar que o direito também está inserido na dialética das relações e da luta de classes, assumindo caráter contraditório como garantidor e violador de direitos, sem perder suas funções sociais de manutenção da ordem capitalista e reafirmação dos interesses predominantes. Conforme retratado por Lessa (2002) no texto: “Lukács: Direito e Política”:

⁷² Segundo Mauro Iasi (2013), no sentido marxiano, a ideologia é uma forma de consciência que tem uma base material, mas que se pretende independente dessa mesma base material. Mesmo se pretendendo autônoma, a ideologia atua sobre a realidade, oculta a história e naturaliza essa forma de consciência. A ideologia é a apresentação como universal de algo que é particular.

[...] o Direito, para desempenhar com sucesso as suas funções sociais, tem de desenvolver uma especificidade que se manifesta na sua autonomia relativa de desenvolvimento diante da totalidade social e diante da economia. Por isso, em alguns momentos o Direito pode conferir decisões que contradigam os interesses das classes dominantes – contudo, esses momentos excepcionais apenas revelam que a conexão das classes dominantes com o Direito é mediada pelos conflitos sociais concretos, não havendo aqui nenhuma linearidade. Essa autonomia relativa do Direito, sempre segundo Lukács, é expressão jurídica do fato de os interesses predominantes numa sociedade se afirmarem pela mediação de inúmeros conflitos e complexos que, a cada momento histórico, assumem uma feição particular (p.116).

Segundo Santos (2008) e Pachukanis (1988), a estrutura material das relações presentes no capitalismo são baseadas no princípio da retribuição equivalente em todos os níveis da vida social, do trabalho pelo salário na produção social de bens e serviços; nas formas jurídicas das relações de poder capitalistas, (como por exemplo), em relação à responsabilidade civil, sob a forma de contrato de indenização; “no âmbito da responsabilidade penal, (...) sob a forma da pena privativa de liberdade, como valor de troca do crime medido pelo tempo de liberdade suprimida” (SANTOS, 2008, p.440-441). Pachukanis (1988) enfatiza essa relação da retribuição equivalente, na qual:

O direito penal é uma parte integrante da superestrutura jurídica, na medida em que encarna uma modalidade dessa forma fundamental, à qual está subordinada a sociedade moderna: a forma de troca de equivalentes com todas as suas consequências. A realização destas relações de troca, no Direito Penal, constitui um aspecto da realização do Estado de direito como forma ideal das relações entre os produtores de mercadorias independentes e iguais que se encontram no mercado. Porém, como as relações sociais não se limitam às relações jurídicas abstratas, a jurisdição penal não é somente uma encarnação da forma jurídica abstrata, mas também uma arma imediata na luta de classes [...] A privação de liberdade com uma duração determinada através da sentença do tribunal é a forma específica pela qual o Direito Penal moderno, ou seja, burguês-capitalista, concretiza o princípio da reparação equivalente. Tal forma está inconsciente, porém profundamente ligada à representação do homem abstrato e do trabalho humano abstrato mensurável pelo tempo (p. 126-128).

De acordo com Dieter (2005), no discurso doutrinário dominante há duas funções que o direito penal deveria cumprir: ético-social e preventiva. A primeira consiste na proteção legal dos valores fundamentais da vida social. E, estabelece as condutas que são e não puníveis, dessa forma reafirma os princípios éticos da coletividade. A função ético-social do direito penal é atribuída à função de retribuição, ou seja, o mal proporcional do crime.

No que tange às teorias retributivas da pena, as quais têm como seus maiores defensores iluministas Kant e Hegel, inexistente a compreensão da punição como útil ou funcional à sociedade, mas como uma retribuição pelas condutas tipificadas como crime, seja por meio de uma retribuição jurídica (Hegel), seja por meio de uma retribuição moral (Kant) (ANITUA, 2008).

Para Kant, a pena se baseia no valor intrínseco da vingança como valor em si mesma, ele relaciona o castigo com a soberania e o direito de obediência. O castigo se justifica pois o indivíduo merece ser castigado mediante a conduta que cometeu. Já Hegel compreende a pena como vontade do próprio criminoso, ao entender o sujeito como detentor de razão, nesse sentido o ato de aplicar a sanção é uma universalidade que o criminoso reconheceu no pacto social. Esses dois autores são base das teorias neo retribucionistas (de Jakobs na Alemanha, e Von Hirsch nos Estados Unidos) (Ibidem). A pena não teria uma função preventiva, o foco é exclusivamente a retribuição pelo mal causado por quem cometeu o delito, com raiz religiosa e moral.

Marx (1853) critica a visão idealista⁷³ (presente na teoria hegeliana da pena) ao relacioná-la como uma vingança social, a exemplo da lei de talião⁷⁴.

Não é uma ilusão substituir o indivíduo com seus reais motivos com variadas circunstâncias sociais pressionando-o pela abstração do livre arbítrio, uma entre as muitas qualidades do homem em si. Essa teoria que considera a punição resultado da vontade do próprio indivíduo é apenas a expressão metafísica da velha lei de talião: Olho por olho, dente por dente, sangue por sangue ⁷⁵ (Tradução livre) (p.02).

Santos (2005) coaduna com essas críticas e aponta que as teorias retribucionistas, que entendem a retribuição como método de compensar um mal (o crime) por outro (a pena) não apresentam caráter nem democrático e nem científico.

⁷³ Hegel apresenta a visão idealista ao compreender o sujeito atomizado e descontextualizado, não estuda as relações sociais que influenciam o sujeito (no qual é partícipe).

⁷⁴ A lei de talião consiste na retaliação, na busca de penalizar quem cometeu o delito com grau semelhante ao mal provocado. Baseado nessa premissa da lei, foi criado (pelo sexto rei da Suméria) um conjunto de leis - o Código de Hamurabi - com punições drásticas. A título de ilustrar essa lógica: “artigo 25 - Se na casa de alguém aparecer um incêndio e aquele que vem apagar, lança os olhos sobre a propriedade do dono da casa, e toma a propriedade do dono da casa, ele deverá ser lançado no mesmo fogo”. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

⁷⁵ Texto original: “Is it not a delusion to substitute for the individual with his real motives, with multifarious social circumstances pressing upon him, the abstraction of “free-will” — one among the many qualities of man for man himself! This theory, considering punishment as the result of the criminal’s own will, is only a metaphysical expression for the old “jus talionis” [the right of retaliation by inflicting punishment of the same kind] eye against eye, tooth against tooth, blood against blood” (MARX, 1853, p.02).

E, retrata a mudança de função da pena.

A pena como *retribuição* do crime fundamenta-se num dado indemonstrável: o *mito de liberdade* pressuposto na culpabilidade do autor. A impossibilidade de demonstrar a liberdade pressuposta na culpabilidade: a culpabilidade perde a antiga função de fundamento da pena, que legitima o poder punitivo do Estado em face do indivíduo, para assumir a função atual de *limitação da pena*, que garante o indivíduo contra o poder punitivo do Estado - uma mudança de sinal dotada de importante significado político (SANTOS, 2006a, p. 425).

A segunda função do direito penal do discurso doutrinário dominante consiste na prevenção, que engloba duas teorias legitimadoras da pena (prevenção geral e especial), cada qual com duas funções específicas (positiva e negativa) (DIETER, 2005). De acordo com Dieter (2005):

Uma função preventiva, em duas variantes, das quais decorrem ainda, duas funções específicas: a prevenção geral em sua forma positiva cumpriria o papel de normalizar as relações sociais, garantindo a ordem através da estabilização das expectativas da sociedade, e em sua forma negativa, por meio do poder intimidante que caracteriza o Direito penal, funcionaria como inibidora de futuras ações criminosas pela certeza da punição; já a prevenção especial dá-se negativamente através da “neutralização” do sujeito criminoso (ou criminalizado), do coletivo social pelo isolamento, e positivamente por meio da reeducação do detento na execução da pena (p.06).

A teoria da prevenção geral positiva com o papel de normalizar as relações sociais, garantindo a ordem através da estabilização das expectativas da sociedade - atribui ao direito: “(a) estabilização do sistema social, (b) de orientação da ação e (c) de institucionalização de expectativas normativas” (SANTOS, 2005, p.428). A crítica da compreensão da eficiência do direito penal e ao que se propõe já foi realizada acima, ao retratar as relações na qual o direito penal está inserido.

Dando continuidade às teorias legitimadoras da pena, por seu turno, a teoria da prevenção geral negativa é expressa pelo poder intimidativo que a pena representa a toda a sociedade - como elemento de dissuasão do delito através de coação psicológica. A execução da pena individual provocaria na sociedade o respeito às normas e leis ditadas pelo Estado devido ao temor da punição, medo que se desenvolveria pela cultura e diminuiria os índices de criminalidade (Ibidem). O entendimento da pena como defesa social, é criticada por Marx (1853) na passagem a seguir, na qual ele expõe a ineficácia da ação penal como inibidora de futuros crimes:

A punição em geral tem sido defendida como um meio de melhoramento ou de intimidação. Agora que direito você tem para me punir em nome da melhoria ou da intimidação dos outros? E além disso, há toda uma história - existe algo chamado estatística - que prova com a mais completa evidência que desde que Cain o mundo não tem sido nem intimidado nem amenizado pela punição. Muito pelo contrário⁷⁶ (p.02).

Segundo Dieter (2005), qualquer análise histórica evidencia que o fator intimidante da pena é uma grande falácia, ademais viola a dignidade da pessoa humana inerente a esta estratégia de controle social.

Ademais, é importante considerar que a reprodução da violência é incompatível com a democracia e os princípios de justiça social, é ilógico insistir na pena de prisão como caminho para a promoção dessas finalidades. Tomando como base essa premissa, Karam (2010) indaga:

Se for verdadeira a alegada pretensão dos que sustentam o sistema penal de evitar ou, ao menos reduzir, as condutas negativas (...), por que insistir na produção de mais sofrimento na imposição da pena? (p. 17).

Nesse sentido, diante de um contexto histórico marcado pela aplicação de penas de morte, flagelamento e encarceramento, a ameaça da pena jamais preveniu a produção de conflitos, a ocorrência dos crimes ou a reincidência. Podemos ilustrar que, na atualidade, mesmo depois de séculos de implantação e funcionamento do sistema penal, o discurso oficial ainda permanece embasado no argumento de uma crescente criminalidade poderosa (KARAM, 1994).

A teoria da prevenção especial negativa, por sua vez, compreende que a partir da neutralização e o apartamento da sociedade, impede a prática de crimes fora dos limites da prisão (SANTOS, 2005), e provoca a intimidação do condenado a não cometer mais crimes. Santos (2005) destaca os aspectos contraditórios dessa teoria, tendo em vista que a prisão estigmatiza socialmente a pessoa condenada, quebra laços familiares e facilita a inserção em subculturas num aumento da reincidência:

a) a privação de liberdade produz maior reincidência - portanto, maior criminalidade -, determinada pelos reais efeitos nocivos da prisão; b) a privação de liberdade exerce influência negativa na vida real do condenado, mediante desclassificação social objetiva, redução das chances de futuro comportamento legal e formação subjetiva da *autoimagem* de criminoso -

⁷⁶ Texto original: "Punishment in general has been defended as a means either of ameliorating or of intimidating. Now what right have you to punish me for the amelioration or intimidation of others? And besides, there is history — there is such a thing as statistics — which prove with the most complete evidence that since Cain the world has neither been intimidated nor ameliorated by punishment. Quite the contrary" (MARX, 1853, p.02).

portanto, habituado à punição; c) a execução da pena privativa de liberdade representa a máxima *desintegração social* do condenado, com a perda do lugar de trabalho, a dissolução dos laços familiares, afetivos e sociais, a formação pessoal de atitudes de dependência determinadas pela regulamentação da vida prisional, além do estigma social do ex-condenado; d) a subcultura da prisão produz deformações psíquicas e emocionais no condenado, que excluem a reintegração social (...) e) prognoses negativas fundadas em indicadores sociais desfavoráveis, como pobreza, desemprego, escolarização precária (...) desencadeiam estereótipos justificadores de criminalização para correção individual por penas privativas de liberdade, cuja execução significa experiência subcultural de prisionalização, deformação pessoal e ampliação de prognósticos negativos de futuras reinserções no sistema de controle; f) finalmente, o grau de desadaptação social do condenado é proporcional a duração da pena privativa de liberdade: quanto maior a experiência do preso com a subcultura da prisão, maior a reincidência criminal e a formação de carreiras criminosas, conforme demonstra o *labeling approach* (p.444, grifo do autor).

Por fim, a teoria da prevenção especial positiva⁷⁷ apresenta o argumento de que a integração à sociedade se perfaz por meio da aplicação da pena de prisão, local no qual a pessoa condenada será “reeducada” para o convívio. Nesse sentido, essa teoria é o veículo para a consolidação das ideias de “ressocialização”, reintegração, recuperação, regeneração e reeducação do criminoso como meio para evitar a reincidência. Baratta (2004) critica as discussões que giram em torno dessa temática, seja naturalista ou idealista.

No primeiro caso, na teoria do castigo e/ou naturalização, comete-se o que a filosofia prática chama de “falácia naturalista”: elevam-se os fatos a normas ou deduz-se uma norma dos fatos. No segundo caso, com a nova teoria da ressocialização, incorre-se na “falácia idealista”: apresenta-se uma norma contrafactual que não pode ser concretizada, uma norma impossível (...) toda essa discussão não passa de uma falsa questão. Pode-se, e deve-se, escapar tanto da falácia naturalista quanto da idealista. O ponto de vista de como encarar o problema da ressocialização, no contexto da criminologia crítica, é aquele que constata -- de forma realista -- o fato de que a prisão não pode produzir resultados úteis para a ressocialização do sentenciado e que, ao contrário, impõe condições negativas a esse objetivo (BARATTA, 2004, p.02).

As teorias do *labelling approach* já apontavam dois processos que ocorrem no sistema prisional que fortalece a reincidência e não o seu oposto, como: a desculturação do preso a partir da redução do senso de realidade do mundo externo e simultaneamente a inserção em subculturas carcerárias (BARATTA, 1997). Conforme supracitado na crítica de Juarez Cirino dos Santos sobre a prevenção

⁷⁷ No Brasil, a partir da promulgação da Lei de Execução Penal em 1984, tematiza o projeto punitivo moldando-o a partir da noção de ressocialização. Haja vista, que essa redação da lei é consequência do processo de transnacionalização realizado pelos criminólogos positivistas.

especial negativa.

Ademais, segundo Foucault⁷⁸, a pena privativa de liberdade materializada na prisão, consiste na região mais sombria e nefasta do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir não necessita mais de um rosto coberto (a exemplo do antigo carrasco), mas organiza-se em plena luz com respaldo de discursos do saber (ZAFFARONI, 2013). Nesse sentido, Foucault (1987) explica a relação de poder do panóptico⁷⁹:

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente. Por isso Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo (p.226).

Para Foucault o poder do panóptico se estendia a toda sociedade sob a forma de vigilância, caracterizando esse modo de controle por meio dos termos “sociedade punitiva” e “sociedade de controle”. Sob essa terminologia, o autor defende a ideia de que o poder punitivo tem efeitos que se estendem para além do encarceramento de indivíduos indesejáveis: ao aprisionar um certo número de pessoas termina por

⁷⁸ Optou-se pela utilização de Michel Foucault, nesse estudo, em razão da importância de suas obras para a crítica criminológica. Trata-se, mais especificamente, de *Vigiar e Punir*, de 1975, porque nesse livro o autor se debruça sobre a história da prisão conjugada ao poder disciplinar (SHECAIRA, 2014). Nesse sentido, Cohen (1985) retrata: “escrever hoje sobre punição sem Foucault, é como falar sobre o inconsciente sem Freud” (Tradução livre) (p.10), tamanha a importância de sua obra. Ademais, Anitua (2008) o considera um dos maiores pensadores do século XX. Nota-se que mesmo que o intuito desse autor não fosse o de realizar a discussão da luta de classes ou deter-se no viés marxista, sua análise será considerada nesse estudo. Além disso, ressalta-se que as contribuições de Foucault em *Vigiar e punir*, podem ser sintetizadas: 1) pela compreensão da prisão como estratégia das classes dominantes de criar docilidade e utilidade dos corpos a partir da ideologia da submissão, 2) pelo entendimento do sistema penal marcado pela repressão das classes subalternas e pela impunidade às elites, 3) a partir do conceito da disciplina que apresenta sua materialidade nas técnicas de controle e sujeição do corpo, necessária à subordinação do trabalhador, 4) pela demonstração do fracasso dos objetivos ideológicos (presente nas funções declaradas da pena) e 5) pela efetivação dos objetivos reais da prisão (a repressão seletiva da criminalidade e a organização da delinquência pela tática de submissão) (SANTOS, 2006b).

⁷⁹ Panóptico é um conceito utilizado pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, em 1785, para idealizar uma penitenciária, cuja estrutura física possibilitaria a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes soubessem se estão ou não sendo vigiados.

também enviar uma mensagem àquelas que continuam em liberdade, ou seja, de que são constantemente vigiadas (ZAFFARONI, 2013).

Nessa direção, Foucault aborda que o mecanismo punitivo (a pena privativa de liberdade materializada nas prisões), intensificou o sofrimento e as violações aos direitos do condenado ao apresentar a função real de expansão da vigilância.

Na análise de Wacquant (1999), a prisão representa uma “máquina varredora de precariedade” e compreende que a instituição prisional apresenta a função real na sociedade, de manutenção da ordem e do poder vigente perpetuando a exclusão social.

a instituição carcerária não se contenta em recolher e armazenar os (sub) proletários tidos como inúteis, indesejáveis ou perigosos, e, assim, ocultar a miséria e neutralizar seus efeitos mais disruptivos: esquece-se que ela própria contribui ativamente para estender e perenizar a insegurança e o desamparo sociais que a alimentam e lhe servem de caução. Instituição total concebida para os pobres, meio criminógeno e desculturalizante moldado pelo imperativo (e o fantasma) da segurança, a prisão não pode senão empobrecer aqueles que lhe são confiados e seus próximos, despojando-os um pouco mais dos magros recursos de que dispõem quando nela ingressam, obliterando sob a etiqueta infamante de “penitenciário” todos os atributos suscetíveis de lhes conferir uma identidade social (...) e lançando-os na espiral irrisível da pauperização penal, face oculta da “política social” do Estado para com os mais pobres (p.143-144).

Portanto, a ressocialização da pessoa condenada a partir do aprisionamento é uma grande falácia. A estrutura do sistema prisional é marcada por múltiplas violações de direitos, perpetua a seletividade, a violência e estimula a reincidência.

Nessa direção, Foucault revela que o fracasso aparente (de suas funções declaradas) representa o sucesso dos objetivos reais das instituições prisionais, sendo que estes consistem na repressão seletiva da criminalidade e a organização da delinquência (SANTOS, 2006b). Nesse sentido:

O sistema carcerário junta numa mesma figura discursos e arquitetos, regulamentos coercitivos e proposições científicas, efeitos sociais reais e utopias invencíveis, programas para corrigir a delinquência e mecanismos que solidificam a delinquência. O pretenso fracasso não faria então parte do funcionamento da prisão? (...). Se a instituição-prisão resistiu tanto tempo, e em tal imobilidade, se o princípio da detenção penal nunca foi seriamente questionado, é sem dúvida porque esse sistema carcerário se enraizava em profundidade e exercia funções precisas (FOUCAULT, 1987, p.239).

Santos (2005) complementa que as funções reais da pena consistem em um artifício de disciplina da classe trabalhadora, manutenção da ordem capitalista e

reafirmação dos valores dominantes. Nessa direção,

O valor de uso atribuído à pena criminal, inútil do ponto de vista das funções declaradas do sistema penal, é útil do ponto de vista das funções políticas reais da pena criminal, precisamente porque a desigualdade social e a opressão de classe do capitalismo é garantida pelo discurso penal da correção/neutralização individual e da intimidação/reforço da fidelidade jurídica do povo (Ibidem, p.443).

Dessa maneira, os criminólogos críticos denunciam o compromisso do direito penal com a dominação de classe, as desigualdades sociais, a exclusão social, a estigmatização, a retroalimentação da violência e a criminalização da pobreza como controle e marginalização das classes subalternas. Em consonância à essas críticas, Baratta (1997) expõe a seletividade do direito penal:

a) o direito penal não defende todos e somente os bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos, e quando pune as ofensas aos bens essenciais o faz com intensidade desigual e de modo fragmentário; b) a lei penal não é igual para todos, o status de criminosos é distribuído de modo desigual entre os indivíduos; c) o grau efetivo de tutela e a distribuição do status de criminoso é independente da danosidade social das ações e da gravidade das infrações à lei, no sentido de que estas não constituem a variável principal da reação criminalizante e da sua intensidade (p. 162).

É imprescindível ressaltar que a retórica de legitimação da pena mascara a compreensão das disfunções sociais de todo o sistema penal que são, então, expostas pela criminologia crítica. Portanto, o estudo crítico expõe a incapacidade das instituições punitivas prevenirem condutas (compreendidas como crimes) futuras, seja tanto na prevenção especial quanto na prevenção geral, seja em suas variáveis positivas ou negativas. Portanto,

o controle social formal manifestado no poder punitivo do Estado, estruturando-se em um sistema que se materializa através do processo de criminalização de determinadas condutas conflituosas ou socialmente negativas, ao mesmo tempo que reduz o enfrentamento de tais condutas à simplista reação de impor uma pena aos responsáveis por aquelas condutas criminalizadas, produz um enorme volume de violência, sob a forma de deterioração moral, privação de liberdade e morte (KARAM, 1994, p.117).

Nessa direção, o conceito de pena, só se explica em sua função simbólica de manifestação do poder e em sua finalidade de manutenção e reprodução deste poder (KARAM, 1994). Conforme retrata Zaffaroni (1991):

O próprio nome "pena" indica um sofrimento. Sofrimento existe, entretanto,

em quase todas as sanções jurídicas: sofremos quando nos embargam a casa, nos cobram um juro definitivo, nos anulam um processo, nos colocam em quarentena, nos conduzem coercitivamente como testemunhas, etc. Nenhum desses sofrimentos é denominado "pena", pois possuem um sentido, ou seja, de acordo com modelos abstratos, servem para resolver algum conflito. A pena, ao contrário, como *sofrimento órfão de racionalidade*, há vários séculos procura um sentido e não o encontra, simplesmente porque não tem sentido a não ser como manifestação do poder. Portanto, pena é qualquer sofrimento ou privação de algum bem ou direito, que não resulte racionalmente adequado a algum dos modelos de solução de conflitos dos demais ramos do direito (p. 204, grifo meu).

Destarte, esse sofrimento irracional materializa-se primordialmente na pena privativa de liberdade nos dias atuais. Salienta-se que os resultados ou consequências dessa pena não são de interesse do senso comum, conforme destaca Pachukanis (1988), o maior interesse da opinião pública durante a aplicação da pena, consiste exclusivamente na sua equivalência ao crime.

Se efetivamente a pena fosse considerada somente do ponto de vista do seu fim, a própria execução da pena e, em particular os seus resultados, deveriam suscitar grande interesse. (...) Em contrapartida, (...) Para a opinião pública, uma vez que o tribunal tenha determinado corretamente o equivalente, tudo se encontra, por assim dizer, em ordem e o destino posterior do delinquente já não interessa quase a mais ninguém (PACHUKANIS, 1988, p.131).

Nessa direção, não é de interesse público verificar as funções da pena, que ainda consiste numa vingança social, só que marcada com um discurso declarado mais sofisticado de legitimação da pena. Essa lógica expõe, assim, uma reação punitiva (parte constituinte do poder punitivo do Estado) marcada pela injustiça que lhe é inerente e acaba por desencadear, direta ou indiretamente, um enorme volume de violência. As próprias características que determinam a intervenção penal como irracionalidade e seletividade, já delimitam que toda manifestação do poder punitivo do Estado será através da violência (Idem, 2010), alicerçando-se ainda pelas ideias do castigo e da culpa.

Destarte, a imposição da pena legitima o papel do sistema penal como instrumento de manutenção e reprodução da desigualdade e da exclusão, característicos da sociedade capitalista. Nesse sentido, a pena é em sua essência a manifestação de poder (sendo este, poder de classe do Estado capitalista), que é direcionada, prioritariamente, aos excluídos e desprovidos desse poder.

Não obstante, historicamente é elevado o número de autores (academicamente reconhecidos e com relevância mundial) que desenvolvem teorias

jurídico-penais e difundem ideias punitivas para ampliar o alcance do sistema penal, legitimando, por consequência, a violência. É imprescindível, assim, desconstruir essas ideologias, tendo em vista que são sustentáculo da atual hegemonia neoliberal presente na maioria dos países no mundo.

2.3 Para além do crime e da pena: o abolicionismo penal

Em decorrência do entendimento sobre as categorias crime e pena retratados acima, parte dos criminólogos críticos são defensores do abolicionismo penal. Ao longo da história elaborou-se teorias que buscam a superação e a abolição do sistema penal, no interior da criminologia crítica, a denominação “abolicionismo penal” é atribuída à “deslegitimação mais radical do sistema carcerário e da própria lógica punitiva” (ANITUA, 2008, p. 695). Não obstante, nem todo criminólogo crítico é abolicionista.

É importante ressaltar, que não há só uma corrente abolicionista, o sustentáculo do abolicionismo penal é composto por diversas vertentes. Destarte, os autores precursores dessas perspectivas e suas matrizes teóricas foram: Louk Hulsman (na Holanda) com uma vertente fenomenológica e Nils Christie (na Noruega) com uma fenomenologia histórica, Thomas Mathiesen (na Escandinávia) com uma perspectiva materialista (SHECAIRA, 2014). Ressalta-se que pensamentos que criticam e almejam a ruptura do sistema penal não estão somente nos autores supracitados, outros escritores, pensadores e criminólogos também apresentaram essas críticas ao longo dos séculos. Nesse sentido, enfatiza-se, também, a importância de autores como: Angela Davis, Michel Foucault⁸⁰ e Edson Passetti (importante representante no Brasil, com uma perspectiva anarquista).

Na Holanda, um dos países gênese dessa teoria, está enraizado nos valores e princípios de sua população, a importância e a relevância da tolerância. Destarte, o senso comum da população holandesa é marcado pelo entendimento que uma política criminal pouco intervencionista é menos danosa socialmente (ANITUA, 2008).

Nesse cenário, Louk Hulsman reafirmava os valores morais como o limite mais

⁸⁰ Michel Foucault, mesmo não se intitulando um abolicionista como os autores supracitados, conferiu importantes subsídios ao pensamento abolicionista (ZAFFARONI, 2001), como: a crítica à criminologia tradicional e uma crítica às estruturas capilares de poder. Ressalta-se que essas críticas já foram retratadas, em síntese, no subcapítulo anterior intitulado: “pena”.

adequado para as violências, sobretudo no que tange às relações dos sistemas de justiça criminal (Ibidem). Para este autor, a solidariedade entre as pessoas seria peça fundamental para a solução “das situações problemas”, ou seja, os conflitos sociais (SHECAIRA, 2014). Conforme retratado no seu livro intitulado: “Penas Perdidas” publicado em 1982:

É preciso levar mais longe essa reflexão e dizer que a coletividade pode se organizar, não só para que algumas espécies de infrações deixem de acontecer materialmente, como também para que sua própria ideia desapareça. Algumas reformas estruturais só são realmente viáveis, quando se parte de uma nova visão sobre os vínculos interpessoais que sustentam tais estruturas. Foi, por exemplo, uma nova concepção das relações homem-mulher e das relações pais-e-filhos que mudou a dimensão da violência doméstica e das reações por ela suscitadas. (HULSMAN; CELIS, 1993, p.137).

Nessa direção, Hulsman acreditava que a abolição do sistema penal seria importante para prevenir o sofrimento de um grande número de sujeitos, o que possibilitaria uma aproximação com a realidade social sem utopias negadoras - as teorias legitimadoras do sistema penal liberal - que para ele eram uma contradição (ANITUA, 2008).

Para o autor o sistema penal é contraproducente, na medida em que não efetiva as propostas nas quais se propõem como: a ressocialização e a prevenção dos delitos em defesa da sociedade e, sobretudo apresenta como tendência a sua ampliação, ademais é incontrolável e retroalimenta a violência, ou seja, ele é um problema em si mesmo (HULSMAN; CELIS, 1993).

Nesse sentido, Hulsman (1973) defendia a descriminalização⁸¹, que consiste no “ato e a atividade pelos quais um comportamento, em relação ao qual o sistema punitivo tem competência para aplicar sanções, é colocado fora da competência desse sistema” (p.07). Segundo ele, tendo em vista que a resposta punitiva é danosa e não soluciona o problema, o autor defendia a descriminalização como, por exemplo em relação: a prostituição, o aborto e o uso de drogas, ao compreender que a resolução

⁸¹ Destaca-se que Hulsman (1973) separa o conceito de descriminalização em descriminalização de *facto* e de *jure*. A primeira consiste num processo de redução gradual das intervenções penais focadas em determinadas condutas, situações sem vítimas diretas. Já no tocante à descriminalização de *jure* consiste que as partes não denunciem à polícia e busquem soluções fora de uma lógica punitiva. Ademais, salienta-se que Hulsman na obra: “penas perdidas” também traz a importância do estudo do conceito de cifra negra, que consiste na compreensão de que há um número de crimes que não chegam ao sistema penal e acabam sem a intervenção do sistema de justiça (HULSMAN; CELIS, 1993).

dessas situações com práticas conciliadoras e educativas são mais interessantes a todos (HULSMAN; CELIS, 1993). Nesse contexto,

A proposta de Hulsman dirige-se para a substituição direta do sistema penal não por um macronível estatal, mas sim por instâncias intermediárias ou individualizadas de solução de conflitos que atendam às necessidades reais das pessoas envolvidas. Para isto, Hulsman propõe uma nova linguagem que suprima as categorias de "crime" e "criminalidade" que, como categorias, são "reificadas" no pensamento ocidental, por escamotear, na realidade, uma variedade imensa de conflitos que, obviamente, não desaparecerão com a supressão do sistema penal. Estes conflitos, no entanto, ao serem redefinidos como "situações problemáticas" podem encontrar soluções efetivas, ou seja, entre as partes envolvidas, em um "cara a cara" similar a modelos de solução de conflitos (compensatório, terapêutico, educativo, assistencial, etc.) que, diferentes do modelo punitivo, têm a vantagem de não serem, ao contrário deste modelo - cuja aplicação exclui, automaticamente, os restantes - necessariamente alternativos (ZAFFARONI, 2001, p. 98).

Diante do exposto, é notável o embasamento fenomenológico do autor ao buscar a abolição do sistema penal a partir de instâncias intermediárias ou individualizadas, em que as situações problemáticas seriam resolvidas pela solidariedade entre as pessoas (SHECAIRA, 2014), somado à uma mudança de linguagem, ao extinguir os termos "crime" e "criminalidade", tendo em vista que são reificados no pensamento ocidental e abarcam um leque imenso de conflitos sociais, que só desaparecerão a partir da abolição do sistema penal (ZAFFARONI, 2001).

Nos anos sessenta nos países escandinavos, com o nascimento do KRUM - Associação Sueca Nacional para a Reforma Penal, inicia-se a crítica à prisão em um grande encontro em Stromsud, que contava com a presença de egressos/as do sistema prisional debatendo em conjunto com advogados, psiquiatras, assistentes sociais e sociólogos. Essa iniciativa com atividades humanitárias motivaram a criação de entidades semelhantes em países próximos, como a Krom na Noruega e a Krim na Dinamarca (SHECAIRA, 2014).

Na Noruega, Mathiesen foi integrante e fundador da Associação Norueguesa para a Reforma Penal (KROM), cujo escopo foi centralizado na abolição do cárcere, ao negar, sobretudo, qualquer proposta alternativa à prisão, tendo em vista o temor diante do que poderiam se tornar; já que facilmente poderiam estruturar-se em novas formas carcerárias (CARVALHO, 2015).

Mathiesen é um professor vinculado ao marxismo, e realiza uma análise da relação da existência do sistema penal com o sistema de produção capitalista e a busca pela abolição de todas as estruturas repressivas da sociedade (ZAFFARONI,

2001). Suas críticas ao sistema penal podem ser divididas em oito premissas:

(1^a) a criminologia e a sociologia demonstraram que o objetivo de melhora do detento (prevenção especial) é irreal, sendo constatável efeito contrário de destruição da personalidade e a incitação da reincidência; (2^a) o efeito da prisão no que diz respeito à prevenção geral é absolutamente incerto, sendo possível apenas estabelecer alguma relação do impacto de políticas econômicas e sociais na dissuasão do delito; (3^a) grande parte da população carcerária é formada por pessoas que praticaram delitos contra a propriedade, ou seja, contra bens jurídicos disponíveis; (4^a) a construção de novos presídios é irreversível; (5^a) o sistema carcerário, na qualidade de instituição total, tem caráter expansionista, ou seja, suscita novas construções; (6^a) as prisões funcionam como formas institucionais e sociais desumanas; (7^a) o sistema carcerário produz violência e degradação nos valores culturais; e (8^a) o custo econômico do modelo carcerário é inaceitável (CARVALHO, 2015).

Nessa direção, Mathiesen crítica também as teorias legitimadoras da prisão que são erguidas sob a tutela de pesquisadores e intelectuais, e, sobretudo, da mídia, ao assumirem lealdade ao poder de ocultação e distorção da realidade prisional (Ibidem). Na sua compreensão esses fatores impediam a visibilidade da situação caótica e de barbárie que são as instituições prisionais,

as pessoas não sabem quão irracionais são nossas prisões. As pessoas são levadas a acreditar que as prisões funcionam. A irracionalidade verdadeira da prisão é um dos segredos melhor guardados em nossa sociedade. Se o segredo fosse revelado, destruiria as raízes do sistema atual e implicaria o começo de sua ruína (MATHIESEN, 1997, p.277).

Para Mathiesen era importante uma transformação efetiva na realidade, nesse sentido, o autor sustenta duas teses para reduzir drasticamente o encarceramento: “o direcionamento de políticas sociais aos sujeitos vulneráveis e a descriminalização das drogas”⁸² (CARVALHO, 2015, p. 211). Dessa forma, ressaltando, na primeira tese, a importância do investimento nas políticas sociais, como forma de redução da criminalidade, frente à realidade societária marcada pela desigualdade social. E a segunda tese, refere-se à descriminalização das drogas, na qual Mathiesen sustenta que ao neutralizar o mercado ilegal reduziria a quantidade drasticamente de crimes (Ibidem).

O autor apresenta também a proposta de novas formas de proteção às vítimas:

ao invés de aumentar a punição do transgressor de acordo com a gravidade da transgressão, o que é básico no sistema atual, eu proporia o aumento do

⁸² É fato notório que, no Brasil, segundo INFOPEN - Levantamento de informações penitenciárias referente aos dados de junho de 2016, os crimes de tráfico correspondem a 28% das incidências penais, o segundo maior número, depois da porcentagem de 45% dos crimes contra o patrimônio.

apoio à vítima de acordo com a gravidade da transgressão (MATHIESEN, 1997, p.276).

Ele compreendia importante uma compensação financeira à vítima pelo Estado, simplificação no sistema de seguro, suporte econômico para luto, abrigos e centros de apoio, como fatores importantes na mudança da lógica punitiva (CARVALHO, 2015).

No mesmo período que Mathiesen, Christie também apresentou ideias que convergiam com grande parte das reflexões de Hulsman, não obstante sua fundamentação embasava-se na experiência histórica, sobretudo aos ensaios comunitários nos países nórdicos como: Christiania⁸³ (ZAFFARONI, 2001).

Salienta-se que o abolicionismo não visa a renúncia da solução dos conflitos que necessitam serem resolvidos, em sua maioria propõe a reconstrução dos vínculos solidários, relações horizontais e comunitárias que possibilitem a resolução dos conflitos. Christie é enfático nesse sentido, sobretudo ao analisar as experiências comunitárias dinamarquesas, nas quais são construídos vínculos horizontais que são destruídos numa civilização industrial. A pena, por exemplo, nessas sociedades produziria uma dor a ser repartida entre todos, dessa forma, seria uma tendência para sua abolição (Ibidem). Destarte, Christie numa configuração empírica analisa o modelo americano de controle social, ao abordar que a indústria das prisões não é fruto do avanço tecnológico de mercado, mas sim, uma construção cultural (CHRISTIE, 2011).

É importante ressaltar que em sua obra intitulada: “Uma quantidade razoável de crime” Christie, que se intitulava minimalista, ao apontar as perguntas dos abolicionistas, o autor concorda com essas indagações, contudo é contrário à abolição⁸⁴ de todo o sistema penal.

Os abolicionistas fazem perguntas como: que lógica ou ética afirma a prioridade da punição sobre a paz? Você perdeu um olho graças ao meu comportamento deplorável, mas lhe darei minha casa. Você me feriu com sua maneira insana de dirigir, mas te perdoei. A pena é inflição consciente de dor.

⁸³ Christiania está localizada no centro de Copenhagem na Dinamarca, consiste num vilarejo anarquista, no qual residem aproximadamente mil pessoas. Nessa comunidade as decisões são tomadas em assembleias, não há hierarquias ou governo.

⁸⁴ Mathiesen criticava o realismo de esquerda e, essa crítica pode ser feita ao minimalismo. Mathiesen trazia que a incorporação de certos conceitos do léxico da direita como a lei e ordem, como estratégia de não dar espaço aos argumentos conservadores, acabava na aceitação de tais conceitos e, conseqüentemente, em sua neutralização enquanto reflexão crítica (ANITUA, 2008). Nessa direção, para Mathiesen aceitar o modelo punitivo, mesmo que em *último ratio*, em conjunturas como as atuais, significa que a tendência é a sua expansão.

Esta inflição consciente de dor tem alguma eficácia em restaurar os valores violados? Esse mecanismo tem vantagens e, logo, prioridade em comparação com a reconciliação, a restauração e o perdão? Concordo com o pensamento que está por trás dessas questões, mas não posso seguir os abolicionistas até o fim (Ibidem, p.124).

As críticas de Christie ao sistema penal orbitam na questão de seu caráter dissolvente das relações horizontais e comunitárias. Dessa forma, o autor, em sua obra intitulada: “*Los limites del dolor*” critica Durkeim e sua compreensão, em síntese, que o processo de modernização impulsiona a sociedade a progredir, numa transição da sociedade mecânica para a orgânica e nessa passagem provocaria a diminuição do componente punitivo. Para Christie, a solidariedade orgânica é proporcionada pelas sociedades limitadas, nas quais os membros não podem ser substituíveis, tendo em vista que em grupos maiores as condições de solidariedade são limitadas e os papéis na sociedade podem ser substituídos facilmente, a partir do mercado de trabalho, realidade que segrega certos sujeitos que são ideais ao sistema punitivo (ZAFFARONI, 2001).

Para Edson Passetti (2006), autor brasileiro com perspectiva anarquista, o abolicionismo penal é uma prática libertária que busca extinguir a cultura punitiva da vingança, marcada pelo julgamento e pela prisão na sociedade. Essa perspectiva realiza uma crítica à seletividade do sistema penal, aos processos que desencadeiam a naturalização do castigo, a compreensão da “universalidade do direito penal” e expõe a ineficácia das prisões. Em suas palavras:

O abolicionista penal se afasta das práticas seletivas que alimentam os corredores limpos e engravatados dos tribunais, e as sujeiras e fedores nas prisões, lares e escolas, repartições públicas... Adversário do universalismo moralizador, o abolicionista pratica a ética da liberação. Problematiza o direito penal e os costumes punitivos na atualidade, não se restringindo ao papel de resistência jurídica. Não é uma utopia, mas a escolha libertária de quem abole o castigo em si e na sociedade, proferindo um não afirmativo e bradando aos que querem mais punição: em meu nome não! (Ibidem, p.111)

Em consonância com a criminologia crítica, o abolicionismo refuta as teorias etiológicas que compreendem o crime como fruto de determinações biológicas ou patológicas, ao demonstrá-lo como criação histórica, na qual a criminalização está relacionada com as épocas e as forças sociais em confronto (Ibidem).

Nessa direção, uma das propostas do abolicionismo é revirar a naturalização do castigo, que fundamenta a punição no direito penal, e sobretudo é uma prática anti-hierárquica que busca a “demolição de costumes autoritários difundidos na cultura

ocidental, ancorados na autoridade central de comando com o direito de dispor dos corpos” (Idem, 2012, p.11).

Nesse sentido, o abolicionismo penal problematiza a sociabilidade autoritária marcada pela pedagogia do castigo. Essa perspectiva realiza uma crítica de como se estabelecem as relações familiares, na qual a criança e o jovem encontram-se confinados à uma realidade de assujeitamento imposto a partir da obediência às regras hierárquicas, com a legitimação do adulto; a partir de uma “justa” medida punitiva com o aval do Estado. Pedagogia do castigo que é reforçada sob a retórica muito utilizada pelo senso comum: “é castigando que se educa” (Ibidem).

Essa reflexão começa na crítica de como são estabelecidas as relações na formação das pessoas dentro do campo familiar e como essa ideologia punitiva está intrínseca na sociedade. Uma educação marcada por castigos corporais a ameaças de uso de força para obter obediência da criança; resulta (nessa mesma lógica) em práticas exteriores à lei culminando no genocídio, no extermínio e na tortura em nome da verdade (Ibidem).

Dessa forma, a abolição da lógica do castigo só pode acontecer a partir da valoração de novos costumes, “como resposta-percurso para situações-problema” (Ibidem, p.33). Para ele, o abolicionista penal é aquele que inicia abolindo o castigo dentro de si. Ao elaborar: “uma linguagem, um estilo de vida, em que, mesmo não se apartando das utopias, atua no presente de maneira heterotópica. Não deixa para o futuro o que é preciso fazer agora” (Ibidem).

Angela Davis (2018) (autora norte americana, abolicionista, marxista e militante do movimento negro) complementa que a busca pelo abolicionismo penal necessita levar em consideração as questões de raça, gênero e classe. Nesse sentido, salienta a importância do reconhecimento do racismo no sistema prisional e indaga sobre sua função real (de controle e “descarte” da população negra). Conforme expressa na passagem a seguir:

Qual é a relação entre essas expressões históricas do racismo e o papel do sistema prisional hoje? Explorar essas conexões pode nos oferecer uma perspectiva diferente do estado atual da indústria da punição. Se já estamos convencidos de que o racismo não pode definir o futuro do planeta e se conseguirmos argumentar com sucesso que as prisões são instituições racistas, isso pode nos levar a encarar com seriedade a perspectiva de declará-las obsoletas (DAVIS, 2018, p.27).

Nessa direção, Davis (2009) em seu livro intitulado: “A democracia da abolição

para além do império das prisões e da tortura” expõe a democracia na qual a população negra é inserida, numa relação de opressão racial de origem escravocrata e que, atualmente também se expressa no racismo presente nas instituições punitivas. Para a autora é importante dar continuidade às lutas dos grandes movimentos abolicionistas do século XIX.

Segundo Davis (2018) as abordagens não podem se reduzir à propostas de reformas no sistema prisional e ressalta a importância de políticas de desencarceramento:

Debates sobre estratégias de desencarceramento, que deveriam ser o ponto principal de nossas discussões sobre a crise do sistema, tendem a ser marginalizados quando a reforma ocupa o palco principal. A questão mais imediata hoje é como prevenir um aumento ainda maior da população carcerária (p.22).

Diante do exposto, conclui-se que as perspectivas abolicionistas (cada uma com sua particularidade e metodologia de análise) não se resumem à superação das prisões e do direito penal, mas a abolição de toda a lógica punitiva presente nas relações sociais.

Importa ressaltar que as diferentes realidades gestam diferentes respostas e estratégias do pensamento abolicionista, é preciso levar em conta também as particularidades de cada região. As propostas e estratégias de desencarceramento dos autores supracitados (à exceção de Edson Passetti) foram desenvolvidas em realidades diferentes das brasileiras, com contextos sócio-históricos e valores distintos do Brasil. Nesse sentido, é importante ilustrar que no Brasil houve a elaboração de propostas de alteração na legislação penal brasileira a favor da luta contra o encarceramento em massa no país, com o caderno intitulado: “16 medidas contra o encarceramento em massa” de 2017 desenvolvido pelo IBCCRIM, pelos Juízes para a democracia, pela Pastoral Carcerária e pelo Centro de estudos em Desigualdade e Discriminação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (CEED/UNB) com as assinaturas de outras entidades também, que foi apresentado à câmara dos deputados.

Dessa forma, o pensamento abolicionista deve pautar-se a favor de propostas de desencarceramento, na defesa dos direitos humanos e contra o recrudescimento das leis penais na sociedade atual. Somado à busca em romper com a lógica punitiva, que retroalimenta a violência na atualidade, e a luta por uma nova

sociedade igualitária e livre que necessita pautar-se na superação da vingança, do medo e da culpa que são alicerces do sistema penal. E, sobretudo, representa uma luta contra as opressões de gênero, raça e classe na sociedade. Destarte, ressalta-se a importância da construção de um pensamento anti punitivista que seja anti racista e anti machista.

CAPÍTULO 3 CRIMINOLOGIA CRÍTICA EM DIÁLOGO: AS ESPECIFICIDADES DE GÊNERO, ÉTNICO/RACIAIS E TERRITORIAIS BRASILEIRAS

Previamente foi retratado no estudo os fundamentos da criminologia crítica, neste capítulo será realizada uma análise da realidade brasileira levando em conta as questões de raça/etnia e gênero à luz das reflexões do crime e da pena da criminologia crítica.

No Brasil, como autores importantes que realizam uma análise sobre a particularidade brasileira a partir da criminologia crítica foram utilizados: Andrea Torres (2004), Dieter (2007), Malagutti Batista (2010) e Santos (2006). É importante ressaltar a ausência de uma criminologia da América Latina ou brasileira.

Ademais, salienta-se que ainda é incipiente a discussão frente a especificidade de gênero e de raça/etnia na criminologia crítica, sobretudo num viés marxista. No país, destaca-se os autores com uma perspectiva crítica Carvalho e Duarte (2017) com a aproximação na discussão do racismo e da homofobia nas ciências criminais com o livro intitulado: “Criminologia do preconceito”, Andrade (2012) com o livro: “Pelas mãos da criminologia” no qual a autora retrata as reflexões que orbitam a questão de gênero, além do mestrado: “Criminologia crítica ou feminista” de June Cirino (2018) ao vincular essas reflexões numa perspectiva marxista. Ressalta-se também o professor Goés com o livro: “A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: O racismo como base estruturante da criminologia brasileira” de 2016 e o texto: “Abolicionismo penal? Mas qual abolicionismo, "cara pálida"?” de 2018.

Para entender o sistema prisional brasileiro é preciso adentrar na formação sócio-histórica escravocrata e heteropatriarcal do país. Nesse sentido, propõem-se adentrar na temática a partir de um enovelamento das questões de classe, raça/etnia e gênero que compõem o atual sistema de dominação ao coexistirem num processo dialético. Segundo Saffioti (2004):

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó.[...] No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos (p.125).

No Brasil república pós abolição, o Estado não implementou políticas que impulsionassem a população negra (recém liberta) no âmbito da cidadania, tendo em vista que isto interferiria diretamente no modo como se compunham as relações sociais no país. A substituição do trabalho escravo pela força de trabalho estrangeira, fortalecida por políticas higienistas e eugênicas, não possibilitou a inserção da população negra como proletariado (GONÇALVES, 2018).

Ademais, essa população não conseguiu sequer fazer parte constituinte do exército industrial de reserva, sobretudo pela preeminência de um discurso da imagem do negro como ocioso, somado ao fato das correntes abolicionistas não apresentarem mais interesse na busca por uma visão humanista (com ideais igualitários) em relação a população negra como outrora (antes da abolição). Conforme retrata Abdias Nascimento (1978):

Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o estado, e a Igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem (p.65).

As políticas eugênicas foram reforçadas por um discurso científico na defesa da supremacia branca e do branqueamento do país. Nessa direção, é importante não só criticar essas concepções como compreender que o racismo apresenta conteúdo de dominação étnico, político e ideológico. Moura (2014) explicita a importância de entender que “somente admitindo o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente” (p.01) no Brasil.

No país, esse sistema de dominação foi fortalecido com a criação de uma polícia ostensiva e uma justiça severa para conter os “maus instintos” da população negra. Além disso, essa população ficou apartada em áreas precárias e insalubres, constituindo-se, assim, nas primeiras aglomerações em favelas e cortiços. Nesse sentido, o percurso do povo negro brasileiro é marcado pela expulsão, pelo isolamento e pela violência, num processo no qual a população negra é classificada com o rótulo de classes perigosas⁸⁵ antes mesmo de se constituírem classe trabalhadora

⁸⁵ O termo classes perigosas é da autora inglesa Mary Carpenter no seu estudo sobre criminalidade e infância, para a autora seriam pessoas que já passaram pela prisão (CHALHOUN, 1996). A construção do imaginário da população pobre e negra como classes perigosas no Brasil é legitimada por estudos como o de Nina Rodrigues e suas teorias eugênicas, no uso do termo degenerados. Em estudos dos Estados Unidos, Wacquant (2008) critica o conceito de underclass, esse conceito surgiu numa intersecção do campo político e das ciências sociais. Utilizado pelos jornalistas e, por um economista

(GONÇALVES, 2018).

Nesse âmbito, importa adentrar também na questão de gênero. Ao retornar no período escravocrata brasileiro, compreende-se que a mulher negra apresentava um papel econômico e social não só pelo trabalho doméstico e nas lavouras, mas também como prestadora de serviços sexuais ao senhor de engenho, realidade na qual eram constantemente estupradas (GONZALEZ, 1984). Essa imagem da mulher negra como objeto sexual, submissa e inferior repercute até os dias atuais num sistema de dominação machista.

Na discussão de gênero, importa retratar também a dicotomia masculino-feminino (que se encontra em desconstrução) continua se manifestando nas relações sociais, na divisão sócio-sexual do trabalho, na distribuição dos papéis sociais nas esferas de produção, da reprodução e da política. (ANDRADE, 2012).

Andrade (2012) aponta que a mulher era então construída como “uma criatura emocional-subjetiva-passiva-frágil-impotente-pacífica-recatada-doméstica- possuída” (p.142), fruto do patriarcado, que coloca a mulher com os afazeres da casa e como submissa ao marido. E, no espaço público, o homem era o protagonista e a mulher não tinha reconhecida sua potencialidade (numa ausência de protagonismo), relação de opressão fortalecida por um simbolismo de gênero estereotipado e estigmatizante, que é adensado sobretudo na mulher negra (que sofre as opressões de gênero e raça).

Ademais, a constituição da instituição familiar patriarcal e sua manutenção formam os alicerces que corroboram a violência doméstica. Esses processos de violência foram ignorados e abafados na sociedade por muito tempo (SAFFIOTI, 2014) (com uma naturalização), apresentando resquícios que se mantêm presentes na atualidade. O aumento expressivo nos números de casos de feminicídio é um exemplo.

Nesse sentido, é imprescindível discutir o racismo estrutural, somado às opressões de gênero e classe, no Brasil, compreendendo como este se expressa em sua materialidade. Tais expressões são evidenciadas, por exemplo, pelo desemprego crescente da população negra e empobrecida, bem como pelo escasso acesso à

sueco Gunnar Myrdal em 1962, inicialmente empregado para as pessoas proletárias marginalizadas no mercado de trabalho com estigma étnico-racial. Posteriormente o termo foi empregado pela Time Magazine em 1977, que conceitua Underclass com base nas normas desviantes cometidas por esse grupo. O discurso sobre a underclass é para naturalizar a punição a esse grupo de pessoas e serve como instrumento de disciplina e desorganização política.

educação de qualidade.

Não obstante, salienta-se que mesmo diante desse cenário de violência e exclusão, o povo negro sempre apresentou/a estratégias de sobrevivência e resistência às opressões que ganharam diferentes contornos em distintas épocas e contextos históricos.

Historicamente, a população negra brasileira sofre diversos e constantes processos de criminalização, seja pela sua religião, dança, música ou condição socioeconômica, devido ao racismo impetrado nas relações sociais e seus consequentes processos de apagamento e extinção da cultura negra.

Nessa lógica, o Estado e as instituições punitivas corroboram nessa exclusão e no genocídio dessa população. A história do Brasil e do controle social abarca diversos processos econômicos e políticos, que podem ser sintetizados:

a) numa diferenciação do controle social em face da ocupação do espaço e de sua respectiva construção como espaço colonial que inclui uma visão esquemática dos diferentes ciclos econômicos; b) numa diferenciação na organização do controle social em face da insurgência escrava e indígena, bem como dos diferentes e novos modelos de normadismo social; c) numa diferenciação do controle social no escravismo tardio com o surgimento dos centros urbanos e da escravidão urbana; d) numa diferenciação do controle social no escravismo tardio com a incorporação desigual das regiões brasileiras no projeto de modernização (CARVALHO; DUARTE, 2017, p.138).

Isto posto, é necessário refletir sobre o sistema de dominação racial que constitui o sustentáculo das relações sociais brasileiras e seu impacto sócio-histórico para poder romper com o círculo de violência e com a falácia da democracia racial. Ainda que no Brasil não tenha havido uma segregação racial imposta por legislação, a segregação não deixou de estar impetrada na realidade brasileira.

Ao trazer a discussão para a atualidade, importa retratar como é constituída a política criminal brasileira (racista e classista). Tal política é o programa oficial do Estado para enfrentar as condutas descritas como crime e criminalidade. No Brasil, a formulação legal desse programa oficial, através das leis penais, apresenta “a pena como única resposta do Estado para o controle social do crime e da criminalidade, excluindo a possibilidade de políticas públicas alternativas” (DIETER, 2007, p.29). Conforme retrata Santos (2006):

No Brasil e, de modo geral, nos países periféricos, a política criminal do Estado exclui políticas públicas de emprego, salário digno, escolarização, moradia, saúde e outras medidas complementares, como programas oficiais capazes de alterar ou reduzir as condições sociais adversas da população

marginalizada do mercado de trabalho e dos direitos de cidadania, definíveis como determinações estruturais do crime e da criminalidade; por isso, o que deveria ser a política criminal do Estado existe, de fato, como simples política penal instituída pelo Código Penal e leis complementares – em última instância, a formulação legal do programa oficial de controle social do crime e da criminalidade: a definição de crimes, a aplicação de penas e a execução penal, como níveis sucessivos da política penal do Estado, representam a única resposta oficial para a questão criminal. (p.421).

Ao reduzir a política criminal à mera política penal, o direito penal brasileiro gravita ao redor da ideia da pena. Nesse sentido, “se a sanção criminal é incapaz de resolver o problema do crime e da criminalidade, não há mais justificativa jurídica para existência do Direito Penal” (Ibidem, p.30).

Nessa direção, a grande disparidade entre as funções declaradas da pena e a caótica tragédia da execução penal no Brasil, sobretudo no que tange à ressocialização do/a preso/a, expõe sua falácia (conforme retratado na criminologia crítica). Ao analisar a população brasileira que é marcada pela desigualdade social, por crises econômicas e que se torna, a partir de seus aparatos estatais, retroalimentadora da violência, conclui-se que de forma alguma, o sistema prisional é ressocializador. Haja vista que o/a egresso/a prisional ao cumprir sua pena, sai da prisão sem recursos, e permanece desamparado diante do escasso e ineficaz número de políticas públicas voltadas a esse público. Torres et al (2004) retrata esse cenário ao comparar a realidade social dos/as egressos/as prisionais com as propostas da LEP - Lei de execução penal no Brasil (legislação que reconhece os direitos da população carcerária e a pena como ressocializadora).

pode-se afirmar que a LEP é um instrumento legal garantidor dos direitos do preso e do egresso. No entanto, ela apresenta ainda uma impossibilidade de realizar-se na conjuntura brasileira, no que se refere, por exemplo, às exigências de garantia de emprego com carteira assinada, residência fixa como comprovação da reabilitação social deste indivíduo. Se considerarmos todos os preconceitos e discriminações vividas pelos egressos e as consequências prejudiciais do aprisionamento, é possível avaliar como é mais difícil para eles conseguir emprego e, conseqüentemente, adquirir meios de sobrevivência. Portanto, ater a assistência pública à moradia e alimentação, estabelecida pela LEP, apenas no prazo de dois meses a partir da liberação do sentenciado, é totalmente desconexo com a realidade. A exigência da LEP parte do pressuposto que há oportunidades de emprego para todos. Ainda sobre as exigências da LEP, determinar prazo de um ano como período válido para considerar o liberado como egresso, novamente torna-se distante da realidade social e da necessidade dos mesmos. Certamente, neste sistema social, o egresso precisará de mais tempo para estabelecer-se social e economicamente. O egresso prisional, na imensa maioria das vezes, tem dificuldade de acesso ao trabalho em função de seu histórico penal que, invariavelmente, não deixará de aparecer quando este for à procura de um emprego e lhe for solicitada sua documentação, junto com o atestado de antecedentes criminais (p.03).

Mesmo diante desse contexto, que demonstra a falácia da ressocialização, torna-se evidente a presença do dogma da pena em todas as instâncias da sociedade brasileira (tanto na esquerda política como na direita), e enraizado no senso comum, que compreende a pena como solução para os conflitos de classe e permanece com sua função real de manutenção da ordem no atual sistema capitalista. Salienta-se a elucidação de Malagutti Batista (2010) acerca da construção de um “senso comum criminológico” no Brasil, ou seja, o uso discursivo da pena enquanto dogma conciliador de posições políticas antagônicas. Nas palavras da autora,

O importante foi a construção de um senso comum criminológico que, da direita fascista à esquerda punitiva, ajoelha-se no altar do dogma da pena. Incorporam ambas o argumento mais definitivo para o capital contemporâneo: é a punição que dará conta da conflitividade social, é a pena que moralizará o neoliberalismo. E como, diria Pavarini, para cada colarinho-branco algemado no espetáculo das polícias (...), milhares de jovens negros jogados nas horrendas prisões brasileiras. O importante é a fé na purificação pelo castigo, o grande ordenador social dos dias de hoje (p.31)

O Brasil não importou dos Estados Unidos⁸⁶ apenas um modelo socioeconômico de mercado, com a implantação do Estado neoliberal nos anos 1990, mas um direito penal seletivo e um sistema penal marcado pelo aumento e intensificação das penas, que serve como controle das “minorias”. Conforme retrata Malagutti Batista (2010),

Uma ordem jurídica que não tolera limites, produzindo um sistema penal sem fronteiras, com a tortura como princípio, o elogio da delação e a execução como espetáculo, e articulando tudo isso o dogma da pena. As alegorias do poder que vincaram o processo de ideologização garantiram uma organização social rígida e hierarquizada, nesta organização, os pobres (...) foram e (seguem sendo) levados a se sentir o seu lugar na estrutura social (p.29).

No Brasil, essa lógica punitiva está intrínseca nas relações sociais, conforme supracitado, para compreender o sistema prisional brasileiro, é preciso adentrar na

⁸⁶ Salienta-se que há muitas diferenças entre a política criminal americana e a brasileira, a menção é só uma relação frente a influência neoliberal que exacerba a demanda social por punição da população e o recrudescimento das leis punitivas. É importante ressaltar que mesmo que no Brasil tenha tido a guerra às drogas, a militarização da segurança pública e o grande encarceramento, e de maneira enviesada ou parcial a política de tolerância zero, às polícias especializadas e o policiamento comunitário, não apresentaram os seguintes elementos presentes nos Estados Unidos: a repressão ao crime sexual de forma ostensiva, os *buddy camps* para adolescentes (campo de treinamento militar em substituição à prisão), a privatização dos presídios e a criminologia atuarial. Para saber mais, ler: DIETER, M. S. *Política Criminal Atuarial: A criminologia do fim da história*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

sua formação sócio-histórica (marcada pelo colonialismo, racismo e por um período ditatorial) que alicerçou uma tradição de controle e repressão de pessoas vulneráveis sob a justificativa de “prevenção da delinquência”, a partir de uma forte violência policial.

Essa violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a "subversão interna" se disfarçou em repressão aos delinquentes. Ela apoia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre feras e doutores, os "selvagens" e os "cultos", que tende a assimilar marginais, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem (WACQUANT, 1999, p.05)⁸⁷.

Nesse âmbito, o Brasil, é um país que apresenta como materialidade efetiva da sociedade de controle, a prática ilegal e diária da pena de morte pela polícia, em bairros de baixa renda (ANITUA, 2010). Trata-se de uma realidade marcada pelo recrudescimento de políticas penais, sobretudo, sob a justificativa do combate ao tráfico de drogas, que encarcera cada vez mais a população negra e empobrecida e, de outro lado, permanece impune às elites econômicas e políticas.

Nessa lógica punitiva, um marco importante que expressa o recrudescimento penal no país, foi a promulgação em 2006 da Lei 11.343 conhecida como Lei Antidrogas. Posteriormente à sua promulgação, observou-se um aumento repentino e expressivo no contingente da população carcerária brasileira⁸⁸, o que pressupõe que a política de “guerra às drogas” corroborou no superencarceramento do Brasil.

Tendo em vista que o tráfico de drogas representa 28% do total de crimes cometidos, e é o crime de maior incidência no sistema prisional, segundo dados do INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias referente à 2016, cabe questionar a eficácia da pena de prisão enquanto meio para combate à violência e/ou criminalidade. Isso porque o tráfico de drogas é um crime eminentemente econômico, que não produz vítimas nem emprega o uso de violência no cometimento. Ou seja, o que se percebe diante desse panorama é que, de fato, conforme aponta a

⁸⁷ Essa citação foi extraída da nota aos leitores brasileiros (escrita por Berkeley e Paris) no livro: “As prisões da miséria” de Wacquant.

⁸⁸ INFOPEN. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Jun. 2016. Brasília (DF): Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento. Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

criminologia crítica, a pena tem como principal finalidade a política de repressão e o controle de pessoas conflitantes com os interesses do sistema capitalista. Nesse sentido, ao reproduzir uma compreensão das drogas como questão de segurança ao invés de saúde pública, a “guerras às drogas” legitimou a militarização e a violência policial nas periferias.

Torres (2005) complementa que essa resposta estatal à “criminalidade”, com o intuito de “punir” e “corrigir” comportamentos desviantes por meio da segregação, tem como objetivo principal conformar as pessoas nas exigências morais dominantes.

Ao analisar essa seletividade penal, podemos relacioná-la com o conceito de necropolítica, o qual, segundo Mbembe (2016) consiste nas “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (p.25), quando os governos promovem políticas que restringem o acesso de certas populações a condições mínimas de subsistência, ou seja, quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer.

No atual contexto neoliberal, de desmonte das políticas públicas e acirramento das expressões da questão social, no Brasil, a maior política pública é a política criminal, que se volta à população negra e empobrecida - numa criminalização da pobreza (BATISTA, 2011).

A política da morte praticada pelo Estado, não é conjuntural, mas sim estrutural do direito penal e do sistema penal. Conforme enfatiza Malaguti Batista (2010): “a democracia que ajudamos a construir tortura e mata” (p.29).

Essa situação envolve mais que desigualdade e pobreza insidiosa, como aborda Florestan Fernandes (1972): “pressupõe que os indivíduos afetados não estão incluídos, como grupo racial, na ordem social existente” (p.75).

Conforme aponta Abdias Nascimento (1978), que analisa a formação sócio-histórica brasileira, a população negra no Brasil sofre com um extermínio institucionalizado, sistemático e mascarado

perpetrado com iniquidade e patológico sadismo contra a população afro-brasileira. E nosso repúdio, nosso ódio profundo e definitivo, engloba o inteiro complexo da sociedade brasileira estruturada pelos interesses capitalistas do colonialismo, até hoje vigentes, os quais vêm mantendo a raça negra em séculos de martírio e inexorável destruição (p.137).

Como exemplo de materialidade desse racismo no Brasil, segundo o estudo da defensoria pública do Estado do Rio de Janeiro, publicado em 2020⁸⁹- numa

⁸⁹ DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. Pesquisa sobre os cinco anos das Audiências de Custódia: Um olhar sobre o perfil dos presos em flagrante no Rio de Janeiro. Disponível em:

análise nos últimos cinco anos sobre as audiências de custódia - demonstrou que a taxa de agressões policiais sofridas por pessoas negras foi expressivamente maior em todos os cinco anos. A título de ilustrar esses dados, em 2018, a disparidade entre cor/raça em relação às agressões sofridas pela polícia era de 80% (aos negros) para 18,9% (aos brancos), e em 2019, de 77,7% para 22,2%, respectivamente.

O racismo estrutural que está presente nas instituições que compõem o sistema penal brasileiro, pode ser representado também na atuação dos juízes. Um exemplo emblemático que aconteceu em agosto de 2020, no Brasil, foi a declaração em sentença de uma juíza para um homem negro, levando em consideração sua raça como justificativa dele estar inserido num grupo criminoso. Conforme exposto a seguir:

Sobre sua conduta social nada se sabe. Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça, agia de forma extremamente discreta os delitos e o seu comportamento, juntamente com os demais, causavam o desassossego e a desesperança da população, pelo que deve ser valorada negativamente (ZARPELON, 2020, p. 107)⁹⁰.

Ademais, de acordo com o INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias⁹¹ (referente a junho de 2016), do DEPEN - Departamento penitenciário nacional, entre o número total de pessoas presas (726,7 mil) 64% são negros, 55% é majoritariamente jovem de 18 a 29 anos e 75% não teve acesso ao ensino médio. Esses dados, ao fornecerem um perfil de pessoas encarceradas no Brasil, são testemunhos sobre como pessoas jovens, negras e com baixa escolaridade são consideradas classes perigosas, os estigmatizados e considerados perigosos pelo sistema, a partir de uma divisão étnico racial, na qual permite que essas pessoas sejam isoladas e descartadas.

É importante ressaltar também, que segundo o INFOPEN - Mulheres (publicado em 2018) a população feminina encarcerada ampliou 455% entre 2000 e 2016. Ademais, o contingente feminino encarcerado é composto, em sua maioria, por mulheres negras (62%), mães (74%) e presas por tráfico de drogas (62%) (BRASIL, 2018). Essa amálgama de dados indica que o aparato punitivo do Estado se volta à

<<http://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/0b6d8d161c1b41739e7fc20cca0c1e39.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁹⁰ CARVALHO, I. Juíza declara em sentença que homem negro é criminoso "em razão da sua raça". *Brasil de fato*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/12/exclusivo-juiza-diz-em-sentenca-que-homem-negro-e-criminoso-em-razao-da-sua-raca>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

⁹¹ INFOPEN. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Jun. 2016. Brasília (DF): Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento. Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacao-s-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

repressão de crimes de tráfico como resultado do recrudescimento da política de drogas no país, somado ao encarceramento de determinados grupos sociais. Estado, este, que pune desmedidamente as mulheres mães, negras e de baixa renda que encontraram no tráfico de drogas a fonte de sustento da família.

Destaca-se que o aprisionamento dessas mulheres mães, resulta num aumento da possibilidade do abrigamento de seus filhos e, até mesmo pode desencadear a perda de contato e desmantelar os vínculos familiares. Nesse sentido, é necessário a visibilidade⁹² das especificidades das mulheres presas, que possuem direitos (previstos em lei) que devem ser garantidos pelo Estado, como por exemplo: prisões diferenciadas das masculinas, materiais básicos de higiene, tais como absorventes, direito ao exame ginecológico periódico, o pré-natal e cuidados médicos pós-parto, direito à amamentação, direito à visita conjugal, direito à ausência de algemas durante o parto⁹³ e a exclusividade de funcionárias mulheres trabalhando nas prisões femininas.

Ressalta-se também, que é atribuído um estigma social maior à mulher presa que ao homem preso, que pode ser ilustrado pela menor quantidade de pessoas que visitam à penitenciária feminina em comparação à masculina⁹⁴. É importante a compreensão que essa opressão de gênero é um problema estrutural no sistema penal, que é legitimado pelas instâncias punitivas, produto histórico condicionado pela atual sociedade patriarcal. Essa violência e discriminação sobrecarrega, sobretudo, às mulheres presas que transgridem o papel social estereotipado da mulher mãe - de cuidadora do lar e submissa, somado à opressão de classe e raça.

Nesse sentido, a prisão representa a consolidação de todo um processo de desigualdade social, um processo seletivo iniciado antes da intervenção penal, consequência da relação sócio-histórica de exclusão (BATISTA, 2011), reforçada pela opressão de gênero, de etnia/raça e de classe na reprodução de menos oportunidades no mercado de trabalho e dificuldade no acesso à educação de qualidade.

Conforme retrata a criminologia crítica ao compreender a função real da prisão

⁹² Salienta-se a importância da visibilidade também das mulheres e dos homens trans que estão cumprindo pena no sistema prisional, como a importância de alas específicas à essa população. Segundo INFOPEN (2016) nota-se que apenas 7% das instituições prisionais apresentam essas alas.

⁹³ BRASIL. Lei nº 13.434, de 12 de abril de 2017. Veda o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase do puerpério imediato. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13434.htm>. Acesso em: 11 ago. 2020.

⁹⁴ Para saber mais, ler: QUEIROZ, N. *Presos que menstruam*. São Paulo: Record, 2015.

de manutenção da ordem capitalista a favor dos interesses das classes dominantes, punindo “as minorias” e garantindo impunidade às elites.

Torres (2005) complementa que as prisões constituem instituições sociais que “historicamente servem para causar sofrimento e degradação humana, atribuindo às pessoas que não corresponderam às normas morais e às leis, o confinamento e a punição” (p.17).

Esse sofrimento pode ser ilustrado na “sobrepena”, presente na realidade do sistema prisional brasileiro, que intensifica a pena privativa de liberdade e caracteriza-se pela violação dos direitos fundamentais à população carcerária. Sendo estes cotidianamente violados, como uma tortura permanente⁹⁵, diária e expressa de formas diversas, como: a superlotação, a alimentação precária, o não acesso à materiais de higiene e limpeza, a imposição à revista vexatória restringindo a visita de parentes, a tortura e a humilhação por parte dos agentes penitenciários e da polícia, a violência praticada pelas organizações criminosas, a restrição do banho de sol, a execução arbitrária do isolamento e a negação de recebimento de correspondência ou jumbo (materiais entregues pelos familiares à unidade prisional). Realidade que escancara a falácia da ressocialização.

Essas violações só se exacerbaram no contexto atual, no qual se encontra o mundo numa pandemia da COVID-19. O Brasil esteve com uma média de mortes diárias superiores a mil⁹⁶ no período entre o final de maio e início de agosto de 2020, e um aumento crescente novamente, em dezembro de 2020⁹⁷, situação que só se agravou (pela escassez de ações governamentais consonantes às propostas dos especialistas da área da saúde e da OMS - Organização mundial da saúde), além de políticas negacionistas sobre a gravidade da pandemia. Em concomitância, o sistema prisional brasileiro, apresentou um aumento de 99,3% no contágio da COVID-19 em

⁹⁵ O termo “tortura permanente” foi utilizado pela autora Andrea Almeida Torres em suas palestras e no artigo escrito em conjunto com a pesquisadora desta dissertação intitulado: “Violação dos direitos humanos como processos permanentes de tortura” do ano de 2017, presente nos anais do III Seminário Internacional de pesquisa em prisão.

⁹⁶ OLIVEIRA, S. Com mais de 99 mil óbitos, Brasil tem média diária de 1.019 mortes por covid. *UOL*. 7 ago. 2020. Disponível: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/08/07/com-mais-de-99-mil-obitos-brasil-tem-media-diaria-de-1019-mortes-por-covid.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2020.

⁹⁷ G1. Brasil volta a superar mais de 1 mil mortes por Covid-19; 16 estados e o DF estão com tendência de alta. *G1*. 17 dez. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/17/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-17-de-dezembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

30 dias, segundo o CNJ - conselho nacional de justiça⁹⁸, dados publicados em julho de 2020.

Diante de um contingente carcerário de 726 mil⁹⁹ pessoas com celas superlotadas e grande fluxo contínuo de profissionais, é um cenário que favorece a proliferação da COVID-19, assim como o aumento das tensões.

Nesse âmbito, a primeira iniciativa do DEPEN (em março de 2020) foi a “suspensão de visitas, atendimentos de advogados, atividades educacionais e de trabalho, assistências religiosas e escoltas dos presos custodiados”¹⁰⁰. Medida de prevenção que inviabilizou a comunicação com as famílias, repercutindo na ausência de informação da situação da pessoa presa (sobretudo em relação a sua condição de saúde).

Salienta-se também, que o DEPEN¹⁰¹ encaminhou ao CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (órgão da execução penal), na data de 17 de março de 2020, um ofício requerendo a alteração da Resolução nº 9/2011 do CNPCP, com o intuito de conceder a permissão da prisão de pessoas em instalações no formato de contêineres. Essa iniciativa só ressalta a política governamental do “deixar morrer” essa população encarcerada que é considerada descartável, tendo em vista que os containers se destinam ao transporte de cargas e não para o armazenamento ou prisão de pessoas, constituindo-se um local insalubre e não ventilado que pode atingir temperaturas altíssimas. Posteriormente ao ofício, em consequência de uma forte mobilização de movimentos sociais, a proposta dos contêineres foi vetada.

No país, duzentos e treze entidades defensoras dos direitos humanos apresentaram uma denúncia à ONU - Organização das nações unidas e à OEA -

⁹⁸ CNJ. *Conselho Nacional de Justiça*. Monitoramento Semanal Covid-19. 24 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/06/Monitoramento-Semanal-Covid-19-Info-24.06.20-1.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

⁹⁹ INFOPEN. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Jun. 2016. Brasília (DF): Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento. Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

¹⁰⁰ BRASIL. Portaria nº 12, de 22 de abril de 2020. Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do novo Coronavírus. *Diário Oficial da União*. 23 abr. 2020. p.53. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-12-de-22-de-abril-de-2020-253541565>>. Acesso em: 09 ago. 2020.

¹⁰¹ O DEPEN é órgão executivo vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), responsável pelo controle e administração da execução penal a nível federal.

organização dos Estados Americanos, sobre a gestão da pandemia nos presídios. Essa denúncia abarca violações de normas e recomendações internacionais, como:

falta de acesso à saúde, entraves ao desencarceramento, incomunicabilidade, problemas no registro de óbitos, rebeliões e uso de estruturas temporárias precárias para o abrigo das pessoas presas. As entidades pedem que os organismos internacionais demandem explicações ao Brasil e recomendem a adoção de medidas emergenciais para conter uma “catástrofe de proporções preocupantes” (IBCCRIM, 2020a)¹⁰².

Segundo a denúncia¹⁰³, juízes e o Ministério Público tem dificultado e, até mesmo, impedido a aplicação da Recomendação 62/2020¹⁰⁴ do CNJ, que promove o desencarceramento, que abarca, por exemplo: a recomendação de reavaliação de prisões provisórias, sobretudo ao grupo de risco. Essa lógica de impossibilitar a aplicação da recomendação do CNJ é ilustrada, pela ação dos ministros do Supremo Tribunal Federal que só concederam 6%¹⁰⁵ dos *habeas corpus* que chegaram à corte e, também impediram ações coletivas.

Salienta-se que em agosto de 2020, defensorias públicas de dezesseis¹⁰⁶ estados brasileiros protocolaram um documento enviado ao Supremo Tribunal Federal, solicitando a liberdade provisória ou prisão domiciliar de mulheres mães gestantes e lactantes presas em unidades federativas. Essa ação é importante, tendo em vista que o Brasil é o país como o maior número de óbitos de mulheres grávidas no pós-parto de COVID-19¹⁰⁷ no mundo, segundo o estudo da revista médica

¹⁰² IBCCRIM. *Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. Covid e prisões no Brasil: leia a íntegra da denúncia enviada à ONU e à CIDH sobre “ação genocida do governo”. 24 jun. 2020a. Disponível em: <<https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/627/covid-e-prisoos-no-brasil-leia-integra-da-denuncia-enviada-a-onu-e-a-cidh-sobre-acao-genocida-do-governo>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

¹⁰³ _____, *Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. Situação das pessoas privadas de liberdade no Brasil durante a pandemia de Covid-19. 19 jun. 2020b. Disponível em: <<http://ibccrim.org.br/media/documentos/doc-24-06-2020-20-33-19-653335.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

¹⁰⁴ CNJ. *Conselho Nacional de Justiça*. Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

¹⁰⁵ BALTHAZAR, R.; MARIANI, D. STF resiste a pressões para soltar presos durante pandemia. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 25 mai. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidian/2020/05/stf-resiste-a-pressoes-para-soltar-presos-durante-pandemia.shtml>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

¹⁰⁶ TAJRA, A. Covid: Defensorias públicas de 16 estados pedem liberdade a presas grávidas. *UOL*. 11 ago. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/11/mulher-esgravidas-presas-sp-relatos-covid-19.htm>>. Acesso em: 18 de ago. 2020.

¹⁰⁷ INTERNATIONAL JOURNAL OF GYNECOLOGY AND OBSTETRICS. The tragedy of COVID-19 in Brazil: 124 maternal deaths and counting. 9 jul. 2020. Disponível em: <<https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ijgo.13300>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

international Journal of Gynecology and Obstetrics de 2020.

Ademais, enfatiza-se que no final de maio de 2020, o DEPEN assinou um repasse de recursos para o combate ao coronavírus no sistema prisional. Dentre esses recursos, 200 milhões¹⁰⁸ são para aquisição de artefatos não letais, no aumento da vigilância. Dessa forma, o governo brasileiro (sob a prerrogativa de combate ao coronavírus) fortalece tanto o enriquecimento da iniciativa privada, como intensifica o aparato repressivo dentro dos presídios, repercutindo em maior violência à população carcerária.

A crise sanitária deflagrada pela pandemia é tomada como pretexto para a intensificação da segurança penitenciária e a asfixia completa das populações encarceradas. De outro, a prospecção de rebeliões possivelmente provocadas por tal conjuntura agônica é tida como janela de oportunidades para as empresas e empresários do ramo, convertendo um problema de saúde pública em vetor de aquecimento do mercado do castigo (CAMPELLO; GODOI, 2020).

Todos esses dados e elementos da realidade das prisões brasileiras contribuem na crítica ao sistema prisional atual, ao enfatizar sua situação caótica, as presentes e cotidianas violações de direitos da população carcerária e o perfil dessas pessoas. Informações que corroboram com as reflexões da criminologia crítica, que compreende que o sistema penal cria condições para a reincidência, é retroalimentador de violência e é marcado pela seletividade.

Destarte, enfatiza-se que todos os sistemas penais apresentam características estruturais próprias de seu exercício de poder que não seguem o discurso jurídico-penal e que, por constituírem elementos de sua essência (ou seja, não são conjunturais), não podem ser extinguidas, sem a supressão do próprio sistema penal (ZAFFARONI, 2013).

Em vista de todos esses elementos estruturantes do sistema penal, a sua superação necessita pautar-se como horizonte. Nessa direção, Góes (2018) aponta que o desenvolvimento de um abolicionismo penal brasileiro, necessita ser elaborado numa mudança de concepção societária que extermine o racismo como prática discriminatória:

Uma proposta abolicionista própria somente pode ser esboçada

¹⁰⁸ CAMPELLO; R.; GODOI, R. Tranca, contêiner e bomba: a gestão penitenciária da pandemia no Brasil. *Le monde Diplomatique Brasil*. São Paulo. 3 jul. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/tranca-container-e-bomba-a-gestao-penitenciaria-da-pandemia-no-brasil/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

considerando a (des)construção do negro enquanto “Outro” e extinção do racismo enquanto prática discriminatória de onde emergem infindáveis violências, ou seja, pensada a partir do problema racial, um processo que transpassa os conflitos de classe advindos do capitalismo, marco das críticas criminológicas e abolicionistas, eis que situado antes mesmo da criação da Europa, cuja efetivação se dirige a uma mudança substancial na concepção da própria sociedade, concebida em termos centrais, cujo modelo é um limite para um abolicionismo brasileiro (p.112).

Destarte, salienta-se sempre a importância da defesa intransigente dos direitos humanos, a luta por políticas de desencarceramento e a busca por uma conscientização ideológica anti-punitivista que necessita desenvolver-se no caminho da busca de uma nova ordem societária livre de exploração de classe, raça e gênero.

CAPÍTULO 4 A INTERLOCUÇÃO DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA COM OS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA PROFISSÃO

Diante do objetivo central desta pesquisa de realizar uma interlocução dos fundamentos da criminologia crítica com os princípios éticos da profissão, chegamos agora ao estudo da profissão. Necessário se faz compreendê-la também em seu movimento histórico e, para tanto, tendo como foco os códigos de ética profissional (entendidos como expressão de um determinado projeto de profissão em cada momento), faremos uma breve retomada da trajetória da ética no Serviço Social brasileiro, com vistas a compreender melhor o atual código de ética e sua interlocução (ou não) com a criminologia crítica.

Compreende-se a ética numa perspectiva ontológica¹⁰⁹, enquanto espaço de reflexão sobre a moral, representa a busca de um saber inteiro a partir da totalidade, para além da aparência dos fenômenos, com o intuito de compreender sua essência. Ademais, consiste no questionamento constante do significado dos valores e a razão da escolha dos mesmos (BARROCO, 2005b).

A ética é a análise dos elementos que constituem a moral, numa reflexão filosófica ou metafilosófica (NETTO, 2005). Barroco (2008) complementa o conceito de ética em sua objetivação nas práticas cotidianas e nas formas de práxis.

A ética é parte integrante da prática social dos homens, objetivando-se tanto em suas atividades cotidianas como nas formas de práxis que permitem a ampliação de sua consciência moral e seu enriquecimento como indivíduos (BARROCO, 2008, p.11).

Nessa direção, a ética profissional é um modo de objetivação da vida ética. Suas particularidades estão inseridas na relação entre o leque complexo de necessidades legitimadoras da profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, atribuindo-lhe determinadas demandas, e suas respostas, “entendidas em sua dimensão teleológica e em face das implicações ético-políticas do produto concreto da sua ação” (BARROCO, 2005a, p.67).

As determinações históricas, econômicas e políticas que legitimam a profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho estão relacionadas a determinada

¹⁰⁹ No estudo do ser social, é importante compreender seu processo dinâmico e dialético, de auto construção de suas capacidades essenciais pelo trabalho, sendo estas: a sociabilidade (na satisfação/recriação das necessidades de forma social), a consciência (como capacidade racional e valorativa), a universalidade e a liberdade (BARROCO, 2005a).

sociabilidade, que apresenta modos de consciência moral embasados em valores culturais específicos, normas e princípios éticos (que legitimados socialmente) subsidiam novas necessidades e alternativas de valor. Estas, por sua vez, vinculam-se às expectativas sociais no que tange o desempenho de papéis que são culturalmente assimilados e repercutem nas profissões (Ibidem).

Destarte, o *ethos* profissional como um modo de ser constitui-se na relação complexa entre as necessidades socioeconômicas e culturais e as possibilidades de escolha “inserida nas ações ético-morais, o que aponta para sua diversidade, mutabilidade e contraditoriedade” (Ibidem, p.68).

O aprofundamento no estudo da natureza ética do Serviço Social necessita ser analisado frente às necessidades e possibilidades inscritas nas relações sociais de cada período histórico. E, que se consolida como uma das dimensões específicas da ação profissional (Ibidem). Nesse sentido, a ética das profissões apresenta as reflexões do grupo de profissionais, na relação entre o geral e o particular, e com influências das reflexões da sociedade na apropriação do padrão normativo do conjunto social (SIMÕES, 2005).

Desse ponto de vista, percebo a ética das profissões, de um lado, como reflexão que o próprio grupo pode fazer sobre si mesmo relativamente à sociedade, porque ninguém reflete sem estar dentro de um contexto mais geral - a reflexão depende justamente da relação entre o particular e o geral, e vice-versa, politizando, portanto, a atuação profissional - e, por outro lado, como uma reflexão da própria sociedade, um padrão normativo, de apropriação do conjunto social, pelo qual ganham o respeito e o reconhecimento da dignidade de todos. Determinados grupos profissionais podem estar em uma situação em que perdem essa noção da generalidade, da universalização e da politização de seu trabalho, e, desse ponto de vista, é evidente que a ética exerce aí o papel da chamada convicção, que alguns denominam de compromisso (SIMÕES, 2005, p.70).

É importante destacar que as escolhas e os posicionamentos da categoria são expressos pela objetivação de determinados valores e princípios, com o intuito de atender determinada demanda norteada por um código que aponta uma direção ética. Portanto, apresenta uma relação direta com a dimensão concreto-vivencial (CARDOSO, 2013).

No desenvolvimento de sua prática, os sujeitos profissionais são, assim, mobilizados e pressionados eticamente, pois compete a eles, e somente a eles, realizar escolhas dentre as diferentes alternativas, apoiando-se no que estabelece o Código de Ética, de onde se coloca a tensão positiva, porque de crescimento, entre a autonomia e o dever. Esta tensão remete ao que eu, enquanto assistente social, posso e quero fazer – logo, refere-se ao meu desejo e à minha adesão aos compromissos profissionais -, e por outro lado, àquilo que devo fazer como algo parametrado coletivamente pelo projeto

ético-político da categoria. Desse modo cabe ao assistente social aliar sua vontade, iluminada pela ética profissional – como intencionalidade de associação, de coletividade, de compromisso – com o seu saber teórico-prático crítico e, ainda, com as necessidades e possibilidades das circunstâncias, do que resultará o produto de sua ação (PAIVA; SALES, 1996, p.179, grifo do autor).

Nesse sentido, o código de ética é uma exigência legal de regulamentação da profissão, sendo desta forma, “um instrumento específico de explicitação de deveres e direitos profissionais, ou seja, refere-se a uma necessidade formal de legislar sobre o comportamento dos profissionais” (BARROCO, 2005b, p.81). Ademais, expressa qual ética profissional a categoria está vinculada em determinado período histórico (CARDOSO, 2013), a partir de valores, escolhas e posicionamentos que repercutem na ação profissional.

[...] os valores contidos no Código de Ética Profissional são orientadores das opções, escolhas, dos posicionamentos e julgamentos de valor realizados cotidianamente. Todavia, para que se materializem, é preciso que ganhem efetividade na transformação da realidade, na prática social concreta, seja ela na direção de um atendimento realizado, de uma necessidade respondida, de um direito adquirido (BARROCO, 2009a, p. 181).

O atual código de ética profissional, é resultado de um longo processo no qual a profissão faz um giro de uma perspectiva conservadora à uma perspectiva emancipatória. Nesse sentido, se olharmos a história da criminologia, veremos identidades. Não por acaso: como vimos no Capítulo I e II, as mudanças ocorridas na criminologia, foram consequência dos processos sócio-históricos e relacionadas às teorias sociais em curso em cada um desses períodos. O mesmo ocorre com o Serviço Social brasileiro e sua ética profissional. Vejamos.

Os códigos do Serviço Social dos anos de 1947, 1965 e 1975 apresentam uma mesma ética, baseada no pensamento conservador. Esse pensamento deteve como maior expoente o inglês Edmund Burke¹¹⁰, com uma postura política e ética contra os processos revolucionários (como a revolução francesa e a industrial) no século XVIII (CARDOSO, 2013). Burke criticava os conceitos modernos de democracia e justiça social e quem os defendia (os niveladores), sendo que na sua compreensão a desigualdade seria natural e constituída positivamente (SOUZA, 2016). Nas palavras do autor, em sua obra: “Reflexões sobre a revolução na França”:

¹¹⁰ Segundo Souza (2016), há relativo consenso, “no debate sobre o pensamento social e político fundado na modernidade, quanto às Reflexões sobre a revolução na França (2014), de Edmund Burke, constituírem-se como ponto de partida do conservadorismo clássico” (p.362).

Creia-me, senhor, aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer seja posto no chão (BURKE, 2014, p. 70).

Essa perspectiva, em síntese, opõe-se à instauração da razão moderna, ao defender a tradição, a ordem e a disciplina como sustentáculos da defesa das instituições entendidas como fundamentais para a viabilização da convivência harmônica da sociedade como: a igreja, a propriedade privada e a família. Destarte, o papel do Estado se constitui na manutenção da ordem e, cabe assim, à família a reprodução de valores que fortaleça as relações hierárquicas (CARDOSO; ALVES, 2018).

A seguir, serão apresentados os códigos de ética do Serviço Social que apresentaram como fundamento esse pensamento e sua interlocução com determinadas escolas criminológicas. Importa retratar que não há uma linearidade entre os códigos e o fato de determinada perspectiva ser hegemônica na categoria, não exclui que profissionais apresentem diferentes concepções.

4.1 Uma síntese dos códigos de ética do Serviço Social (1947, 1965 e 1975) e sua interlocução com específicas escolas da criminologia¹¹¹

O Serviço Social apresenta sua gênese dentro da Igreja Católica com o intuito de preparar a inserção da massa operária no capitalismo - época da primeira revolução industrial. A profissão apresenta em sua origem na Europa um caráter assistencialista, segundo Lima (1983) o objetivo do serviço do/a assistente social desse período era “controlar os conflitos ou minimizar as disfuncionalidades sociais de modo mais sistemático e racional” (p.50).

Essa reordenação dos aspectos da vida social do proletariado, converge com a função real da prisão (nessa época) de adestrar os indivíduos à lógica fabril e a reafirmação dos valores das classes dominantes (sustentados pelos contratualistas,

¹¹¹ A presente dissertação apresenta como objeto a interlocução entre a criminologia crítica e os fundamentos éticos da profissão na atualidade, não obstante numa perspectiva sócio-histórica compreendeu-se importante retratar todos os códigos de ética da categoria e apresentar que essas vinculações também se expressam com as diferentes escolas da criminologia, não só com a criminologia crítica. Saliencia-se que não pretendemos neste primeiro subcapítulo esgotar esse tema, pois não é o objeto deste estudo.

liberais e dos autores clássicos da criminologia).

Nessa direção, a intervenção profissional do Serviço Social na sociedade detinha uma característica disciplinadora, repressiva e conservadora. Esses são elementos que irão compor e influenciar a atuação profissional no Brasil, que irá emergir em conjunto com a chegada da revolução industrial no país (iniciada em 1910 e com seu aprofundamento em 1930) (CARDOSO, 2013).

Os anos 1930 em todo o mundo ainda apresentam resquícios da crise da bolsa de Nova York de 1929 e, na Europa, o nazismo chega ao poder. Destaca-se que a maneira como o Brasil irá se reorganizar durante a crise mundial, é resultado de processos históricos, econômicos e sociais de um capitalismo tardio, com modernizações que não romperam profundamente com sua formação colonial (composta pela escravidão e latifúndios). O processo de industrialização e urbanização é representado ainda pela aristocracia rural com grande concentração de terra; por uma burguesia emergente e uma força de trabalho estrangeira (Ibidem), que substituiu o trabalho escravo e não foi feita uma inserção da população negra recém liberta no proletariado, pelo contrário, teve um processo de exclusão e apartamento com políticas higienistas, e eugênicas com respaldo científico. Todo esse processo de exclusão demonstra o racismo estrutural presente até hoje no Brasil.

Nessa época, Getúlio Vargas toma posse - período que significa o rompimento com a política do café com leite - e, o fim da república velha, dando início a Era Vargas. Vargas interfere diretamente “na questão social através da legislação social e trabalhista sindical, pautada em um modelo corporativista (...) o setor das classes dominantes tem supremacia junto ao Estado” (Ibidem, p.112), mesmo que Vargas aparentemente busque agradar as duas classes.

É a primeira vez que no Brasil há a interferência do Estado na questão social (como forma de negociação com a classe operária), que até os anos trinta era resumida exclusivamente à repressão como caso de polícia¹¹². Conforme retrata Abramides (2016):

A “questão social” já não podia mais ser tratada como “caso de polícia”. Era preciso negociar com a classe operária que produz diretamente valor e mais-

¹¹² A título de informação no Brasil: “Antes de 1930, a luta por direitos sociais e trabalhistas esbarrava na Constituição liberal de 1891. Qualquer medida que limitasse a liberdade de contrato entre pessoas livres e iguais era vista como inconstitucional, e a demanda por proteção do trabalhador, como simplesmente subversiva. Ou seja, a *própria questão social* era inconstitucional. Sob Vargas, ao contrário, os direitos estavam ali, completos, à mão dos que se dispusessem a se enquadrar nos requisitos definidos pelo Estado” (CARDOSO, 2010, n.p, grifo do autor).

valia. Nesse sentido, o Estado promoveu a regulação das relações entre o patronato, a classe trabalhadora e entre outros mecanismos, e em 1936 foi criada a profissão de assistente social, que se institucionalizou somente em 1945. No período em que o Estado inicia o controle dos conflitos da contradição capital versus trabalho com o crescimento da classe operária na expansão do capitalismo, a profissão passou a atuar nas expressões da “questão social” (p.458).

Nesse período, o Serviço Social surge no Brasil como parte constituinte de um “movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja católica no “mundo temporal”” (IAMAMOTO, 1992, p.18).

Tendo em vista que a Igreja católica será responsável pela formação dos profissionais do Serviço Social nessa época (no Brasil) e, sobretudo será sustentáculo das bases teóricas e éticas do projeto profissional, é precípua ressaltar alguns elementos que compuseram o pensamento católico. Embora a Igreja nesse momento histórico critique os excessos do capitalismo, concomitantemente é contrária às experiências socialistas que se apresentavam como possibilidade de mudança e transformação do modelo de produção vigente. Portanto, a Igreja propõe a humanização do capitalismo, contudo sem buscar sua superação (CARDOSO, 2013).

Ademais, o pensamento católico compreendia o pauperismo como um desvio “propiciado pelo individualismo moral, político e religioso, como decorrência do processo de industrialização desenfreada” (SILVA, 2013, p.76). Destarte, a Igreja em consonância com a teleologia do projeto profissional tradicional do Serviço Social apresentava a busca pela humanização do capitalismo e sua manutenção (CARDOSO, 2013).

Nessa direção, a atuação profissional no Brasil representava não só uma nova forma de fazer caridade, mas detinha o objetivo de reordenação da vida social do proletariado, diante das transformações ocorridas nos meios de produção que apresentavam uma lógica fabril. De acordo com Iamamoto e Carvalho (1982):

essa fase de implantação, verifica-se a existência de um projeto teórico de intervenção nos diversos aspectos da vida do proletariado, tendo em vista a reordenação do conjunto da vida social. O aprofundamento do capitalismo gera uma série de necessidades, que exigem profundas transformações na vida social (...) e as práticas incipientes dos Assistentes Sociais orientam-se para a intervenção na reprodução material do proletariado e para sua reprodução enquanto classe. O centro de suas preocupações é a família, base da reprodução material e ideológica da Força de Trabalho (p.218-219).

Destaca-se que o primeiro código de ética profissional do/a assistente social no Brasil promulgado em 1947 é sucinto, alicerçado por valores cristãos e com ausência de respaldo jurídico estatal. Documento que procurava orientar a atuação de uma profissão que ainda não era regulamentada, (CHAVES; OLIVEIRA, 2017) haja vista que sua regulamentação só ocorreria em 1957.

O código de ética de 1947 era embasado numa perspectiva a-histórica, com pressupostos humanistas tradicionais que retratam a essência humana como atemporal (BARROCO et al., 2005b). Na introdução o código de 1947 apresenta essa compreensão de ética e moral, e a influência da deontologia no Serviço Social brasileiro¹¹³.

I – Moral ou ética, pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal. II – A moral aplicada a uma determinada profissão recebe o nome de ética profissional; está relacionada com o Serviço Social, pode ser chamada de Deontologia do Serviço Social. III – A importância da Deontologia do Serviço Social provém do fato de que o Serviço Social não trata apenas de fator material, não se limita à remoção de um mal físico, ou a transação comercial ou monetária: trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade. IV – A observância dos princípios da Deontologia do Serviço Social exige da parte do Assistente Social, uma segura formação em todos os ramos da Moral (CFAS, 1947).

A compreensão de ética era voltada a um setor do comportamento humano. Na produção clássica do Serviço Social (BARROCO, 2005b) a autora brasileira Vieira (1979) conceitua ética como: “a ciência dos deveres do que é justo e conveniente que os homens façam, do valor a que visa e do dever ou normas que dirigem o comportamento humano” (p.181).

Nesse sentido, a ética profissional será embasada pela concepção teórico-doutrinária do neotomismo¹¹⁴, do positivismo¹¹⁵, mesmo sendo correntes contrárias entre si (com maior influência posteriormente na categoria) e do conservadorismo (CARDOSO, 2006).

¹¹³ A terminologia deontologia foi elaborada por Jeremy Bentham, o fundador da escola utilitarista. O utilitarismo surgiu posteriormente ao iluminismo e fruto do mesmo, mas independentemente da obra de Immanuel Kant sobre a ética (Fundamentação da Metafísica dos Costumes, 1785, e Crítica da razão prática, 1788), e constitui um dos grandes esboços racionais da ética (KNOCH, 2003).

¹¹⁴ O Neotomismo é uma base filosófica originária da doutrina social da Igreja Católica no final do século XIX. Essa perspectiva retoma as idéias centrais da filosofia de Santo Tomás de Aquino (séc. XIII), combinadas a uma visão de mundo conservadora (AGUIAR, 1989). Segundo Cardoso (2013): “Para o neotomismo a realização humana está vinculada à busca da perfectibilidade humana, o que direciona todas as ações dos homens na busca de sua aproximação de Deus, fonte da essência humana” (p.24).

¹¹⁵ O Serviço Social nasce e se desenvolve na órbita do universo teórico conservador, “passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte americana, a partir dos anos 1940” (IAMAMOTO, 1992, p.26).

Nos anos seguintes e compondo o código de ética de 1965, a influência positivista adquire mais espaço a partir da busca por cientificidade e tecnicidade na profissão, sem perder sua influência com os valores cristãos (Ibidem).

A década de 1970 no país é marcada pela eleição de Jânio Quadros, que renunciou, assumindo seu vice João Goulart, que teve seu governo interrompido mediante o golpe militar de 1964. As décadas que se sucederam foram marcadas pela violência e repressão dos governos militares. Nesse âmbito, a questão social está escancarada a partir de um aumento expressivo da concentração de renda, da amplificação da pobreza e da exploração do trabalhador pelo capital estrangeiro somada à precarização do trabalho (Idem, 2013).

Nesse cenário, o Serviço Social busca uma modernização conservadora na incorporação maior do positivismo. A profissão pretende incorporar os progressos do Serviço Social americano no tocante ao trabalho com indivíduos, grupo e comunidade. Nesse sentido, o trabalho profissional progressivamente apresenta uma atuação racionalizada em concomitância a uma base neotomista - amálgama de perspectivas que Iamamoto (1992) irá intitular como arranjo teórico-doutrinário-operativo, em suas palavras:

Analisando a sociedade a partir do suporte teórico da noção de comunidade, do princípio da solidariedade como base ordenadora das relações sociais, o Serviço Social alia este universo teórico a um outro elemento: a filosofia humanista cristã. Ao mesmo tempo, aprimora os procedimentos de intervenção incorporando os progressos do Serviço Social norte-americano no que se refere aos métodos de trabalho com indivíduos, grupos e comunidades. Ou seja: enquanto os procedimentos de intervenção são progressivamente racionalizados, o conteúdo do projeto de ação profissional permanece fundado no reformismo conservador e na base filosófica aristotélico-tomista. Esse arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado (p.28).

Portanto, o código de 1965 apresenta a existência dessas diferentes concepções (positivismo com maior influência que no código de 1947, o neotomismo e o pensamento conservador). Os valores humanista-cristãos e o neotomismo podem ser notados no artigo quarto dos deveres fundamentais do código de ética profissional do assistente social de 1965, presente no capítulo dois: “Art. 4º - O assistente social no desempenho das tarefas inerentes a sua profissão deve respeitar a dignidade da pessoa humana que, por sua natureza é um ser inteligente e livre” (CFAS, 1965).

limpar formatação

Cardoso (2013) apresenta essa visão de homem inspirada na pessoa humana presente no código de 1965, que compreende a liberdade como natural ao invés de um constructo social e, ademais ressalta também a presença no código do conceito de integração social presente no positivismo.

Podemos perceber a influência da filosofia neotomista na visão de homem inspirada na pessoa humana e na explicitação dos valores de inteligência e liberdade como parte da natureza humana. Nessa concepção a inteligência e a liberdade são naturais e não uma construção social, estando relacionadas à essência humana, que é a busca da perfectibilidade, por isso o homem é naturalmente dotado dessas capacidades, enquanto imagem e semelhança de Deus, para, utilizando-as, seguir as leis divinas e alcançar seu fim último. E ainda temos nele a referência social de busca do bem comum. Agrega-se aqui, também a ideia de integração social, própria da teoria positivista, que ao analisar a sociedade como um corpo harmônico, aponta como saída a busca da integração quando esse corpo está em desarmonia (p.163).

Essas diferentes teorias também estavam presentes na igreja católica, que foi buscar no positivismo os elementos teóricos para interpretar as relações sociais e de certa forma cristianizá-lo, ao permitir um diálogo com a ciência e a sociedade moderna, sempre negando tudo que pudesse ser contrário aos dogmas da fé cristã (GIOLO, 1997).

Na Europa, o positivismo (conforme já retratado no capítulo um) surge no século XIX numa busca pelo cientificismo, repercutindo na aproximação da criminologia com essa perspectiva teórica. Em consonância aos valores éticos preconizados no código de ética de 1965, a criminologia positivista compreende, segundo Anitua (2008) a realidade sem um questionamento do modo de organização política, ao entender a ordem legal como dada e já estabelecida, sem realizar uma crítica de como o sistema opera. Destarte, o Serviço Social também não trazia no seu arcabouço teórico as reflexões:

A substância profundamente desigual da sociedade capitalista, considerada como natural, harmônica e capaz de realizar suas necessidades individuais e sociais; - As condições da exploração capitalista e as relações sociais que sustentam o trabalho alienado, inerentes ao processo de dominação e manutenção da ordem burguesa; - O caráter contraditório da prática profissional e sua participação no processo de reprodução social dos interesses de classe contrapostos que convivem em tensão; - A dimensão ético política da prática profissional, em nome de uma neutralidade axiológica, afinada com a necessidade de legitimar a suposta “face humanitária do Estado e do empresariado” (BRITES ; SALES, 2000, p. 26).

Nessa época, o Serviço Social no Brasil buscava capacitar o trabalhador e sua família, na execução de uma vida ditada pela sociedade da época como harmônica,

influência também do positivismo com o conceito de integração social. Nesse sentido, o assistente social culpabilizava o sujeito e sua família pelas situações de pobreza que vivenciavam e buscava readequar esses sujeitos. Conforme expresso no código de 1965:

Art. 7º- Ao assistente social cumpre contribuir para o bem comum, esforçando-se para que o maior número de criaturas humanas dele se beneficiem, capacitando indivíduos, grupos e comunidades para sua melhor integração social (CFAS, 1965).

Segundo Barroco (2005a), essa capacitação também apresentava, a partir do pensamento conservador, a busca pela valorização da instituição familiar patriarcal, classista e racista, subsidiada pela defesa da ordem e leis morais.

Salienta-se que o positivismo teve e ainda apresenta bastante influência no Brasil, seja com Nina Rodrigues¹¹⁶ que introduz os pensamentos de Lombroso no país e suas concepções eugênicas, seja nos manuais de direito penal ou nas legislações, como o conceito de ressocialização presente na LEP - Lei de execução penal (Legislação a qual o Serviço Social no sistema prisional responde atualmente).

No tocante a essa influência no Brasil, Batista (2011) expõe sua crítica na qual os brasileiros assimilaram um corpo teórico lombrosiano positivista que é contrário a própria população negra do país e retrata a dificuldade de desvencilhar dessa tradição excludente enraizada, em suas palavras:

Aliás, a pergunta de Zaffaroni (como pôde Lombroso florescer na Bahia?) é atual: que dispositivos foram necessários para inculcar tão profundamente um corpo teórico que é contra nós mesmos? A nossa perspectiva é oswaldiamente antropofágica: como recebemos e digerimos as teorias de centro hegemônico. É esse o dilema da reconstrução das criminologias críticas, suas traduções traidoras, seus objetos transplantados, suas metodologias reinventadas. De que maneira a criminologia faz parte da grande incorporação colonial no processo civilizatório? Quantas rupturas criminológicas serão necessárias para reconstruir nosso objeto, nossa metodologia, a nosso favor? (BATISTA, 2011, p.17).

Essa aproximação da criminologia positivista europeia implantou no país a imagem racista da pessoa que comete crimes, com profundas marcas da escravidão. Goés (2018) expõe essa influência da criminologia positivista no Brasil:

fundada com o paradigma racista-etiológico lombrosiano, foi responsável pela legitimação inquestionável da transfiguração do escravo recém liberto em criminoso nato, cuja periculosidade ontológica, enraizada em sua

¹¹⁶ Para Nina Rodrigues (1957): “o crime é principalmente função do senso moral, e o desenvolvimento do senso moral precede o da inteligência, posto que esta possa concorrer para depois esclarecê-lo e aperfeiçoá-lo” (p.188).

ancestralidade primata, ordenava sua neutralização acauteladora por intermédio do extermínio ou do cárcere, mantendo a secular política de extração da força vital dos corpos negros, agora, escravos do Estado, aprisionados em selas que mantiveram o cativo e a violência corporal (p.102).

Ademais, ressalta-se também como expressão dessa influência positivista, no Brasil, o conceito de periculosidade - foco no exame criminológico, conforme aponta Pereira (2012):

A periculosidade é também o foco judicial no exame criminológico [...] Talvez pudéssemos cogitar em acrescentar, no caso brasileiro, nesta ótica da criminologia positivista, a classificação do sujeito como detentor de periculosidade, a depender de características inerentes à sua origem de classe social, etnia e gênero, local de moradia (p.05).

O judiciário exige das instituições prisionais o exame criminológico (respaldado pela súmula vinculante número 26 do Supremo Tribunal Federal de 23 de dezembro de 2009¹¹⁷, pela súmula 439 do Superior Tribunal de Justiça¹¹⁸ publicada em 13 de maio de 2010 e pela LEP - Lei de execução penal¹¹⁹ de 1984), colocando como obrigação do/a assistente social a elaboração de um estudo sobre a vida do/a preso/a no cumprimento da pena que constate a possibilidade ou não de reincidência criminal. É um instrumento utilizado pelos juízes como subsídio para possibilitar a regressão de regime do preso.

A origem do exame criminológico como um instrumento de avaliação do preso/a foi construída como uma 'técnica de inquérito', a partir de uma terapêutica penal realizada pelos: psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, para definir a periculosidade do indivíduo criminoso, rotulá-lo acriticamente com distúrbios de personalidade e patologias. Acreditando-se no tratamento penal para desvendar a personalidade do preso/a e a necessidade de correção de comportamentos (TORRES, 2013). Destarte, o exame criminológico apresenta “um conteúdo moral camuflado de cientificidade” (Ibidem, p. 43), originado de um enfoque

¹¹⁷ “Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico” (STF, 2009, n.p.).

¹¹⁸ ‘Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada’ (STJ, 2010, n.p.).

¹¹⁹ Conforme expresso no Art. 8º: “O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução” (LEI DE EXECUÇÃO PENAL, 1984, n.p.).

biopsicossocial¹²⁰.

Posteriormente à aproximação do Serviço Social brasileiro com o positivismo, é desenvolvido pela categoria um código de ética embasado na fenomenologia em 1975, sem perder sua perspectiva conservadora tradicional, ainda que sob novas formas (BARROCO, 2005a).

Os anos 1970 é marcado mundialmente por uma crise do Capital e inicia-se no Brasil, uma derrocada da ditadura militar. Nesse período, amplia-se a resistência dos movimentos sociais e a comoção social, na busca pela liberdade civil e a garantia de direitos humanos frente a opressão e a repressão ditatorial (CARDOSO, 2013).

Essa movimentação contestadora viabiliza críticas dentro da profissão da modernização conservadora, somado à inserção do Serviço Social nas universidades com uma aproximação às ciências sociais e outras áreas do conhecimento como: a psicologia e a sociologia (Ibidem).

No código de 1975 há a substituição do neotomismo pelo personalismo¹²¹, a recuperação dos princípios humanistas cristãos: “o bem comum, a autodeterminação, subsidiariedade e a participação da pessoa humana, a justiça social” (BARROCO, 2005a, p.129) e sobretudo, também há a centralização nas dinâmicas individuais (NETTO, 1996).

Nesse sentido, Netto (1996) irá intitular esse projeto fenomenológico da profissão como reatualização do conservadorismo. Ressalta-se que o código de 1975 reafirma o conservadorismo tradicional principalmente para atender as demandas da ditadura como rompimento da tendência modernizadora de outrora (BARROCO, 2005a).

A contribuição da fenomenologia¹²² ao Serviço Social consistiu numa crítica

¹²⁰ Ressalta-se que a categoria assume um posicionamento contrário ao exame criminológico atualmente, essa perspectiva crítica será retratada no subcapítulo que se segue.

¹²¹ O personalismo que foi uma das teorias presentes do código de 1975 é baseado no personalismo de Mounier, este autor apresenta “vinculação com o existencialismo cristão, caudatário da fenomenologia; por um lado, ele retoma as categorias da intersubjetividade e do diálogo; por outro, enfatiza os principais valores do existencialismo: o compromisso, a responsabilidade e a autenticidade. Objetivando o resgate ético dos valores humanistas, e se utilizando do referencial fenomenológico, Mounier enfatiza o diálogo como categoria ontológica da “pessoa”, valor fundante do personalismo” (BARROCO, 2005a, p.132). A aproximação às ideias de Mounier deve-se a uma resistência às ideias de Marx (NETTO, 1996).

¹²² As principais autoras da categoria que usaram a fenomenologia foram: Anna Augusta Almeida, Ana Maria Braz Pavão, Anésia Carvalho e Creusa Capalbo (Filósofa que trouxe contribuições sobre a fenomenologia nos cadernos da ABESS). Segundo Guedes (2019) as autoras supracitadas recorrem ora a partir de extratos do pensamento de Husserl, ora embasadas na perspectiva de Merleau-Ponty, sem enfatizar os princípios fundamentais que diferem as particularidades de cada autor. Nos cadernos da ABESS, de acordo com Capalco (1996) Husserl foi um dos primeiros teóricos a sistematizar uma

ao positivismo pelo seu tecnicismo e pragmatismo e trouxe como influência na atuação profissional a utilização do método da entrevista (método compreensivo), com o intuito da compreensão da subjetividade do cliente, para uma ajuda psicossocial. Destarte, os fenômenos são explicados a partir da dimensão do sujeito e há uma individualização no enfrentamento das expressões da questão social (CARDOSO, 2013).

Para Almeida (1980), uma das principais autoras referência desse período na profissão ressalta: “que o cliente é reconhecido pela sua condição humana e não como oprimido, alienado, desajustado” (p.119). É importante salientar que nessa passagem a autora nega as opressões presentes nos processos sociais (BARROCO, 2005a), sem analisar numa visão de totalidade a sociedade.

Ademais, salienta-se que no código de 1975 há a citação de novas categorias como: “dialética homem - sociedade” (CFAS, 1975), no entanto são utilizadas abstratamente (BARROCO, 2005a), a partir de uma visão idealista, com uma aproximação do pensamento de Hegel, sem historicidade e com tendência psicologizante (CARDOSO, 2013).

A fenomenologia¹²³ também esteve presente na criminologia, com o *labelling approach* numa crítica às instâncias penais e seu caráter estigmatizante sem um questionamento da ordem social. Não obstante, segundo Baratta (1997) a fenomenologia presente na abordagem do *labelling* é vinculada a etnometodologia inspirada na sociologia fenomenológica de Schutz, perspectiva distinta da qual o Serviço Social baseava-se nos anos 1970. Capalco (1996) nos cadernos da ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social expõe a escassa aproximação do Brasil com a fenomenologia de Schutz:

Essa fenomenologia social de Alfred Schutz é pouco conhecida aqui no Brasil. No entanto, vem sendo trabalhada pelas pessoas que querem aplicar a fenomenologia, não do ponto de vista puramente reflexivo-filosófico, mas a fenomenologia na sua dimensão metodológica, que se aproximaria da etnoteoria ou da etnometodologia contemporâneas, que são tipos de pesquisa que se desenvolvem através da égide ou da orientação que quer

exposição dos problemas a partir de um método fenomenológico, com sua obra intitulada: “Ideias e diretrizes para uma fenomenologia e uma filosofia fenomenológica pura”. O autor compreende que a fenomenologia visa descrever os fenômenos como são vivenciados pelos sujeitos, como se mostram em si mesmo no mundo da vida.

¹²³ Conforme citado no capítulo um, segundo Baratta (1997) as correntes teóricas que contribuíram para o desenvolvimento do *labelling approach* foram: o interacionismo simbólico (H. Becker, E. Goffman, J. Kitsue, E.M. Lmert, E. M. Schur, F. Sack); a fenomenologia e a etnometodologia (P. Berger e T. Luckman, A. Cicourel, H. Garfinkel, P. McHugh, Tj. Scheff) e, enfim, a sociologia do conflito (G.B. Vold, A.T. Turk, R. Quinney, K.F. Schumann).

compreender o vivido tal como ele é vivido (p.31).

Mesmo com essa disparidade de teorias fenomenológicas, sobretudo pela aproximação do Serviço Social ser conservadora e a do *labelling approach* ter sido uma troca de paradigma e apresentar uma perspectiva crítica, pode-se realizar a mesma crítica aos princípios do código de ética de 1975 e ao *labelling approach* no tocante a ausência de uma análise das relações sociais e econômicas, na qual é desenvolvida em nível insuficiente. Segundo Baratta (1997) é necessário ao *labelling* desvincular do nível “fenomênico da superfície das relações sociais, só ao nível da sua lógica material, é possível uma interpretação contextual e orgânica” (p.98-99). Netto (1996) complementa que a reatualização do conservadorismo da profissão não apresentava uma análise substancial na compreensão das complexas determinações históricas, econômicas, políticas e sociais da sociedade.

Além disso, cabe ressaltar o debate atual da categoria frente à ação profissional vinculada a um caráter psicologizante, tem-se a compreensão que “a realização de terapias¹²⁴ não possui relação com a formação profissional [...] sendo incompatíveis com as competências e atribuições estabelecidas” (CFESS, 2010).

Nesse sentido, a profissão remodelou completamente suas bases teóricas e suas implicações na ação profissional, ao “romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais” (NETTO, 1996, p. 250).

Nessa direção, no próximo subcapítulo, será retratado o atual direcionamento crítico com viés marxista da categoria e elencar seus princípios norteados por uma perspectiva emancipatória presente no código de 1986 e que se traduz no atual código de ética de 1993. Enfatizando-se como sustentáculo da discussão, os princípios éticos do Serviço Social numa interlocução com os fundamentos da criminologia crítica.

4.2 O Serviço Social e a criminologia crítica em debate: convergências e confluências

¹²⁴ A título de informação a realização de terapias não possui relação “com a formação profissional estabelecida nas diretrizes curriculares do curso de graduação em Serviço Social, aprovadas pela Resolução CNE/CES/MEC nº 15, de 13 de março de 2002, sendo incompatíveis com as competências e atribuições estabelecidas na Lei 8.662/93” (CFESS, 2010).

No cenário político que marcou os anos 1980, com o aumento das lutas sociais e a presença da categoria em movimentos sociais a favor da democracia, período marcado pelo final da ditadura no Brasil ocorre: “no interior do Serviço Social a tomada da direção intelectual e política em busca da ruptura com o conservadorismo” (CARDOSO, 2016, p.441).

Segundo IAMAMOTO (2014), com a democratização do Estado e da sociedade e diante da ascensão de movimentos sociais exigem-se novas respostas profissionais que repercutiram em profundas:

alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. Revigora-se uma ampla e fecunda organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais, que vão dar sustentação ao projeto [de ruptura] O Serviço Social no Brasil, uma experiência inovadora no cenário profissional mundial (p. 615, grifo da autora).

Nesse contexto, o aprofundamento da democracia determinado pelos seus enlances teórico-culturais e seu posicionamento cívico-político impulsiona a intenção de ruptura¹²⁵ no Serviço Social para além da academia que ganha a hegemonia da profissão com sua aproximação à tradição marxista, Netto (1996) retrata que

a trajetória assinalada: é somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis. Seu insulamento deveu-se basicamente às constrictões políticas postas pelo ciclo autocrático; a ultrapassagem destas constrictões permitiu-lhe desbordar os limites a que se viu confinada. Cabe anotar [...] que o seu futuro está muito hipotecado ao alargamento e ao aprofundamento da democracia na sociedade e no Estado brasileiro - pelos seus enlances teórico-culturais e pelos seus compromissos cívico-políticos, a perspectiva da intenção de ruptura depende, mais que as outras tendências operantes no Serviço Social, de um clima de liberdades democráticas para avançar no seu processamento (p.248-249).

O código de 1986 significou um salto grande na profissão, representou uma virada na compreensão da ética profissional, trazendo pela primeira vez uma ética emancipatória, que rompe com o conservadorismo presente em todos os outros códigos anteriores.

¹²⁵ Segundo Netto (1996) a “perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mais notadamente entre 1972 e 1975, pelo grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre “Método Belo Horizonte”. É na atividade deste grupo que a intenção de ruptura se explicita originalmente no país, assumindo uma formulação abrangente que até hoje se revela uma arquitetura ímpar” (p.261).

Nesse âmbito, apresenta-se a construção de uma nova ética profissional que “reflita uma vontade coletiva, superando a visão acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe” (CFAS, 1986). A categoria realiza a opção de ter um trabalho profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora (Ibidem). O código de 1986 expõe essa ética, numa concepção mecanicista, tendo em vista que

o derivar [...] a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreende as mediações, peculiaridades e dinâmicas da ética. Ao vincular, mecanicamente, o compromisso profissional com a classe trabalhadora, sem estabelecer a mediação dos valores próprios à ética, reproduz uma visão tão abstrata quanto a que pretende negar (BARROCO, 2005a, p.176).

Posteriormente ao código de 1986, há um amadurecimento teórico e político na profissão, na militância político-profissional (na organização sindical), na formação profissional (com o currículo de 1982), na representatividade das entidades e, sobretudo em sua produção teórica, ao superar os equívocos na aproximação com o pensamento de Marx. Nesse sentido, o código de 1986 é revisto para atender ao que se propunha (Barroco, 2005a).

A militância político-profissional alcança sua maturidade, evidenciada na organização sindical nacional dos assistentes sociais, na articulação com as lutas gerais dos trabalhadores e na inserção junto às demais entidades representativas da profissão; os eventos nacionais gradativamente, revelam um contorno crítico e politizado. A produção marxista supera equívocos das primeiras aproximações, o *ethos* profissional é auto-representado pela inserção do assistente social na divisão sócio-técnica do trabalho, como trabalhador assalariado e cidadão. A formação profissional recebe novos direcionamentos, passando a contar com um currículo explicitamente orientado para uma formação crítica e comprometida com as classes subalternas. Em 1986, o código de ética [...] é reelaborado, buscando-se garantir uma ética profissional objetivadora da nova moralidade profissional (BARROCO, 2005a, p.168).

É importante destacar a contribuição de Iamamoto e Carvalho (1982), tendo em vista que segundo Netto (1994) o trabalho teórico de Iamamoto representa a primeira vez na profissão que há uma incorporação bem-sucedida do pensamento de Marx na compreensão do trabalho profissional do Serviço Social. Dessa forma, os autores supracitados apresentam o Serviço Social não com natureza dicotômica, mas sim ao compreender seu caráter contraditório, numa análise da categoria profissional a partir da dialética das relações sociais. Destarte, a profissão responde a dois interesses distintos (o da burguesia e o do proletariado):

As condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama das relações e interesses sociais e participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, de respostas institucionais e políticas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais (CARVALHO; IAMAMOTO, 1982, p. 85).

Portanto, o Serviço Social está inserido tanto no processo de reprodução dos interesses do Capital, quanto das respostas às demandas da classe trabalhadora. Destarte, há uma polarização do trabalho profissional, levando em conta numa análise dialética que as classes sociais e seus interesses só existem em relação na sociedade capitalista (YAZBEK, 2009).

A superação das fragilidades do código de 1986 se traduz no código de 1993. Os anos 1990 no Brasil são marcados pelo neoliberalismo que traz consigo a precarização do trabalho, a privatização do setor público, o enxugamento e o desmonte de políticas sociais e a redução de recursos à educação e saúde públicas. Esse cenário é sustentado por posicionamentos conservadores que viabilizam uma forte crítica social ao socialismo real e ao pensamento de Marx, num negacionismo das conquistas históricas da tradição marxista (BARROCO, 2005a).

Esse cenário repercute na categoria com debates políticos e a ética da profissão consolidada nos anos 1980 apresenta o desafio de responder à essa conjuntura ídeo-política, tendo em vista que mesmo sendo hegemônica na profissão não significa que o conservadorismo foi completamente superado entre todos os profissionais de Serviço Social (Ibidem).

Nesse contexto, destaca-se que a aproximação da profissão na discussão ontológica de Marx iniciada nos anos 1980 com Coutinho, Lessa, Antunes e Tonet, adquire uma ampliação de recursos, sobretudo apoiada na produção teórica da Filosofia embasada em obras como de Lukács, Heller e Mészáros (Ibidem).

Nessa direção, a ética emancipatória permanece hegemônica na categoria e está presente no código de 1993 num amadurecimento do pensamento de Marx (Ibidem) e que corresponde ao atual código de ética da profissão.

Nesse momento, salienta-se a importância de duas indagações que serão respondidas durante a explicitação do texto. Qual a interlocução que pode ser feita entre a criminologia crítica e a perspectiva ética atual da profissão? Por que a criminologia crítica é importante ao Serviço Social?

Pereira (2012) numa nota criticando a função da Comissão Técnica de Classificação (presente na Lei de execução penal) já apresenta a compreensão “que as fontes teóricas enriquecedoras de nosso pensamento e exercício profissional encontram-se na criminologia crítica, condizentes também com os marcos teóricos da crítica marxiana trazidos à profissão” (p.09). Partindo dessa premissa será retratado a seguir uma interlocução entre a criminologia crítica e alguns dos princípios do código de 1993.

Conforme já abordado no segundo capítulo, a Criminologia crítica embasa seus estudos: “nas relações sociais de produção (estrutura de classes) e de reprodução político-jurídica (superestruturas de controle) da formação social” (SANTOS, 2006, p. 125), que produzem e reproduzem seu objeto: o crime e a sociedade de controle.

Essa área do conhecimento apresenta compromisso com a classe trabalhadora, o que se traduz na luta contra o imperialismo, contra a exploração capitalista e todas as formas de discriminação e opressão social (Ibidem). De acordo com Santos (2006), a criminologia radical (criminologia crítica de viés marxista) se aprofunda no estudo do:

papel do Direito como matriz de controle social dos processos de trabalho e das práticas criminosas, empregando as categorias fundamentais da teoria marxista, que o definem como instituição superestrutural de reprodução das relações de produção, promovendo ou embaraçando o desenvolvimento das forças produtivas (p.28).

Embora, como visto no capítulo dois, nem toda criminologia crítica baseia-se na tradição marxista e os fundamentos da ética no Serviço Social estejam embasados na perspectiva ontológica, portanto, na tradição marxista, acreditamos que seja possível afirmar que há identidades de perspectiva que embasam a criminologia crítica e os fundamentos éticos do Serviço Social no Brasil, quais sejam: uma perspectiva crítica, progressista, humanista e de crítica ao capitalismo. Decorrente daí, estão princípios e valores que embasam e ao mesmo tempo são defendidos de forma comum.

O direcionamento crítico da criminologia crítica está em consonância com os princípios éticos do Serviço Social, na medida em que (atualmente) há na profissão a hegemonia de um *ethos* profissional numa perspectiva emancipatória que rompeu com o conservadorismo. A partir da compreensão da realidade social através de uma

aproximação da tradição marxista (TORRES; CARDOSO, 2016), com valores éticos “calcados na inserção histórico-social da profissão na totalidade concreta” (BARROCO et al., 2005, p.161).

Essa perspectiva emancipatória aparece no código de 1993, documento legal que estabelece as normas, deveres e direitos, e que indica o dever ser profissional (BARROCO et al., 2005). O primeiro princípio do código de ética de 1993 está pautado na liberdade¹²⁶, como valor ético central, compreendida em contraposição ao conceito utilizado pelo liberalismo e neoliberalismo, da liberdade individual. A liberdade, a partir de uma construção coletiva, é entendida:

como fonte de emancipação, autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais, o que significa o final da exploração e da dominação do homem pelo homem. (...) A construção de uma nova sociabilidade, pautada na liberdade do homem, na busca de sua essência, enquanto um ser político, livre, social; na busca da emancipação do ser humano e da justiça social (CARDOSO, 2013, p.216).

Destaca-se que a liberdade não é uma idealização abstrata ou transcendente ao homem, mesmo não sendo alcançada atualmente em sua plenitude por questões conjunturais, ela faz parte das necessidades ontológicas do homem, conforme retrata Barroco (2005b):

A liberdade não é uma idealização abstrata, mas uma possibilidade real que, uma vez explicitada pelos homens, não se perde mais na história, apesar de ficar, em alguns momentos, abafada por impedimentos conjunturais. A liberdade e o dever não derivam de algo transcendente ao homem, mas fazem parte de um conjunto de princípios que expressam necessidades ontológicas, isto é parte da essência humana, criada pelo próprio homem (p.77).

Ao entender a liberdade numa perspectiva ontológica como parte do ser social, entendido no seu contexto e realidade, pode-se relacionar com a compreensão presente na criminologia crítica, na medida em que assim como no estudo do ser social, a criminologia crítica analisa os determinantes econômicos, políticos e sociais que orbitam a questão do crime e da pena, rompendo com uma visão idealista e entendendo seu movimento dialético.

¹²⁶ Optou-se por priorizar os princípios primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto e oitavo que apresentam maior interlocução com a criminologia crítica. A título de informação: o sétimo princípio expressa a garantia do pluralismo, o nono refere-se a importância da articulação com os movimentos sociais e o décimo consiste no compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional (CFESS, 1993).

Diante dessa análise, torna-se essencial abordar: “a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo” (segundo princípio do código de 1993), como posicionamento frente ao abuso de autoridade, torturas e violências de qualquer tipo, que são postulados mínimos de humanização e sociabilidade igualitária (PAIVA; SALES, 1996). Esses são princípios que apresentam a direção social da profissão, na contracorrente das barbáries sociais (TORRES; CARDOSO, 2016).

Fávero (2012) retrata a importância da defesa dos direitos humanos no âmbito do Serviço Social na busca da equidade e justiça social rompendo com ações conservadoras e que culpabilizam o sujeito.

Os limites dados pela sociedade capitalista à sua universalização não impedem a organização e a luta dos movimentos sociais para o acesso, a garantia e a ampliação de direitos aos que produzem a riqueza material e social de cada país. Ao contrário, a apropriação da bandeira dos direitos humanos pode ser meio estratégico em direção à possibilidade histórica da justiça social, não nos moldes do pensamento liberal burguês, que supõe a desigualdade social como natural, relacionada à (in)capacidade ou (in)competência individual, o que, trazendo para o âmbito do serviço social, numa perspectiva conservadora, resultaria em “problemas sociais” que demandariam ações localizadas, visando ajustar ou integrar à sociedade os indivíduos e/ou famílias que os vivenciam, mas justiça social que implique equidade, socialização da riqueza socialmente produzida, universalidade do acesso a bens e serviços que possibilitem e garantam a dignidade do ser humano (FÁVERO, 2012, p.06).

Esses valores, por mais que tenham como horizonte outra sociabilidade, necessitam serem defendidos como forma de resistência no cotidiano profissional, que apresenta, segundo Torres e Cardoso (2016) como estratégia de atuação a emancipação política.

Ademais, é importante salientar que o problema de fundo no pensamento de Marx está no fato de o ser humano “não se reconhecer como humano, atribuindo sua sociabilidade para algo além de si; não se reconhecer no outro, em sua genericidade” (IASI, 2002, p.45).

Ao trazer essa crítica para a atualidade, o individualismo e o egoísmo como valores constituintes do neoliberalismo viabilizam cada vez mais um descaso e depreciação do outro, somado a lógica punitiva; na qual a resolução de conflitos que prevalece e se sobressai é a punição legitimada pela sociedade e as instituições. Nesse cenário, torna-se cada vez mais desafiador defender os direitos humanos, reconhecer a população carcerária como sujeito de direitos e, sobretudo, promover

debates numa perspectiva anti punitivista que busque extinguir a lógica punitiva presente nas relações sociais.

Destaca-se que há uma multiplicidade de concepções de direitos humanos em disputa na sociedade (RUIZ, 2014). Conforme já retratado no capítulo dois o Direito e o Estado surgem para a manutenção dos interesses dominantes na implantação da lógica fabril e para a garantia da propriedade privada. Não obstante, Barroco (2009b) ao analisar a historicidade dos direitos humanos ressalta que

a história social dos DH é o resultado da luta de classes, da pressão popular, da organização dos trabalhadores e dos sujeitos políticos em face da opressão, da exploração e da desigualdade. Trata-se de uma história de lutas específicas progressistas que se conectam com outros tipos de luta: anticapitalista, revolucionárias, de libertação nacional, etc..., tendo por unidade a defesa da liberdade e da justiça social (p.57)

Nessa direção, Barroco (2006) expõe como é necessário se desenvolver a defesa dos direitos numa mediação entre o particular e o universal, a partir de um debate plural ao preservar as particularidades e reconhecer as conquistas emancipatórias.

No âmbito da defesa dos direitos, a mediação entre o particular e o universal deve ser buscada pela via democrática, através do debate plural que comporte a diversidade, mas que tenha um objetivo comum: preservar as particularidades, elegendo alguns princípios universais que garantam um consenso em torno de valores éticos políticos. Esse universal – tendo por parâmetros as conquistas emancipatórias - seria, então o limite entre o tolerável e o intolerável, o limite entre o que fere e anula as identidades particulares, ou seja, os valores e princípios que hoje são utilizados para julgar as violações contra os direitos humanos e outros que forem criados pelos homens, pois para o humano, a medida de valor é o próprio homem (p.12).

Compreende-se importante a necessidade histórica, segundo Ruiz (2014) de uma concepção dialética de direitos humanos, na recuperação de produções já escritas e a atualização frente às contradições presentes em todos os níveis da vida social. Em suas palavras:

a defesa e o efetivo acesso a direitos pelos seres humanos na atualidade tem exigido de seus defensores uma nova tarefa: a atualização dialética da concepção de direitos humanos. Em perspectiva inspirada na dialética marxiana trata-se de reconhecer avanços obtidos com as novas sínteses produzidas ao longo das lutas sociais e ideológicas da história da humanidade. No entanto, trata-se, também, de não concebê-las como o fim da história, percebendo que contradições se põem repetidamente para todos os níveis da vida social (p.257).

Ademais, salienta-se que a defesa intransigente dos direitos humanos está em consonância com a defesa das políticas de desencarceramento, na luta contra o endurecimento de leis e legislações que ampliam a punição e a favor da efetivação dos direitos dos presos/presas nesse país.

Nessa direção, o Serviço Social com uma atuação voltada à garantia de direitos, pode usufruir e mergulhar no estudo da criminologia crítica. Fávero (2013) ao analisar o Serviço Social no Judiciário na realidade paulista aponta a importância da interlocução do trabalho profissional da/o assistente social com o conhecimento da academia a partir de produções críticas e teóricas, que ainda são escassas na categoria no tocante ao judiciário.

Entre as estratégias necessárias para fazer frente aos desafios, coloca-se a ampliação da organização política e, vale reafirmar, o investimento na pesquisa, na produção de conhecimentos com base nas demandas e nas atividades de trabalho que os assistentes sociais realizam cotidianamente. Conforme já observado, é imprescindível a inserção dessa dimensão investigativa no trabalho cotidiano, ou seja, inserir a pesquisa como parte dos processos de trabalho, socializar os seus resultados, de maneira a contribuir com avanços qualitativos no exercício profissional e como suporte à luta política. Nesse sentido, é importante provocar a universidade para que viabilize pesquisas e estudos críticos sobre essa área, ainda um tanto distante do debate acadêmico (FÁVERO, 2013, p.525).

É importante ressaltar que essas produções podem debruçar-se na criminologia crítica como perspectiva na qual ao analisar as contradições presentes na lógica punitiva fornece à/ao assistente social subsídios para uma crítica fundamentada: ao conceito de crime, à prisão reconhecendo suas funções reais, à seletividade penal, às teorias legitimadoras da pena (e, dentre elas compreender a falácia da ressocialização), e, principalmente a busca pela superação do direito penal (ao compreender seu surgimento e função real na sociedade, rompendo com uma visão idealista). Todos esses elementos que compõem uma análise crítica das instituições punitivas e sua relação com o sistema de produção corroboram tanto na formação como na atuação profissional, sobretudo no tribunal de justiça, na defensoria, no ministério público, no sistema prisional e na CAEF - central de atendimento ao egresso e família. Esse embasamento, tendo em vista a realidade do sistema penal brasileiro, deve possibilitar uma atuação anti punitivista, crítica, na busca da garantia dos direitos humanos e a favor de políticas de desencarceramento.

Retomando os princípios do código de ética de 1993, ilustra-se a ampliação e consolidação da cidadania e a defesa do aprofundamento da democracia, esses

constituem tarefas primordiais para toda a sociedade, e cabe aos/às assistentes sociais uma contribuição efetiva nesse âmbito pela ampliação e efetivação dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora (TORRES; CARDOSO, 2016).

Em consonância à passagem supracitada de Barroco (2009b) sobre os direitos humanos, Netto (2008) afirma que no mundo, antiteticamente ao que os liberais enfatizam, a democracia não é um resultado de uma derivação do liberalismo, mas ela foi arrancada aos liberais a partir das lutas dos trabalhadores.

O pleno aprofundamento da democracia, impulsionada para além de seus limites, colide com a dominação capitalista e, ao mesmo tempo, coloca a importância de uma nova ordem societária (BARROCO et al., 2005).

A democracia torna-se, portanto, valor ético-político central na medida em que é o único padrão de organização política capaz de promover e assegurar a explicitação de valores essenciais como liberdade e equidade (BARROCO et al., 2005, p. 163).

A defesa pela democracia está em diálogo com a defesa dos direitos humanos, e não pode continuar sendo um sistema democrático que tortura e mata e retoralimenta a violência com as prisões. É necessário construirmos uma democracia que não propague a violência e resolva os conflitos de outra forma.

Os princípios do código de 1993 que se seguem expressam o posicionamento em favor da equidade e justiça social, como compreensão de atendimento às exigências concretas dos sujeitos sociais em sua inserção sociocultural. Assim, é essencial o reconhecimento da igualdade entre todos, que culmina no respeito às diferenças, a partir da busca pela eliminação de todas as formas de preconceito, o que exige o ato de “não discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física” (último princípio do código de 1993)¹²⁷. Esses são alicerces para a busca da universalização dos direitos (TORRES; CARDOSO, 2016).

[...] nosso Código de Ética é bem claro quando, em seus princípios afirma que os assistentes sociais elegem como princípios fundamentais, a liberdade, a democracia, a equidade, a justiça social, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e de discriminação por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física, incentivando o respeito à diversidade, à discussão das diferenças e a garantia

¹²⁷ Fonte: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de ética do/a assistente social. Lei nº 8.662/1993. Legislação Brasileira para o Serviço Social. Brasília: CFESS, 1993.

do pluralismo, através do respeito as correntes profissionais democráticas existentes (BARROCO, 2010, p.13).

Nessa busca contra o preconceito e a discriminação, é importante trazer a crítica que na profissão as questões de raça e gênero ainda são apresentadas de forma incipiente. Nos últimos anos, essa fragilidade tem sido percebida e debatida pela categoria, no entanto ainda necessita de bastante aprofundamento referente à essas temáticas e suas mediações.

Nessa direção, é primordial a compreensão do racismo estrutural e do racismo institucional, Silvio de Almeida (2019) retrata esses dois conceitos ao reconhecer o racismo inerente nas instituições e na atual ordem social.

se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p.31).

A criminologia crítica nos ensina que instituições como o Estado e o Direito apresentam em sua gênese, e permanecem com essa função até hoje, de manutenção da ordem a favor dos interesses das classes dominantes, sem deixar de compreender a dialética das relações, na qual as instituições também atuam na garantia de direitos, com seu caráter contraditório. Nesse processo, está enraizado o racismo assim como as opressões de gênero e classe, as instituições punitivas, por exemplo, também expressam essas opressões ao criminalizar as “minorias” de um lado, e garantir a impunidade às elites econômicas e políticas, ademais retroalimentam a violência e de forma alguma ressocializam as pessoas presas. Diante desse contexto, é imprescindível compreender a sociedade de classes vinculando a discussão de raça/etnia e gênero.

Compreender que essas questões são estruturais do sistema penal e não conjunturais, é importante na defesa dos direitos humanos. A busca da universalização dos direitos necessita apresentar a superação desses mecanismos punitivos numa nova ordem societária livre das opressões de gênero, raça e classe.

Segundo Ruiz (2014): “No que diz respeito aos direitos humanos, trata-se, [...] de apreendê-los em perspectiva que contribua para uma nova sociedade” (p. 257). Nessa direção, Barroco (2009a) traz a importância da incorporação da defesa dos direitos humanos numa construção que estabeleça mediações entre o particular e o humano genérico com horizonte a emancipação humana.

Por um lado, não podemos aceitar a priori que as Declarações de Direitos Humanos – cujos fundamentos correspondem a uma determinada cultura (ocidental, cristã, liberal, capitalista) - sejam tomadas como um modelo ético político perfeito. Sua validade sempre deverá ser medida pelo nível de incorporação das diferentes culturas e de uma construção que estabeleça mediações entre o particular e o humano genérico, através do debate dos movimentos mundialmente articulados e representativos de toda a diversidade existente na vida social e tendo por horizonte a emancipação humana, o que supõe a superação desse modelo (p.12).

Bonetti et al. (2005) destaca que ao se aprofundar na discussão dos direitos humanos há um avanço na ultrapassagem de uma ética voltada meramente à efetivação dos mínimos sociais, mas uma ética verdadeiramente libertária que busque a autonomia do ser social, em suas palavras:

Ao se fazer referência aos direitos humanos, está se avançando na direção da sua compreensão a partir do seu conteúdo histórico e, portanto, na direção da ultrapassagem da ética da satisfação das necessidades básicas, com vistas a uma ética da autonomia do ser social, a uma ética verdadeiramente libertária. Esta nova ordem ética presume a superação de todos os processos de dominação-exploração, de autoritarismos de qualquer natureza, e de barbarização da vida social, bem como exige observância de espaços para se realizarem os processos de individualização (BONETTI et al., 2005, p.16).

Destarte, uma ética emancipatória tem como horizonte a emancipação humana, que exige a superação das mediações presentes nas relações sociais entre o ser humano e o mundo, para que o mesmo possa de forma consciente e planejada manejar o destino humano (IASI, 2002), livre dos processos de dominação-exploração da sociedade capitalista atual.

A emancipação humana [...] exige a superação das mediações que se interpõem entre o humano e seu mundo. Para que a humanidade, reconhecendo a história como sua própria obra, possa decidir dirigi-la para outro caminho, diferente do beco sem saída para o qual a sociedade capitalista mundial levou a espécie. Nos termos de Marx, assumir de forma consciente e planejada o controle do destino humano (IASI, 2002, p.54).

Nas palavras de Marx (2005) a emancipação humana só estará plenamente realizada quando:

o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se

tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forças propres” (forças próprias) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (p. 54).

O indivíduo social é simultaneamente um ser genérico e uma expressão singular. Destaca-se que as objetivações genéricas são expressas a partir das conquistas da sociedade, no tocante ao que foi desenvolvido e valorado que viabilizou “a criatividade, a multiplicidade de gostos e aptidões, a realização da liberdade, da sociabilidade, da universalidade, da consciência” (BARROCO, 2005a, p.33). Nesse sentido, essas objetivações se expressam no desenvolvimento multilateral de todas as capacidades humanas. Nas palavras de Marx (1971) ele aborda como riqueza humana:

Em todas as formas, ela [a riqueza representada pelo valor] se apresenta sob forma objetiva, quer se trate de uma coisa ou de uma relação mediatizada por uma coisa, que se encontra fora do indivíduo e casualmente a seu lado [...] Mas, in fact, uma vez superada a limitada forma burguesa, o que é a riqueza se não a universalidade dos carecimentos, das capacidades, das fruições, das forças produtivas, etc., dos indivíduos, criada no intercâmbio universal? O que é a riqueza se não o pleno desenvolvimento do domínio do homem sobre as forças da natureza, tanto sobre as da chamada natureza quanto sobre as da sua própria natureza? O que é a riqueza se não a explicitação absoluta de suas faculdades criativas, sem outro pressuposto além do desenvolvimento histórico anterior, que torna finalidade em si mesma essa totalidade do desenvolvimento, ou seja, do desenvolvimento de todas as forças humanas enquanto tais, não avaliadas segundo um metro já dado? (p.372).

Portanto, a condução à emancipação humana; na qual possibilita o homem se reconhecer enquanto ser social, crítico, livre e criativo, a partir da realização de todas suas potencialidades, numa realidade em que o trabalho não é explorado e alienado, só poderá acontecer a partir da supressão dessa atual ordem social. (TORRES; CARDOSO, 2016). Iasi (2002) corrobora com essa compreensão e afirma: “a emancipação humana, tal como pensada por Marx como restituição do mundo e das relações humanas aos próprios seres humano, exige a superação de três mediações essenciais: da mercadoria, do capital e do Estado” (p.52).

Nesse sentido, Marx propunha a universalização da produção e das capacidades humanas como alicerces de uma nova sociabilidade numa conexão consciente dos sujeitos com sua genericidade (BARROCO, 2005a). Conforme expressa Marx (1971) que essa nova ordem societária precisa constituir-se na busca da: “livre individualidade fundada no desenvolvimento universal dos homens e no

domínio de sua produtividade social e coletiva, assim como de suas capacidades sociais” (p.91).

Essa reflexão dialoga com o abolicionismo penal na medida em que essa busca por uma nova ordem social; essa almejada sociedade igualitária necessita ter como sustentáculo a superação também da dicotomia que divide os seres humanos entre bons e maus, e precisa encontrar novas formas de resolução de conflitos ao extinguir essa naturalização falaciosa do sentimento de proteção que traz a prisão para a sociedade. Conforme retrata Karam (2006):

Se acreditamos na construção futura de sociedades mais justas, mais solidárias, mais livres, mais iguais, se acreditamos que um outro mundo é possível, temos que nos libertar do destrutivo sentimento de vingança, trocando-o pelo perdão, pela compaixão, pela compreensão, abrindo espaço, nos conflitos interindividuais, para estilos compensatórios, assistenciais, conciliadores. [...] não podemos mais nos dividir em bons e maus, superiores e inferiores, “cidadãos de bem” e “criminosos”. Temos sim que reconhecer e praticar a fraternidade genética e espiritual que une todas as pessoas. [...] se acreditamos que um outro mundo é possível, devemos nos afastar da ilusória e nefasta segurança máxima de prisões, dirigindo nossas energias para garantir alimentação saudável, habitação confortável, escolas de boa qualidade, trabalho satisfatoriamente remunerado, lazer, cultura, enfim, dignidade para todas as pessoas. [...] nesse outro mundo que acreditamos possível –, deveremos não só compartilhar os bens e as riquezas nelas produzidos, mas também, [...], aprender a conviver com os desconfortos nelas gerados. Assim acreditando e trilhando o caminho apontado, decerto chegaremos a uma futura abolição do sistema penal (n.p.).

Nessa lógica, o pensamento criminológico crítico, assim como a profissão do Serviço Social devem buscar transformações concretas e romper com as ideias conservadoras e repressivas; tendo como horizonte superar as bases da estrutura do sistema penal numa nova ordem societária igualitária.

Pode-se elencar a interlocução dos princípios do Serviço Social com os fundamentos da criminologia crítica marxista (mesmo compreendendo que a criminologia crítica é um campo diverso), na medida em que os dois convergem em relação a orientação metodológica do materialismo-histórico dialético. A profissão de Serviço Social superou teorias como: o neotomismo, o positivismo, o funcionalismo e a fenomenologia que constituíam a hegemonia da profissão em outras décadas, e a criminologia crítica de viés marxista superou também teorias conservadoras, liberais, funcionalistas e positivistas do direito penal.

Ademais, a criminologia crítica suscita reflexões centrais acerca da compreensão do papel do Estado e da sociedade diante das relações capitalistas de exploração e punição, ao compreender a seletividade do sistema penal, o perfil da

população encarcerada e os interesses do capital diante da manutenção da instituição prisão. Esses elementos para uma análise crítica das instituições punitivas e sua relação com o sistema de produção vigente são subsídios importantes tanto na formação quanto no trabalho profissional da/o assistente social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo busca compreender a existência (ou não) de interlocução entre os fundamentos da criminologia crítica e os princípios éticos do Serviço Social. Partiu-se da hipótese da existência da possibilidade dessa vinculação. Para entender essa interlocução apresentamos como focos a criminologia crítica e o Serviço Social, que culminou na construção do seguinte caminho de análise.

No primeiro capítulo, optou-se em retratar as escolas criminológicas (escola liberal clássica, escola positivista e escolas sociológicas da criminologia) numa análise sócio-histórica, compreendendo suas correntes metodológicas e seus elementos centrais, apontando as repercussões na atualidade e suas fragilidades.

No capítulo que se seguiu foi realizado um aprofundamento sobre os fundamentos da criminologia crítica, ao compreender o crime e a pena como processos sociais e sua relação com o sistema de produção, somado à um mergulho no abolicionismo penal e suas diferentes correntes e métodos de análise.

No terceiro capítulo, por seu turno, foi construído uma análise do sistema prisional brasileiro considerando as questões de classe, raça/etnia e gênero à luz da criminologia crítica, entendendo a necessidade da compreensão da particularidade brasileira para então, ser possível tratar da profissão no Brasil.

Por fim, no quarto capítulo pode-se perceber a existência de uma interlocução não só na atualidade, mas também uma vinculação de outros princípios de outros códigos de ética na história da profissão com outras criminologias. Salienta-se que não é só uma vinculação de um determinado período histórico, mas representa uma vinculação no ponto de vista de compreensão de homem, mundo e sociedade.

Ademais, é importante retratar como certos elementos (do positivismo, do liberalismo e do conservadorismo) ainda servem de sustentáculo na atual ação profissional de determinadas/os assistentes sociais e como ainda estão presentes e enraizados no senso comum da população ao compreender crime, pena, Estado penal e direito penal.

Pode-se ilustrar na atualidade resquícios da criminologia positivista, na exigência do exame criminológico às/aos assistentes sociais pelos juízes/as, que contradiz os princípios éticos da profissão expressos no Código de 1993. Tal contradição, se explica, na medida em que há uma disparidade entre o compromisso dos/as assistentes sociais na garantia de direitos e a exigência de se fazer um exame

individual sobre a periculosidade do sujeito apenado para a progressão de regime. Conforme aponta Fonseca (2019):

Ao ser demandado por autoridade judicial quando solicita um conhecimento específico ao assistente social, entra-se num campo contraditório próprio das relações de trabalho, quando o que se busca avaliar nas pessoas presas não decorre de nenhum objetivo de garantia de direitos, mas sim, de fato, realizar um exame de delinquência e análise individual (p.54-55).

Salienta-se, também, que no 44º encontro nacional do conjunto CFESS/CRESS de 2015, uma das deliberações consistia em: “Assumir posicionamento contrário à existência do exame criminológico e favorável à revisão do código penal em ações conjuntas com movimentos de defesa de direitos humanos e outras entidades”. Destarte, o posicionamento das entidades da categoria é contrário à elaboração do exame criminológico, ademais não constitui como expertise profissional do/a assistente social o policiamento de comportamentos conforme expresso no atual código de ética da categoria.

Portanto, é imprescindível romper com a ideologia dominante, num estudo dialético da reprodução social e do sistema de dominação. Reflexão e resistência que são importantes na atualidade marcada pelo recrudescimento da lógica punitiva, pela ampliação da demanda social por punição, na qual valoriza-se cada vez mais o encarceramento de pessoas como solução dos conflitos de classe. Nesse cenário, torna-se bastante desafiador defender os direitos humanos.

Nesse sentido, ao olhar o sistema prisional brasileiro a criminologia crítica nos ajuda a interpretar que as suas características são estruturais e não conjunturais e detém um propósito - a manutenção da ordem capitalista atual excludente e marcada pelas opressões de classe, gênero e raça. Salienta-se que essas críticas são importantes alicerces na compreensão de homem, mundo e sociedade que compõem a direção social do Serviço Social.

Por isso, compreender as identidades dessa perspectiva com os princípios éticos é de suma importância para uma aproximação mais ampla do Serviço Social com suas críticas e elementos centrais.

Nessa direção, destaca-se que os princípios de liberdade, de cidadania, a defesa do aprofundamento da democracia, a defesa intransigente dos direitos humanos, e a recusa do arbítrio, do autoritarismo e dos preconceitos expressos no código de 1993, dialogam com a criminologia crítica na compreensão da população carcerária como sujeitos de direitos, com direitos fundamentais que devem ser

efetivados durante seu cumprimento de pena e posteriormente à ele. Somado a importância da abertura para o diálogo na busca de novas formas de resolução de conflito na sociedade.

Nesse sentido, entende-se como primordial buscar nos fundamentos da criminologia crítica e do abolicionismo penal, elementos de crítica e análise da realidade, como: o conceito de crime, a prisão reconhecendo suas funções reais, a seletividade penal, as teorias legitimadoras da pena (e, dentre elas compreender a falácia da ressocialização), e, principalmente a busca pela superação do direito penal (ao compreender seu surgimento e função real na sociedade, rompendo com uma visão idealista). Essas compreensões possibilitam o embasamento teórico na construção de ações profissionais em interlocução com movimentos sociais, grupos de estudos e organizações da sociedade civil na defesa dos direitos humanos, na luta pelo desencarceramento e pela abolição de toda a lógica punitiva presente, atualmente, nas relações sociais.

Ademais, tendo em vista que a população negra e empobrecida é a que mais padece dos efeitos dos aparatos repressivos do Estado, é importante na atuação profissional exigir dos setores da sociedade a busca pela viabilização a essa população à formação política e processos de emancipação, bem como, no acesso a seus direitos, bens e serviços, na construção de possíveis saídas coletivas às problemáticas estruturais vividas individualmente que resultaram na prática do crime.

Tendo em vista que quanto maior for o debate diante dos conceitos de crime e pena como processos sociais e compreender que a prisão não representa segurança à sociedade, maior se torna a possibilidade de se elaborar e construir coletivamente novas formas de resolução de conflitos. Compreensão esta que deve embasar o senso comum e o Serviço Social, mas também apresentar proximidade aos próprios presos/as, com projetos de formação política e com conteúdo acessível, para que também tenham contato e apreensão dos fundamentos da criminologia crítica, sobretudo pelo caráter da própria realidade alienante da prisão, marcada pela naturalização das violações de direitos.

Nessa direção, importa destacar que a defesa dos direitos humanos e que as medidas de desencarceramento, com propostas de mudanças legislativas já desenvolvidas por coletivos e movimentos sociais, constituem o ponta pé inicial no caminho contra o encarceramento em massa, no entanto, salienta-se que não podem constituir-se como fim. É necessário a defesa de um projeto mais amplo de

sociabilidade que está presente tanto na criminologia crítica como nos princípios éticos da profissão, a partir de um pensamento crítico contra o punitivismo e as instituições que praticam esse punitivismo, tendo como horizonte a luta por uma sociabilidade emancipada na qual a resolução dos conflitos possa ser resolvida de outra maneira.

Conclui-se, portanto, que há uma interlocução entre os fundamentos da criminologia crítica e dos princípios éticos do Serviço Social, e ressalta-se a importância da criminologia crítica e do abolicionismo penal serem mais estudados e aprofundados pelo Serviço Social, como subsídio na formação e na atuação, sobretudo no tribunal de justiça, na defensoria, no ministério público, no sistema prisional e na CAEF - central de atendimento ao egresso e família.

Além disso, ressalta-se também a importância da incorporação dos elementos da criminologia crítica e do abolicionismo penal, com um diálogo com os acúmulos do Serviço Social na perspectiva ontológica, na compreensão dos vários elementos dessa sociabilidade bem como no campo dos direitos e das políticas.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: 20 maio 2019.

ABRAMIDES, M. B. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serv. Soc. Soc., São Paulo*, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

ABRAMOVAY, P. V. O grande encarceramento como produto da ideologia (neo)liberal. In: _____; BATISTA, V. M. (Org.). *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

AGRA, C.; KUHN, A. *Somos todos criminosos?* pequena introdução à criminologia e ao direito das sanções. Tradução: Joana Agra. Alfragide: Casa das Letras, 2010.

AGUIAR, A. G. de. *Serviço Social e Filosofia Das Origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, 1989.

ALMEIDA, A. A. *Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, V. R. de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ANITUA, G. I. *História dos Pensamentos Criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan/IBCCrim, 2008.

_____. América latina como instituição de sequestro. In: ABRAMOVAY, P. V. (Org.); BATISTA, V. M. (Org.). *Depois do grande encarceramento*. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

BALTHAZAR, R.; MARIANI, D. STF resiste a pressões para soltar presos durante pandemia. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 25 mai. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/stf-resiste-a-pressoes-para-soltar-presos-durante-pandemia.shtml>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BARATTA, A. *Criminologia Crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do Direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. *Universidade de Saarland*, R. F. A., Alemanha, 2004.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e Serviço Social. In: BONETTI, D. A. et al. (org.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez; Brasília: CFESS, 2005b.

_____. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Fundamentos éticos do serviço social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

_____. FORTI, V. A historicidade dos direitos humanos. In: GUERRA, Y. (org.). *Ética e direitos: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009b.

_____. Ética, direitos humanos e diversidade. *Revista Presença Ética*: 03, GEPE. Recife: UFPE, 2010.

BARROCO, M. L. et al. Reformulação do código de ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez; Brasília: CFESS, 2005.

_____; TERRA, S. H. *Código de Ética do Assistente Social comentado*. CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BATISTA, N. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 12 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BATISTA, V. M. Depois do grande encarceramento. In: _____; ABRAMOVAY, P. V (Org.). *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

_____. *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

_____. *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BECCARIA, C. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BECKER, H. S. *Outsiders*. Estudos de sociologia do desvio. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEHRING, E. R. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: XVI ENPESS, 2018. Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

_____. *Lei de execução Penal*. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

_____. Lei nº 13.434, de 12 de abril de 2017. Veda o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase do puerpério imediato. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13434.htm>. Acesso em: 11 ago. 2020.

_____. Portaria nº 12, de 22 de abril de 2020. Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do novo Coronavírus. *Diário Oficial da União*. 23 abr. 2020. p.53. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-12-de-22-de-abril-de-2020-253541565>>. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRITES, C. M.; SALES, M. A. *Ética e Práxis Profissional*. Brasília: CFESS, 2000.

BURKE, E. *Reflexões sobre a revolução na França*. Tradução: José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.

CAMPELLO; R.; GODOI, R. Tranca, contêiner e bomba: a gestão penitenciária da pandemia no Brasil. *Le monde Diplomatique Brasil*. São Paulo. 3 jul. 2020. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/tranca-conteiner-e-bomba-a-gestao-penitenciaria-da-pandemia-no-brasil/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CANÊO, G. ; TORRES, A. A. Violação dos direitos humanos como processos permanentes de tortura. In: Anais do III Seminário internacional de pesquisa em prisão. 2017.

CAPALBO, C. Fenomenologia: Tendências históricas e atuais. In: *Cadernos ABESS*, n.4, São Paulo: 1996.

CARDOSO, A. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000400001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2020.

CARDOSO, P. F. G. *Havia uma ética no caminho? A afirmação da necessária centralidade da ética na formação profissional dos assistentes sociais*. Tese de doutorado em Serviço Social. São Paulo: PUC, 2006.

_____. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil*. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

_____. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. *Serv. Soc. Soc*, São Paulo, n. 127, p. 430-455, 2016.

CARDOSO, P. F. G.; TORRES, A. A. Rupturas, desafios e luta por emancipação: a ética profissional no Serviço Social brasileiro. In: LIDUINA, M. de O. e S. (Org.). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

_____ ; ALVES, L. Conservadorismo e laicidade de estado: subsídios para o debate no serviço social. *Revista Temporalis* v. 18, n. 36. Ética, direitos humanos e serviço social. São Paulo: Cortez, 2018.

CARVALHO, I. Juíza declara em sentença que homem negro é criminoso "em razão da sua raça". *Brasil de fato*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/12/exclusivo-juiza-diz-em-sentenca-que-homem-negro-e-criminoso-em-raza-da-sua-raca>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CARVALHO, S. de. *Penas e Garantias*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

_____. *Antimanual de criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

_____.; DUARTE, E. P. *Criminologia do preconceito*. Racismo e homofobia nas Ciências Criminais. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASTELEIRO, J. M. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.

CASTRO, L. A. de. *Criminologia da reação social*. Tradução: Ester Kosovski. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

_____. *Criminologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CASTRO, M. M. *História do Serviço Social na América Latina*. 3. ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1989.

CFAS. Conselho Federal de Assistentes Sociais. *Código de ética profissional do assistente social*, 1965.

_____. Conselho Federal de Assistentes Sociais. *Código de ética profissional do assistente social*, 1975.

_____. Conselho Federal de Assistentes Sociais. *Código de ética profissional do assistente social*, 1986.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Código de ética do/a assistente social*. Lei no 8.662/1993. Legislação Brasileira para o Serviço Social. Brasília: CFESS, 1993.

_____. *Conselho Federal de Serviço Social*. 44º Encontro Nacional CFESS/ CRESS. Deliberações por eixos temáticos. Rio de Janeiro, 4-7 set. 2015. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2015/10/44_encontro_nacional_deliberacoes.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHICAGO AREA PROJECT. About us. CAP'S Objectives. Disponível em: <<http://www.chicagoareaproject.org/about-us>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CHRISTIE, N. *Uma razoável quantidade de crime*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

CNJ. *Conselho Nacional de Justiça*. Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. *Conselho Nacional de Justiça*. Monitoramento Semanal Covid-19. 24 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/06/Monitoramento-Semanal-Covid-19-Info-24.06.20-1.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

COHEN, A. K. *Delinquent Boys: the culture of the gang*. London: Routledge & Kegan Paul, 1955.

_____. *Transgressão e controle*. São Paulo: Pioneira, 1968.

COHEN, S. *Visions of Social Control: Crime, Punishment, and Classification*. Londres: Polity, 1985.

CONDE, F. M. *Direito Penal e Controle Social*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DAVIS, A. *A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

_____. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Instituto Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

_____. *Estarão as prisões obsoletas?* São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. *Uma autobiografia*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. Pesquisa sobre os cinco anos das Audiências de Custódia: Um olhar sobre o perfil dos presos em flagrante no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/0b6d8d161c1b41739e7fc20cca0c1e39.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

del OLMO, R. *A América latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

DIETER, M. S. A função simbólica da pena no Brasil breve crítica à função de prevenção geral positiva da pena criminal em Jakobs. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, 2005.

_____. O programa de política criminal brasileiro: funções declaradas e reais contribuições de Claus Offe para fundamentação da crítica criminológica à teoria jurídica das penas. *Revista Eletrônica do CEJUR*, Curitiba-PR, a. 2, v. 1, n. 2, ago./dez. 2007.

_____. *Política Criminal Atuarial: A criminologia do fim da história*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. Tradução: Eduardo Lúcio Nogueira. 9. ed. Lisboa: Presença, 2004.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Anti-duhring: a revolução da ciência*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FÁVERO, E. T. O estudo social na perspectiva dos direitos. In: XX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. Córdoba, Argentina, 2012. CD-ROM.

_____. O Serviço Social no Judiciário: construções e desafios com base na realidade paulista. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 115, p. 508-526, jul./set. 2013.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FONSECA, K. H. C. *O trabalho de assistentes sociais no sistema penitenciário paulista*. Tese de doutorado em Serviço Social. São Paulo: PUC, 2019.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

G1. Brasil volta a superar mais de 1 mil mortes por Covid-19; 16 estados e o DF estão com tendência de alta. *G1*. 17 dez. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/17/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-17-de-dezembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GIOLO, J. *Estado, Igreja e educação no Rio Grande do Sul da primeira república*. Dissertação de Mestrado da FEUSP. São Paulo, 1997.

GIORGI, A. de. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.

GÓES, L. *A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: O racismo como base estruturante da criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

_____. Abolicionismo penal? Mas qual abolicionismo, "cara pálida"? *Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, 2018.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 21, n.3, 2018.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências sociais*. Anpocs, p.221-244, 1984.

GOUVEIA, H. C. *Sociologia do crime*. Componente Curricular do Curso de Bacharelado em Tecnologia de Segurança Pública. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GUEDES, O. de S. A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista. *Serviço Social em revista*. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, v.4, n.1, Jul/Dez, 2001.

_____. A perspectiva de “reatualização do conservadorismo”: aproximações teóricas e perspectivas críticas. In: 116º congresso brasileiro de assistentes sociais tema: 40 anos da “virada” do Serviço Social. Brasília, 2019.

HEGEL, G. W. F. *Princípios da Filosofia do Direito*. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HULSMAN, L. Descriminalização. *Revista de Direito Penal*. Tradução: Yolanda Catão. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1973.

HULSMAN, L.; CELIS, J. B. *Penas perdidas. O sistema penal em questão*. Tradução: Maria Lúcia Karam. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, dez, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IASI, M. L. O problema da emancipação humana. *Plural*. Sociologia, USP, São Paulo, 9 p.43-71, 2002.

_____. O que é ideologia para Marx? *TV Boitempo*. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Rfp4LUNtUnQ>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

IBCCRIM. *Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. 16 medidas contra o encarceramento em massa. 2017. Disponível em: <https://wp.ibccrim.org.br/wp-content/uploads/2019/08/16MEDIDAS_Caderno.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

_____. *Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. Covid e prisões no Brasil: leia a íntegra da denúncia enviada à ONU e à CIDH sobre "ação genocida do governo". 24 jun. 2020a. Disponível em: <<https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/627/covid-e-prisoos-no-brasil-leia-integra-da-denuncia-enviada-a-onu-e-a-cidh-sobre-acao-genocida-do-governo>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. *Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. Situação das pessoas privadas de liberdade no Brasil durante a pandemia de Covid-19. 19 jun. 2020b. Disponível em:

<<http://ibccrim.org.br/media/documentos/doc-24-06-2020-20-33-19-653335.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

INFOPEN. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Jun. 2016. Brasília (DF): Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento. Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticia_s-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

INFOPEN MULHERES. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Mulheres*. Jun. 2016. Brasília (DF): Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

INTERNATIONAL JOURNAL OF GYNECOLOGY AND OBSTETRICS. The tragedy of COVID-19 in Brazil: 124 maternal deaths and counting. 9 jul. 2020. Disponível em: <<https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ijgo.13300>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ITTC. *Instituto Terra, Trabalho e Cidadania*. ITTC explica: o que é tráfico privilegiado? 11 nov. 2016. Disponível em: <<http://itcc.org.br/itcc-explica-o-que-e-trafico-privilegiado/>>. Acesso em: 18 de ago. 2020.

KARAM, M. L. Aplicação da pena: por uma nova atuação da justiça criminal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 2, n. 6. São Paulo, 1994.

_____. Para conter e superar a expansão do poder punitivo. *Revista da Escola Superior Dom Helder Câmara Veredas do Direito*. Vol. 3 .Nº 5. 2006.

_____. A violência, danosa e dolorosa realização do poder punitivo: considerações sobre a pena. In: *Desconstrução das Práticas Punitivas*. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região /CRP-MG. 2010.

_____. Pela Abolição do Sistema Penal. In: PASSETTI, E. (Coord.). *Curso Livre de Abolicionismo Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

KNOCH, M. A deontologia dos assistentes sociais como ética profissional. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 27, 2003.

KRISCHKE, P. J. (Org). *O contrato social, ontem e hoje*. São Paulo: Cortez, 1993.

LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Rerum Novarum* (Sobre a condição dos operários). São Paulo: Loyola, 1991.

LEMERT, E. *Human Deviance, Social Problems, and Social Control*. Londres: Prentice-Hall edition, 1967.

LESSA, S. Lukács: Direito e Política. In: PINASSI, M. O. (Org.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIMA, A. A. *Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma época*. São Paulo: Cortez,

1983.

LOMBROSO, C. *O homem delinquente*. 1. ed. Coleção: fundamentos do direito. Tradução: Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2010.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. Capital punishment. Mr. Cobden's Pamphlet. Regulations of the Bank of England. *New-York Tribune*, 1853.

_____. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. *Fundamentos de la crítica de la economía política*. Havana: editorial de Ciencias Sociales, 1971.

_____. *A Questão Judaica*. Tradução: Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. *Nova Gazeta Renana*. Tradução: Lívia Cotrim. São Paulo: Educ, 2010.

_____. *O capital: crítica da economia política*. O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATHIESEN, T. A caminho do século XXI. Abolição, um sonho impossível? In: PASSETTI, E. (Org.); SILVA, R. B. D. da (Org.). *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. Tradução: Jamil Chade. São Paulo: IBCCRIM/ PEPGCS-PUC/SP, 1997.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais EBA UFRJ*. n. 32. 2016.

MELOSSI, D.; PAVARINI, M. *Cárcere e fábrica*. As origens do sistema penitenciário (Século XVI-XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MERTON, R. K. *Estrutura social e anomia*. Em: Sociologia: teoria e estrutura. Rio de Janeiro: Mestre Jou, 1970.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. *Princípios*, São Paulo, n.129, fev/mar, 2014.

NABUCO, J. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1978.

NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Ética e crise dos projetos de transformação social. In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez; Brasília: CFESS, 2005.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. *Conservadorismo clássico*. Elementos da caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2012

_____. *Uma face contemporânea da barbárie*. 2013. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=102:civilizacao-ou-barbarie>. Acesso em: 20 ago 2020.

NETTO, J. P. et al. Estado, política e emancipação humana. In: *Estado, política e emancipação humana - lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais*. São Paulo: Alpharrabio, 2008.

NUCCI, G. de S. *Manual de Direito Penal*. 7. ed. São Paulo: RT, 2011.

OLIVEIRA, E. M. A. P. de; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Serv. Soc. Soc.*, n.128, 2017.

OLIVEIRA, S. Com mais de 99 mil óbitos, Brasil tem média diária de 1.019 mortes por covid. *UOL*. 7 ago. 2020. Disponível: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/08/07/com-mais-de-99-mil-obitos-brasil-tem-media-diaria-de-1019-mortes-por-covid.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO ILGA. *Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Trans e Intersexuais*. 2019. Disponível em: <https://ilga.org/sites/default/files/ENG_ILGA_World_map_sexual_orientation_laws_dec2019_update.png>. Acesso em: 31 jul. 2020.

PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PAIVA, B. A.; SALES, M. A. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez; Brasília: CFESS, 1996.

PARK, R. E. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. Tradução: Sérgio Magalhães Santeiro. Org. e introd. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro: o fenômeno urbano, 1967.

PASSETTI, E. Ensaio sobre um abolicionismo penal. *Revista verve*. n. 09. 2006.

_____. (org.) *Curso livre de Abolicionismo penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

PAVARINI, M. *Controle e dominação*. Teorias criminológicas burguesas y proyecto hegemónico. Paperback, 1983.

PEREIRA, T. M. D. Nota Técnica: problematizando a função da Comissão Técnica de Classificação no contexto do Estado Penal. In: 2º Seminário Nacional. *O Serviço Social no campo sócio-jurídico na perspectiva da concretização de direitos*. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-NotaTecnica-TanhiaDahmer-ComissaoClassificacao.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

QUEIROZ, N. *Presos que menstruam*. São Paulo: Record, 2015.

RAUTER, C. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

REDE JUSTIÇA CRIMINAL. Carta aberta sobre a situação do sistema penitenciário do Brasil. 2017. Disponível em: <<http://redejusticacriminal.org/pt/carta-aberta-sobre-situacao-do-sistema-penitenciario-do-brasil/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

RODRIGUES, N. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

ROXIN, C. *Problemas fundamentais de Direito Penal*. Tradução: Ana Paula dos Santos et al. 3. ed. Lisboa: Vega, 1998. p. 86-87.

RUSCHE, G. KIRCHHEIMER, O. *Punição e estrutura social* (1939). 2. ed. Tradução: Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

RUIZ, J. L. de S. *Direitos humanos e concepções contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2014.

SAFFIOTI, H. P. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, J. C. dos. *Teoria de Pena: fundamentos políticos e aplicação judicial*. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2005.

_____. *A criminologia radical*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006a.

_____. 30 anos de vigiar e punir (Foucault). In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais São Paulo*, Brasil: Revista dos Tribunais, v.14, n.58, jan./fev, 2006b.

SANTOS, June C. dos. *Criminologia crítica ou feminista*. Dissertação de mestrado. Paraná: UFPR, 2018.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SHECAIRA, S. S. *Criminologia*. 6. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2014.

SHIMIZU, B. Criminologia. Aula 05. *Curso popular de formação de defensoras e defensores públicos*. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UcV7p-QyY1k>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. Criminologia. Aula 06. *Curso popular de formação de defensoras e defensores públicos*. 2016b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HLAAGAOnQ1o>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SILVA, J. F. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013.

SIMÕES, C. A.; BONETTI, Dilséa Adeodata. et al. (org.). *Ética das Profissões*. In: *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, J. M. A. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, nº 126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

STF. *Supremo Tribunal Federal*. Súmula Vinculante 26, de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=26.NUME.%20E%20S.FLSV.&base=baseSumulasVinculantes>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

STJ. *Superior Tribunal de Justiça*. Súmula 439, de 13 de maio de 2010. Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada. (DJEletrônico 13/05/2010). Disponível em :<http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Trib_Sup/STJ/SUM_STJ.html>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SUTHERLAND, E. H. A criminalidade de colarinho branco. *Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 93-103, 2014.

TAJRA, A. Covid: Defensorias públicas de 16 estados pedem liberdade a presas grávidas. *UOL*. 11 ago. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/11/mulheres-gravidas-presas-sp-relatos-covid-19.htm>>. Acesso em: 18 de ago. 2020.

TORRES, A. A. *Para além da prisão: Experiências significativas do Serviço Social na Penitenciária Feminina da Capital/SP (1978-1983)*. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Críticas ao tratamento penitenciário e a falácia da ressocialização. *Revista de estudos criminais*. Porto Alegre: Notadez, v. 7, n. 26, p. 107–125, jul./set., 2007.

_____. Contribuições ao debate sobre o exame criminológico. *Revista Inscrita* número 14, ano 10. CFESS, 2013.

VIEIRA, B. O. *Metodologia do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

WACQUANT, L. *As Prisões da Miséria*. Paris: Raisons d'Agir, 1999

_____. Punir os Pobres. A nova gestão da Miséria nos Estados Unidos. (A Onda Punitiva). *Revista e Ampliada*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. *As duas faces do Gueto*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Bourdieu, Foucault e o Estado Penal na era neoliberal. *Revista*

transgressões. Ciências criminais em debate. Natal, vol.3. 2015.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ZAFFARONI, E. R. *Sistema penales y derechos humanos en América latina*. Buenos Aires, 1984.

_____. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Tradução: Vania Romano Pedrosa. Amir Lopes da Conceição. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. *A questão criminal*. Tradução: Sérgio Lamarão. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

ZAFFARONI, E. R. et al. *Direito Penal Brasileiro*. Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003.